



**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS HUMANAS,**  
**SOCIAIS E DA NATUREZA – PPGEN**

---

**LETÍCIA VEITAS NOVELLI**

**AS MULHERES NA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE:**  
**A CONSTRUÇÃO DE CONSCIÊNCIA HISTÓRICA NA SALA DE AULA**  
**POR MEIO DOS DEPOIMENTOS FEMININOS (2019)**

**DISSERTAÇÃO**

**LONDRINA - PARANÁ**  
**2020**

LETÍCIA VEITAS NOVELLI

**AS MULHERES NA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE:  
A CONSTRUÇÃO DE CONSCIÊNCIA HISTÓRICA NA SALA DE AULA  
POR MEIO DOS DEPOIMENTOS FEMININOS (2019)**

Dissertação de Mestrado Profissional apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza como requisito parcial para obtenção do título de “Mestre em Ensino” – Área de Concentração: Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Guerrini

## TERMO DE LICENCIAMENTO

Este Produto Educacional e sua respectiva Dissertação estão licenciados sob uma Licença Creative Commons *atribuição uso não-comercial/compartilhamento sob a mesma licença 4.0 Brasil*. Para ver uma cópia desta licença, visite o endereço <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/> ou envie uma carta para Creative Commons, 171 Second Street, Suite 300, San Francisco, Califórnia 94105, USA.



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca UTFPR - Câmpus Londrina

N938m Novelli, Letícia Veitas

As mulheres na Comissão Nacional da Verdade: a construção de consciência histórica na sala de aula por meio de depoimentos femininos (2019) / Letícia Veitas Novelli.- Londrina, 2020.

114 f. : il.; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Guerrini.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza. Londrina, 2020.

Bibliografia: 100-101.

1. Ditadura - Brasil. 2. Mulheres - História. 3. Comissão Nacional da Verdade (Brasil). 4. História - Estudo e ensino. 5. Pensamento crítico.  
I. Guerrini, Daniel, orient. II. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.  
III. Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza. IV. Título.

CDD: 507

Ficha catalográfica elaborada por Cristina Benedeti Guilhem - CRB: 9/911

---

**TERMO DE APROVAÇÃO**

**AS MULHERES NA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE: A CONSTRUÇÃO DE  
CONSCIÊNCIA HISTÓRICA NA SALA DE AULA POR MEIO DOS DEPOIMENTOS  
FEMININOS (2019)**

por

**LETICIA VEITAS NOVELLI**

Dissertação de Mestrado e o seu produto educacional "**AS MULHERES NA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE: SEQUÊNCIA DIDÁTICA PARA ENSINO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)**" apresentados no dia 12 de maio de 2020 como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRE EM ENSINO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E DA NATUREZA pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza – PPGEN, Câmpus Londrina, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. O(A) mestrando(a) foi arguido(a) pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho **APROVADO**. (Aprovado ou Reprovado).

---

**Prof(a). Dr(a). Daniel Guerrini (UTFPR - Londrina)**  
Orientador(a)

---

**Prof(a). Dr(a). David da Silva Pereira (UTFPR - Cornélio Procópio)**  
Membro Titular

---

**Prof(a). Dr(a). Maria de Fátima Cunha (UEL - Londrina)**  
Membro Titular

---

**Prof. Dr. Paulo Sérgio de Camargo Filho**  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências  
Humanas, Sociais e da Natureza  
Mestrado Profissional  
UTFPR Câmpus Londrina

A folha de aprovação assinada encontra-se arquivada na secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza.

Dedico este trabalho às mulheres fortes,  
independentes que, de alguma maneira,  
se sentem lesadas pela sociedade.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço àqueles amigos, em especial os “As” da minha vida – Adrieli Monteiro e Alice Tirolla - que me deram forças para chegar até o fim, com palavras tranquilizadoras, carinhosas e que em meio a tempestades puderam me ajudar até aqui, sempre com um bom conselho e às vezes um “puxão de orelha” nos momentos de quase desistência.

Agradeço a todos os companheiros e amigos do “mestrandíssimos” que tornaram as aulas mais agradáveis e divertidas, além de ouvirem os “surtos” de cada um no processo de escrita, sempre com uma piada para amenizar o estresse.

Agradeço aos amigos de rotina diária, que a cada dia se mostraram mais importantes em minha vida, sempre com uma palavra amiga e um “empurrão” para continuar seguindo.

Agradeço a minha família por ter me garantido a oportunidade de chegar a esse nível acadêmico. Em especial meus pais que sempre me apoiaram durante todo o percurso, com carinho e atenção.

Agradeço ao meu companheiro de vida, se não fosse por você eu não teria chegado até aqui. Obrigada, por ter pego no meu pé desde o momento da inscrição, insistindo para que eu prosseguisse.

Agradeço ao orientador prof. Dr. Daniel Guerrini, por ter abraçado a causa e encabeçado meu projeto, sem você nada disso seria possível. Agradeço por me oferecer as melhores orientações, que com sabedoria soube tirar proveito de minhas capacidades e me fazer melhorar a cada passo desta pesquisa.

Por fim, agradeço aos membros da banca que se dispuseram a ler o trabalho e de maneira construtiva acrescentar novas questões mediante qualificação e defesa.

*Você pregava  
minhas pernas  
no chão  
aos chutes  
para depois pedir  
que eu parasse em pé.*

Rupi Kaur

NOVELLI, Letícia Veitas. **As mulheres na Comissão Nacional da Verdade: A construção de consciência histórica na sala de aula por meio dos depoimentos femininos** (2019). 2020. 114 fls. Dissertação – Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Londrina, 2020.

## RESUMO

A Ditadura Militar no Brasil é um tema que está em evidência na sociedade atual. Em decorrência da necessidade de estudos que valorizem o pensamento crítico dos alunos de Ensino de Jovens e Adultos (EJA), esta pesquisa partiu de duas problemáticas: 1) saber qual era o tratamento oferecido para mulheres encarceradas durante a Ditadura Militar no Brasil (1969-1980); 2) Como é possível conduzir estudantes de Ensino de Jovens e Adultos (EJA) por um processo de esclarecimento em relação à realidade desse tratamento dado às mulheres pela Ditadura Militar no Brasil? Ela foi conduzida por meio de duas hipóteses: a) que as mulheres que foram presas e torturadas pelo regime militar eram tratadas de maneira desigual com base em seu gênero; b) e que os alunos podem transformar seus pensamentos ou conseguir elementos necessários para reafirmar e respaldar o que já conheciam, por meio da investigação científica e consciência histórica. Por isso, uma das finalidades deste trabalho é apresentar a produção e a aplicação de uma Sequência Didática Interativa (SDI), como produto educacional. Os eixos norteadores da pesquisa foram: a) análise do Discurso e Poder segundo Michel Foucault (2012); b) a noção de Silenciamento feminino a partir de Michelle Perrot (2017) e Mary Del Priore (2004); c) construção de Consciência Histórica a partir de Rüsen (2009). Esta dissertação é organizada em cinco capítulos: o primeiro foi de contexto sobre a Ditadura Militar no Brasil, o segundo capítulo especificou o contexto histórico pertinente ao desenvolvimento da história da mulher e sua emancipação anterior e posterior ao golpe de 1964. O terceiro foi sobre a Consciência Histórica em sala de aula, que servirá para sustentar a elaboração da Sequência Didática Interativa (SDI). O quarto capítulo foi de análise da fonte, pautada pela Comissão Nacional da Verdade (2014), com relatos de quatro mulheres analisados. O último capítulo trouxe o resultado da aplicação desses quatro casos analisados com os alunos do Ensino de Jovens e Adultos (EJA) de Rolândia-PR e uma breve análise da interpretação que esses alunos tiveram da leitura desses documentos.

**Palavras-chave:** Ditadura Militar; Silenciamento Feminino; Consciência Histórica; Sequência didática.



NOVELLI, Letícia Veitas. **Women in the national truth commission: The historical consciousness in class through women reports (2019)**. 2020. 114 f. Dissertation - Professional Master's Program in Teaching Human, Social and Nature Sciences - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Londrina, 2020.

## ABSTRACT

The Brazilian military dictatorship still a recurrent theme in the actual society, mostly because part of the people remembers this time period with nostalgia of its conservatism. Due the need of studies which value the critical thought of the Students from the Brazilian General Equivalency Diploma program (GED), this research started from two problems: 1) Know what were the treatment to women in prison during the military dictatorship in Brazil (1969-1980). 2) How it is possible to conduct the GED students to a process of enlightenment about the reality of the women's treatment during the Brazilian military dictatorship. These two problems departed from other two hypothesis: a) Women incarcerated and tortured during the military dictatorship were treated unequal based on their gender; b) And that the students can transform and base their thoughts or get the need elements to reaffirm what they already knew, through a scientific investigation and the historical consciousness. Therefore, one of the aims of this paper is to present and the apply of a interactive didact sequence (IDS), as a educational product. The guiding axis of the research are: a) The Foucauldian discourse analysis (2012); b) The notion of feminine silencing from Michelle Perrot (2017) and Mary Del Priore (2004); c) The construction of historical consciousness from Rüzen (2009). The dissertation will have five theoretical chapters: The first is about the Brazilian military dictatorship historical context, the second will specify the historical context on women before and after the 1964 coup d'état. The third chapter will be about the historical consciousness, which will sustain the IDS. The fourth chapter will contain the document analysis with the report from four women on the National Truth Commission being analyzed. The last chapter shall bring the results from the four reports analyzed with the GED students from a school in Rolândia-Paraná (Brazil) and a brief interpretation of what these students understood about the read of the mentioned reports.

**Keywords:** Brazilian military dictatorship, feminine silencing; historical consciousness; Interactive didact Sequence.

## LISTA DE SIGLAS

AI	Ato Institucional
ALN	Ação Libertadora Nacional
CNV	Comissão Nacional da Verdade
DCEs	Diretório Central dos Estudantes
FBPF	Federação Brasileira para o Progresso Feminino
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
SDI	Sequência Didática Interativa
SNI	Serviço Nacional de Informações
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

## LISTA DE ACRÔNIMOS

CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
DOI	Destacamento de Operações de Informações
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
EJA	Ensino de jovens e adultos
FUNARTE	Fundação Nacional de Artes
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
OBAN	Operação Bandeirantes
ONU	Organização das Nações Unidas
PPGEN	Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza
UEL	Universidade Estadual de Londrina
VAR-PALMARES	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>2 A DITADURA MILITAR NO BRASIL (1964 – 1985)</b> .....	<b>16</b>
2.1 CASTELLO BRANCO .....	16
2.2 ARTHUR DA COSTA E SILVA .....	17
2.3 EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI .....	21
2.4 ERNESTO GEISEL .....	24
2.5 JOÃO BAPTISTA FIGUEIREDO .....	26
<b>3 AS MULHERES NO BRASIL</b> .....	<b>28</b>
3.1 CONTEXTO FEMININO PRÉ DITATORIAL.....	28
3.2 AS DIFERENTES MULHERES QUE LUTARAM NA DITADURA .....	30
3.3 AS GUERRILHEIRAS E A PERIFERIA URBANA.....	36
<b>4 CONSTRUÇÃO DE CONSCIÊNCIA HISTÓRICA: respaldo teórico para a aplicação/construção da Sequência Didática</b> .....	<b>40</b>
4.1 UMA TEORIA DA HISTÓRIA.....	40
4.2 A FONTE NA PESQUISA HISTÓRICA EM SALA DE AULA: auxiliando no trabalho de “sistematização” da consciência histórica dos alunos .....	45
<b>5 AS MULHERES E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE</b> .....	<b>48</b>
5.1 FONTES PARA SEREM UTILIZADAS EM SALA DE AULA .....	48
5.2 O DISCURSO À LUZ DE FOUCAULT.....	51
5.3 OS DEPOIMENTOS CONCERNIDOS À COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE .....	53
5.3.1 Iara Spadini Vicini .....	55
5.3.2 Joana D’arc Bizzotto Lopes.....	59
5.3.3 Sônia Maria Lopes De Moraes Angel Jones.....	68
5.3.4 Solange Lourenço Gomes.....	75
5.3.5 Conclusão dos relatórios .....	82
<b>6 O USO DOS DOCUMENTOS COM ALUNOS DO ENSINO JOVENS E ADULTOS (EJA)</b> .....	<b>86</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>98</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>100</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>102</b>
APÊNDICE A: PRODUTO EDUCACIONAL .....	102
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO .....	113
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PRÉVIO .....	114

## 1 INTRODUÇÃO

A Ditadura Militar<sup>1</sup> do Brasil está em evidência na atual conjuntura política do país e, durante muitos anos, esteve nas pesquisas acadêmicas de diversas áreas. Existe uma grande quantidade de documentos acerca desse período, embora muito se tenha perdido ao longo do tempo. Há organizações que buscam legitimar, coletar e organizar essas ferramentas documentais e torná-las disponíveis a pesquisadores, como a Comissão Nacional da Verdade (2014), e o projeto Brasil: Nunca Mais<sup>2</sup>.

Assim, do mesmo modo que a Ditadura Militar está em evidência a problemática de gênero e feminismo também estão. Encontram-se discussões legislativas e educacionais sobre estes dois temas o que torna a pesquisa sobre a temática relevante. De um lado, tem-se uma sociedade que busca por meio do projeto “Escola Sem Partido”<sup>3</sup> legitimar seus ideais conservadores e à direita do espectro político, enquanto do outro lado, há pessoas lutando para que este projeto não vire lei, pois, na prática, silenciaria muitos professores, permitindo que todo o conhecimento crítico estabelecido nas escolas fosse declarado como viés político-partidário. Dessa maneira, as pessoas contrárias ao projeto buscam respaldo nos Direitos Humanos e nas liberdades fundamentais da constituição para defender seu direito a educar conforme as diretrizes propõem.

Em decorrência da necessidade de estudos que valorizem o pensamento crítico dos alunos de Ensino de Jovens e Adultos (EJA), esta pesquisa partiu de duas problemáticas: 1) saber qual era o tratamento oferecido para mulheres encarceradas durante a Ditadura Militar no Brasil (1969-1980); 2) Como é possível conduzir estudantes de Ensino de Jovens e

---

1 Com relação ao termo Ditadura Militar ele pode aparecer de duas maneiras: a primeira como Ditadura Militar, envolvendo apenas os militares; e Ditadura civil-militar, devido o apoio que a sociedade civil ofereceu aos militares para instauração do golpe, como o caso da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, responsável por várias manifestações em apoio à direita e aos militares em detrimento da ameaça comunista (FICO, 2004)

2 O projeto "Brasil: Nunca Mais" foi desenvolvido pelo: "*Conselho Mundial de Igrejas e pela Arquidiocese de São Paulo nos anos oitenta, sob a coordenação do Rev. Jaime Wright e de Dom Paulo Evaristo Arns,*" (2016). Neste projeto consta todo o processo criminal de alguns indivíduos presos durante o período ditatorial. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/sobre.html>> Acesso em: 22 de out. 2019

3 Esse projeto foi vetado em primeiro turno na Assembleia Legislativa do Paraná: disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2019/09/16/projeto-escola-sem-partido-e-discutido-em-primeiro-turno-na-assembleia-legislativa-do-parana.ghtml>> Acesso em: 19 de out. 2019

Adultos (EJA) por um processo de esclarecimento em relação à realidade desse tratamento dado às mulheres pela Ditadura Militar no Brasil?

Essa pesquisa foi conduzida por meio de duas hipóteses: a) que as mulheres que foram presas e torturadas pelo regime militar eram tratadas de maneira desigual com base em seu gênero; b) e que os alunos podem transformar seus pensamentos ou conseguir elementos necessários para reafirmar e respaldar o que já conheciam, por meio da investigação científica e consciência histórica.

Por isso, uma das finalidades deste trabalho é apresentar a produção e a aplicação de uma Sequência Didática Interativa (SDI), como produto educacional<sup>4</sup>, para enriquecer e auxiliar o conhecimento de professores e de estudantes sobre as mulheres que lutaram durante a Ditadura Militar no Brasil. Duas discussões teóricas o subsidiam: a) a noção de discurso de Foucault (2012) para analisar os relatos das mulheres, as fontes desses relatos, explorando questões acerca da luta feminina. Com isso, se compreendeu qual foi o tratamento oferecido para estas mulheres encarceradas durante a Ditadura Militar no Brasil (1969-1980). Essa discussão também foi utilizada para analisar o discurso e a interpretação dos alunos em suas redações entregues no final da Sequência Didática realizada; b) A outra discussão foi sobre a consciência histórica, que é subsídio para a criação da Sequência Didática Interativa (SDI) enquanto produto educacional, pois remete à necessidade de aplicação da História à vida prática, bem como as relações de experiência e de expectativa fundamentais à História, as quais entrelaçam passado, presente e futuro.

Os eixos norteadores da pesquisa foram: a) Análise do Discurso e Poder segundo Michel Foucault (2012); b) a noção de Silenciamento feminino a partir de Michelle Perrot (2017) e Mary Del Priore (2004); c) Construção de Consciência Histórica a partir de Rüsen (2009). A pesquisa se dividiu em cinco capítulos teóricos: o primeiro de contexto sobre a Ditadura Militar no Brasil, onde foi abordado brevemente o que levou ao golpe de Estado e como foi o governo de cada presidente no período e suas consequências diretas e

---

4 Realizado como requisito do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza (PPGEN) encontrado em Apêndice.

indiretas na sociedade como um todo, fazendo um paralelo sobre o período conhecido como “milagre econômico” e como a partir dessa falsa sensação de equilíbrio econômico algumas mulheres se contentaram e defenderam o regime militar.

O segundo capítulo especificou o contexto histórico pertinente ao desenvolvimento da história da mulher e sua emancipação anterior ao golpe de 1964 até culminar nas mulheres que lutaram na Ditadura Civil-Militar no Brasil, demonstrando a relevância destas mulheres nas conquistas pedidas e conseguidas nos anos pós-ditatoriais. Tanto o primeiro quanto o segundo capítulo serviram de respaldo e material para ser utilizado na preparação e aplicação do produto educacional.

Em seguida no terceiro explana sobre a construção de consciência histórica em sala de aula, que serviu para sustentar a elaboração da Sequência Didática Interativa (SDI), revelando a importância de relacionar uma fonte ao ensino de História, pois, apenas dessa forma, a História se torna uma ciência e o aprendizado significativo para o aluno e para a vida do aluno.

E no quarto capítulo foi pautado pelos depoimentos concedidos à Comissão Nacional da Verdade (CNV), organizada durante a presidência de Dilma Rousseff (2011–2016), ex guerrilheira do Período Militar. Nos acervos da Comissão Nacional da Verdade (2014), foram escolhidas quatro mulheres que lutaram durante o Regime Militar, duas que ainda estão vivas e tiveram seu próprio depoimento e relato analisados e outras duas pessoas que faleceram e por conta disso foi analisado o que pessoas próximas a elas relataram nos inquéritos da Comissão Nacional da Verdade. No primeiro caso, portanto, foram analisados os depoimentos de Lara Spadini Vicini (2013) e de Joana D’Arc Bizzotto Lopes (2014). Já no segundo caso, foram analisados os relatos sobre o Período Militar e as torturas que Sônia Maria de Moraes Angel Jones (2013) e Solange Lourenço Gomes (2013).

Por fim, no último capítulo trouxe o resultado da aplicação desses quatro casos analisados no quinto capítulo com os alunos do Ensino de Jovens e Adultos (EJA) de Rolândia-PR e uma breve análise da interpretação que esses alunos tiveram da leitura desses documentos. Demonstrou-se que, por meio do

---

<sup>5</sup> Localizada na Região Metropolitana de Londrina-PR.

processo de análise documental, esses alunos puderam entender mais sobre o Período Militar, bem como respaldar o conhecimento que tinham a priori. O resultado foi satisfatório, os alunos extraíram componentes importantes desses documentos e alguns conseguiram assimilar o conteúdo com seu cotidiano.



## 2 A DITADURA MILITAR NO BRASIL (1964 – 1985)

Napolitano (2014) definiu o Golpe de 1964 como uma complexa trama de engenharia política. Levando-se em consideração o caráter de direita liberal do golpe e autoritário, que visava não aceitar o voto popular, o nacionalismo econômico e a presença de movimentos de protestos, como o dos trabalhadores e estudantes. Portanto, é válido pensar que o Golpe de 1964 não foi contra um governo apenas, se o fosse não teriam modificado toda a estrutura política do regime democrático e o transformado em uma Ditadura Militar, com frequentes perseguições políticas, além de promover censuras culturais e artísticas.

### 2.1 CASTELLO BRANCO

Com o discurso de conter o comunismo e de reestabelecer a ordem os militares arquitetam um golpe, instituem o primeiro Ato Institucional (AI-1)<sup>6</sup> que esvaziou a Cláusula da Constituição de 1946, a qual tornava militares inelegíveis. Este passo foi o primeiro para que os militares pudessem avançar nas eleições e candidatar Castello Branco.

Castello Branco iniciou a ditadura e sua gestão foi marcada por seu caráter minimamente moderado e pela institucionalização das restrições que limitaram os outros poderes, de modo a estruturar as bases da repressão o que fez com que o regime ditatorial durasse anos, mesmo após sua saída do poder. Mesmo com todas essas características, muitos meios de comunicação relatam ainda hoje que os anos iniciais da Ditadura (1964–1968) foram brandos<sup>7</sup>. Porém, ao tratar do tema Ditadura, segundo Napolitano (2014), é importantíssimo pensar os objetivos daqueles que iniciaram o Golpe para saber se o mesmo iniciou de forma branda ou não.

---

6 “São normas elaboradas no período de 1964 a 1969, durante o regime militar. Foram editadas pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ou pelo Presidente da República, com o respaldo do Conselho de Segurança Nacional. Esses atos não estão mais em vigor”. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais>>. Acesso em: 26 de out. 2019

7 Como, por exemplo, o editorial do jornal da Folha de S. Paulo que coloca os castelistas como brandos, colocando a Ditadura como repressora e opressora apenas a partir da institucionalização do AI-5.

Sob justificativa de expurgo, os militares fizeram uma verdadeira caça às bruxas, na tentativa de retirar direitos políticos da oposição. Essa oposição era marcada por homens e mulheres, muitas vezes estudantes ainda, como será visto no próximo capítulo. Utilizaram, para isso, as armas que conseguiam, como a tortura, para fazê-los falar ou para amedrontar. Os presos subversivos não tinham direito a defesa, até por que Castello Branco acreditava ser um revolucionário, podendo elaborar regras a seu favor para punir os subversivos e os corruptos (SKIDMORE, 1988).

Adiante, Castello Branco precisaria lidar com os partidos da oposição, além das crises internas de seu governo. Foi a partir desse momento, que ele decreta o segundo Ato Institucional (AI-2), que além de reafirmar os poderes já estabelecidos no primeiro Ato, ainda aboliu todos os partidos políticos do país. Outro mecanismo de poder instituído foi o de eleições indiretas, pois, a partir disso, o presidente seria eleito pelo Congresso e os governadores pelas Assembleias Legislativas. O que não agradou nem os setores moderados e conservadores que eram seus aliados e muito menos os partidos políticos. Se de um lado ele eliminava a alternativa da oposição adentrar no poder, Castello lutaria também contra os princípios democrático-liberais que afirmava ter.

Dessa maneira, observa-se que desde o início a ditadura não pode ser considerada como moderada ou até mesmo branda, foi devido à gestão de Castello que a Ditadura se consolidou, propiciando que o regime fosse longínquo e estruturado, que por mais que mudasse o militar em exercício e fossem feitas novas Constituições, como será visto abaixo, o regime permanecia forte e recebia apoio tanto civil quanto militar no início.

## **2.2 ARTHUR DA COSTA E SILVA**

Arthur da Costa e Silva assume o mandato em 15 de março de 1967. No seu discurso de posse, caracteriza o período como um momento de “Revolução”. Costa e Silva com esse discurso tenta conquistar as camadas sociais, mostrava-se como alguém humilde e justo<sup>8</sup>, propiciando um clima otimista, embora esta simpatia ficasse muito mais no discurso, do que nas

---

8 Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/costa-silva/discursos/discurso-de-posse/discurso-de-posse/view>> Acesso em: 15 de nov. de 2019.

atitudes, já que o país se encontrava sob novo Ato Institucional que colocou em vigência leis de Imprensa e de Segurança Nacional, uma nova Constituição e a possibilidade de criação de novos atos institucionais. No início de seu mandato, tentou um diálogo moderado com a igreja, políticos e empresários. Contudo, a oposição estava determinada a ir contra o regime de Costa e Silva. Um dos grupos opositoristas mais importantes era o dos estudantes. Esses eram de secundaristas e de nível superior e se reuniam para ir contra o regime militar e contra a Lei<sup>9</sup> Suplicy de Lacerda, aprovada no governo de Castelo Branco, em 1964, e que proibia as associações estudantis de engajar-se em atividades políticas.

Em 1968, o cenário se acirra ainda mais quando em uma manifestação no Rio de Janeiro o estudante Edson Luis de Lima Souto<sup>10</sup> é alvejado e morto pela polícia. No funeral do mesmo estudante, feito no dia seguinte, muitas pessoas que não eram estudantes quiseram mostrar solidariedade e expressar seu sentimento contra a Ditadura. O funeral atraiu, portanto, várias pessoas e as mesmas acabaram reprimidas pela cavalaria da polícia o que fez crescer os movimentos de protesto em outras cidades.

Diferentemente do que o senso comum estabelece no Brasil de 2016 a 2019, os estudantes secundaristas e universitários que fizeram oposição à Ditadura militar não eram “bandidos comunistas”. As petições dos mesmos comprovam que, na verdade, lutavam por um sistema de ensino de qualidade e por mais vagas em universidades federais e estaduais, pois as universidades particulares eram caríssimas e, na época, a única forma vista de adentrar na elite era por meio de um curso superior. A luta ocorria por meio de greves estudantis, seminários de conscientização, passeatas nas principais capitais do

---

9 A Lei Suplicy de Lacerda nº 4.464, de 09 de novembro de 1964, Art. 14 coloca que: “é vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de carácter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares” disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 13 out. 2019,

10 Edson Luis de Lima Souto, era estudante secundarista, tinha 18 anos quando foi alvejado pela polícia. O Jornal a Folha de São Paulo do dia 29 de março de 1968 reportou o ocorrido e demonstrou a comoção social de vários setores estudantis. Disponível em: <[https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=2882&keyword=morte&anchor=5179756&origem=busca&\\_mather=590f5e40a65fc2f0&pd=32a9067fce6258318fccbfa697aa5726](https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=2882&keyword=morte&anchor=5179756&origem=busca&_mather=590f5e40a65fc2f0&pd=32a9067fce6258318fccbfa697aa5726)>. Acesso em: 13 out. 2019

país e congressos. Por mais que as petições dos estudantes fossem plausíveis, Costa e Silva fez o máximo para ignorá-las.

Devido às crises políticas, Costa e Silva promulga seu novo Ato Institucional de nº 5 (AI-5). A partir desse ato, houve o fechamento do Congresso Nacional por tempo indeterminado, a limitação e/ou perda de direitos de liberdade de expressão e reunião, cassação de direitos dos cidadãos e os crimes políticos passaram a ser julgados em tribunais militares.

Com o AI-5, o Regime tornou-se muito mais violento e repressor, pois era amparado legalmente. Assim, de um lado da sociedade estavam os militares com a pretensão de continuar no poder. Do outro, havia uma sociedade que teria que respeitar os padrões impostos pela ditadura ou correr risco ao se rebelar. Mediante tal cenário, surgem diversas manifestações contra o Regime Militar e contra o AI-5.

Dada a insurgência política, Costa e Silva se vê incumbido de formular outra Constituição. Segundo Skidmore (1988), o desejo pela criação de Constituições pelo Regime Ditatorial se deve ao desejo de legalizar a arbitrariedade das autoridades do período. Com uma Constituição ao seu lado, todas as possibilidades se tornavam possíveis, inclusive a de torturar sob a máscara de “Defesa Nacional”.

No âmbito social e político, o país estava estraçalhado. Contudo, a partir de 1967, o Brasil começa a ter certo crescimento econômico. Em 1964 o Brasil tinha o 64º PIB mundial e em menos de dez anos avança para uma das dez maiores economias mundiais. A inflação e a taxa de juros caíram, começou um investimento expressivo na produção de bens de consumo duráveis nos setores mais endinheirados da classe média, estimulando a construção civil, houve expansão da moeda e do crédito para o setor privado, crescimento do comércio externo através das exportações de manufaturados e aumento das importações de petróleo e máquinas (NAPOLITANO, 2014).

Isso não quer dizer que todo esse valor econômico fosse bem distribuído na sociedade, pois ao mesmo tempo em que o “milagre econômico” ocorria, havia arrocho salarial, concentração de renda e dependência do capital internacional. Esse “milagre econômico” vedou os olhos de alguns setores da população, fez com que os ânimos fossem acalmados e com que a sociedade civil começasse a respirar, mesmo que em troca de sua liberdade. Já que nos

anos que o “milagre econômico” estava consolidado a máquina de tortura do Estado também estava (NAPOLITANO, 2014).

Ou seja, a classe média se aproveitou do “milagre econômico” para o consumo próprio, o que ajudava ainda mais a alavancar uma economia já estável. Segundo Schwarcz e Starling (2015), o “milagre econômico” ocorreu entre os anos de 1970 a 1972. Esse “milagre econômico” foi responsável direto pela popularidade alta do general Médici, mesmo sendo ele o mais repressor e violento ditador do período, não sendo tão criticado pela sociedade. Inclusive muitas “donas de casa” ficaram satisfeitas com o regime, atribuindo a ele o crédito por conseguir comprar eletrodomésticos que antes não tinham conseguido. O mercado era favorável e o investimento nesses produtos crescia muito, como as fabricações de novos modelos de secadores de cabelo, ferros de passar roupa modernos, novas batedeiras e liquidificadores, entre outros produtos. Entretanto, estes produtos dificilmente chegavam às casas da população mais pobre, fazendo com que o “milagre econômico” fosse percebido apenas nas classes média e alta.

A legitimidade do Governo Militar se deu pela criação de políticas sociais voltadas às camadas sociais mais pobres, como programas de alfabetização, de assistência médica e de habitação, o que por um momento parecia beneficiar principalmente as mulheres que eram mais e precisavam dessa assistência, conseguindo ganhar forte apoio desta camada social, além de obras faraônicas para mostrar a sociedade que a economia estava aquecida e numa tentativa de aumentar a taxa de empregos. Isso ocorre numa tentativa de solucionar a impopularidade do governo dado os altos índices de desigualdade social do período pela concentração de renda aos mais ricos.

Ademais, Costa e Silva adoece no final de seu mandato e, então, o general Garrastazu Médici, após um governo de junta militar, assume o poder sob perspectiva mais autoritária e proclamando que, se os brasileiros cooperassem, o Brasil voltaria a ser país exemplar. Essa cooperação, como será visto abaixo, significava que os brasileiros não poderiam protestar e discordar da política que será empregada em sua gestão.

### 2.3 EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI

Emílio Garrastazu Médici assume o poder no grau mais elevado do autoritarismo da Ditadura e independente de quais eram seus planos, os militares e a chamada “linha dura” de uma ala militar não queriam perder o que o poder que tinham conquistado até então. Com esse poder atrelado à institucionalização<sup>11</sup> da tortura, por meio de respaldo em segurança nacional, os militares poderiam fazer o que bem entendessem e queriam que Médici continuasse na mesma linha (SCHWARCZ E STARLING, 2015).

Para tanto, a partir de Médici (1969–1974), a Ditadura atuou com sua potência máxima de censura e de punições, passando a ser controladas as atividades de política, aperfeiçoava-se a máquina repressora do Estado, vigiando as principais instituições da sociedade civil como sindicatos, igrejas e partidos. A censura passou a coibir ainda mais as expressões culturais sob a desculpa de hostilidade ao sistema ou revolta. Porém, o maior problema era a tortura desenfreada e a quantidade de assassinatos cometidos com os presos políticos durante seu governo (BRASIL, 2014).

Outras artimanhas, que são de suma importância nos anos de Governo Médici no combate àqueles denominados por eles de subversivos”, são as operações que concentravam as ações repressivas como a Operação Bandeirantes (OBAN), o Destacamento de Operações de Informações (DOI) e o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI).

A OBAN, por exemplo, tinha como finalidade identificar, localizar e capturar os elementos que faziam parte de grupos de subversão. Seus comandantes atuavam na 2ª área do Exército, principalmente em São Paulo, utilizava de extrema violência em suas capturas. Inclusive a Ex-presidente da República Dilma Rousseff sofreu com a tortura nas mãos da OBAN. A mesma era considerada líder da Vanguarda Armada Revolucionária Palmarensis (VAR-PALMARES) e foi capturada em 16 de janeiro de 1970. Em seu depoimento à Comissão Nacional da Verdade (2014), relata que, no momento em que foi capturada, já podia ouvir os comandantes dizendo para matá-la, pois, com

---

11 Segundo o Art. 3º do AI-5, com respaldo em interesse nacional, o Presidente da República poderá decretar intervenção nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na Constituição.

certeza, ela devia ter matado alguém também. Ela recorda que foi levada ao centro da OBAN, um pátio, com azulejo branco, com marcas de sangue, cheio de mulheres e grávidas, sendo que neste centro era comum o interrogador socar a interrogada caso não gostasse das respostas. Além disso, depois de levar socos e ter recebido castigos como a palmatória, foi levada ao pau de arara (CNV, 2014).

Ainda segundo a CNV (2014), a Coordenação de Execução da OBAN funcionava por meio de plantões ininterruptos. Assim, pessoas poderiam ser presas e interrogadas em qualquer horário do dia ou da noite. Até mesmo porque o interrogatório era considerado preliminar, tendo que ocorrer logo após a prisão. A pressa por fazer o interrogatório era para tentar obter informações antes que os colegas de luta percebessem que alguém tinha sido preso. Assim, obtida a informação, poderiam agir rápido. A OBAN contava com ao menos três celas na rua da Tutoia em São Paulo (capital). Eram elas “xadrez” 1, 2 e 3. Já às mulheres, era destinada uma cela especial, separadas pela sigla de cela “ESP/2”. Não se sabe o motivo da denominação ser distinta, porém, isso pode ser relacionado à própria condição de a mulher ser alguém “especial” e não no sentido singular e único da palavra, mas provavelmente no sentido delas não poderem participar dessa esfera pública dos presídios, por não ser algo aceitável na sociedade da época.

Enquanto isso, em rede nacional, Médici discursava sobre a repressão: “Haverá repressão, sim. E dura e implacável. Mas apenas contra o crime e só contra os criminosos”.<sup>12</sup> Uma parcela considerável da população brasileira legitimava esse discurso. Para alguns, era legítima a ligação entre crescimento econômico e autoritarismo. Em contrapartida, aumentava a oposição às suas decisões. Nas ruas dos grandes centros urbanos, o cenário era crítico e a todo momento pessoas eram levadas a interrogatório. A praxe era: culpado até que se prove o contrário. Nesse caso, a única possibilidade de não ser considerado culpado era resistir à tortura e aos maus tratos sem revelar nada. Contudo,

---

12 BRASIL.PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil, Biblioteca da Presidência da República.

<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/emilio-medici/discursos-1/1970/1970/08>>. Acesso em: 20 mar. 2019

quando isso ocorria, era de costume continuar torturando na expectativa de que uma hora algo seria revelado (SKIDMORE, 1988).

Após a morte dos principais líderes guerrilheiros – Carlos Lamarca (1971) e Carlos Marighella (1969) -, as guerrilhas urbana e rural foram praticamente dissipadas. Segundo Skidmore (1988), as guerrilhas no Brasil não funcionaram por dois motivos: o primeiro dado o tamanho territorial do Brasil e em segundo enfatiza que apenas seria possível uma guerrilha num país sob domínio exterior, como o caso de Cuba, pois se conseguiria exaltar o nacionalismo das pessoas para defender seu território. Outro fato importante para o autor é o de que os guerrilheiros eram de classe média e superior, muitos intelectuais, recém-saídos da universidade, com pouco conhecimento territorial e estratégico brasileiro, eram mais pensadores do que revolucionários e, sem dúvida, foram dizimados pelo regime altamente repressor.

Com as guerrilhas dizimadas, imaginava-se que o aparelho repressor diminuísse na mesma proporção. Contudo, em 1972, ainda se observava restrições à liberdade civil, sob a desculpa de ameaça subversiva. Na realidade, Médici não queria dar a possibilidade de se instaurar no Brasil um ambiente que possibilitasse novas guerrilhas. Um dos torturadores mais conhecidos desse poder arbitrário foi Sérgio Fernando Paranhos Fleury do Esquadrão da Morte paulista<sup>13</sup>. Fleury era temido por todos guerrilheiros e guerrilheiras, como será visto no capítulo de análise de fonte, devido as medidas extremas que tomava em casos de tortura. Muitas vezes escondia seus prisioneiros para não os entregar aos órgãos competentes como o DOI-CODI (SKIDMORE, 1988).

Pode-se identificar três modalidades de profissionais nas prisões que os guerrilheiros ou simples opositoristas da Ditadura eram mantidos: em primeiro lugar, os torturadores, com técnicas de torturas como choques elétricos, afogamentos, espancamentos, entre outros como será visto no capítulo de análise da fonte; em segundo lugar, os analistas que recebiam as informações extraídas das torturas e; por último, mas de mesma importância, os médicos,

---

13 Organização militar que atuava contra a criminalidade a partir dos anos finais de 1960. Conhecida por utilizar métodos invasivos em torturas, muitas vezes culminando na morte de civis e presos políticos.



pois eram eles que diziam até que ponto o torturado sobreviveria aos golpes e demais crueldades.

As técnicas utilizadas na tortura serviam para afugentar a oposição menos corajosa de ir à luta, especialmente a luta armada, já que era o setor mais capturado. Nos anos 1972 grande parte das guerrilhas foi dizimada, à exceção a Guerrilha do Araguaia, porém mesmo após a desintegração das guerrilhas continuaram as torturas. Os torturadores tentavam a todo custo manter sua identidade em sigilo e sob a justificativa de defender a justiça, a moral e os bons costumes feriam os direitos humanos. A própria Igreja Católica, como será visto num dos depoimentos analisados no próximo capítulo, possuía setores que eram contra o Regime Militar e contra as torturas realizadas.

É inegável que os militares não estavam apenas cumprindo ordens e cabe, portanto, a responsabilização deles por seus atos, como será visto no capítulo de análise de fonte. Ainda que, hipoteticamente, Médici desejasse acabar com o sistema de torturas, ele teria muitos conflitos com os militares, pois os mesmos recebiam diversos tipos de apoio quando tinham uma operação bem realizada. Havia até mesmo patrocínio de empresários, o que enriquecia cada vez mais os militares do alto comando do exército, como Sérgio Fleury.

Dessa maneira, evidenciava-se, até mesmo pelo Relatório da Comissão Nacional da Verdade, que muitos militares eram contrários às atrocidades que ocorriam nos porões. Porém, os mesmos muitas vezes se encontravam de mãos atadas, pois se não respondessem ao comando seriam perseguidos e mortos da mesma maneira que os militantes que prendiam, pois seriam considerados subversivos.

## **2.4 ERNESTO GEISEL**

Ao contrário dos outros presidentes do período ditatorial, Geisel não tem nenhum superministério, ou seja, centralizou o poder em sua gestão. Assumiu o governo da República em março de 1974, com um plano de abertura gradual para o país. Seria, segundo Geisel, um processo lento, gradual e seguro. Sua

ideia inicial era modificar a Constituição, de maneira a legitimar alguns atos institucionais e reestabelecer alguns direitos democráticos.

O projeto era traçado pelo general Golbery do Couto e Silva que tentou ganhar o apoio do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), única “oposição” formal permitida e da Igreja Católica, reduzindo em parte a censura para estabelecer um diálogo em torno das reformas. Entretanto, isso não quer dizer que estaria aberto o diálogo com a esquerda, nem para contestações ao regime. Ademais, o projeto teve forte resistência, principalmente dos setores militares, principalmente o comando da “linha dura”, os quais estariam dispostos a se rebelar e caçar comunistas e líderes religiosos mesmo que a ordem não fosse essa.

Geisel e Golbery tinham, portanto, três metas iniciais. A primeira delas era manter o apoio dos militares e reduzir o poder de alcance da “linha dura”. A segunda meta era controlar os subversivos, embora quase não houvesse guerrilha após Médici, mas permanecia o receio de que surgissem novas guerrilhas caso a Ditadura ficasse mais branda. A última meta era o retorno gradual à democracia representativa sem que fossem acusados de proteger a esquerda.

O cenário brasileiro era caótico e a elite queria que o novo governo controlasse os torturadores. As camadas sociais mais pobres nem contavam com isso, pois já sofriam diversas formas de repressão policial há anos, mesmo antes da ditadura. Segundo Pinheiro e Adorno (1993), a violência no Brasil, com as camadas sociais mais pobres, advém desde 1870 e 1987 cuja renda per capita obteve aumento de onze vezes, porém, não houve, com esse aumento, uma distribuição igualitária. O que proporcionou concentração de renda que perdura até a atualidade, mesmo após o processo de redemocratização.

Assim, é realizada uma eleição em novembro de 1974. Esperava-se votação da população em massa pela Arena, contudo com a liberdade dos políticos irem à televisão e a população acreditar que o futuro do país estava em sua mãos e decidirem ver esses programas de televisão, o MDB sai vitorioso em vários estados urbanos importantes, além de ter cerca de um terço do Congresso. Esse resultado coloca em xeque o governo de Geisel, saindo de seu mandato menos popular do que quando entrou, mesmo tendo controle

razoável de torturas que caíram de 585 casos em 1975 para 214 casos em 1978.

Geisel deixou o cargo para João Baptista Figueiredo, que tinha como iniciativa concluir a liberalização do país rumo à democracia, e do mesmo modo que Geisel pensava. Apoiado por Geisel e por Golbery Figueiredo, tinha grande bagagem devido ao seu trabalho no Serviço Nacional de Informações o que era de bom grado para Geisel. Geisel acreditava ainda que ele devia lealdade a Figueiredo pelo “excelente” trabalho que desempenhou em sua gestão (GASPARI, 2016).

## **2.5 JOÃO BAPTISTA FIGUEIREDO**

Figueiredo assumiu o controle do país com problemas que poderiam impactar diretamente seu governo. Os principais problemas foram a crise de energia e o aumento da inflação e da dívida externa. Contudo, além desses problemas, havia a questão da Anistia, ou seja, o retorno dos exilados ao Brasil. Esposas, mães e filhas lutavam pelo retorno de seus parentes.

Assim, em 1979, foi aprovada no Congresso a lei da Anistia<sup>14</sup>, que fez com que muitos retornassem ao Brasil, mesmo com a “linha dura” sendo contra, já que havia vários nomes que retornaram considerados comunistas. Ficaram de fora apenas exilados identificados como autores de atos de terrorismos. Figueiredo tornara o país aberto como nunca visto antes durante esses anos de Ditadura. A imprensa já não sofria tanta censura, ainda que, às vezes, tivesse que ponderar algumas questões para não sofrer ameaças. Quando a Lei da Anistia, Nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, foi aprovada fez com que a popularidade de Figueiredo crescesse, mesmo com a economia do país decaindo.

Embora boa parte da população tenha se contentado inicialmente com a Lei da Anistia aprovada, o movimento em prol da Anistia ainda tem perguntas que não foram respondidas, como: qual era o paradeiro de quase 200 presos desaparecidos nos anos da ditadura nas mãos dos torturadores.

---

14 Essa lei da Anistia será explorada no capítulo de análise de fonte.

Essa Lei da Anistia, Nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, previa:

Art. 1º: É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares (BRASIL, 1979).

Ou seja, mesmo tempo que essa Lei anistiava os crimes cometidos por líderes sindicais, políticos, entre outros, ela também anistiava os Militares, o Poder Legislativo e Judiciário. Isso quer dizer que independente dos crimes cometidos pelos Militares, como as torturas que serão vistas a diante, eles não sofreriam nenhuma processo legal.

Dessa forma, na mesma proporção que a economia decaía, as pessoas protestavam por eleições presidenciais diretas. Movimento então conhecido como Diretas Já. Para o Presidente, o ideal era que as eleições fossem mantidas ainda de forma indireta para garantir principalmente a sucessão pelos militares. Contudo, estava cada dia mais difícil manter esta posição face os desafios que a população colocava ao pedir por eleições diretas.

Com um cenário emblemático de lutas políticas por direito ao voto, muito mais do que em prol de partidos específicos, foi eleito o primeiro Presidente da República, de maneira direta desde 1960, Tancredo de Almeida Neves, primeiro ministro do Governo Parlamentarista de 1963-1964. Quem assume, contudo, é o vice - um antigo político aliado aos militares.

### 3 AS MULHERES NO BRASIL

#### 3.1 CONTEXTO FEMININO PRÉ DITATORIAL

Às mulheres no mundo todo sempre foi destinado um papel subalterno, para não dizer inferior. À elas era destinado o espaço privado. Dentro de suas casas, eram senhoras, mães e filhas, com pouca autonomia e sem liberdade.

Esse padrão começa a ser quebrado no mundo principalmente a partir da Revolução Francesa. Nesse período, muitas mulheres ajudaram a redigir a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* na França, que concede às mulheres direitos civis, mas nenhum direito político, como o voto. Portanto, algumas mulheres começaram a perceber que muitas vezes lutavam por direitos, mas que esses direitos que lutavam não as beneficiavam. Assim, alguns anos após a Revolução Francesa, Olympe de Gouges<sup>15</sup>, atriz e escritora contrária à escravidão e a desigualdade sexual escreve a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, em 1791 (PERROT, 2017, p. 143).

Muito embora algumas mulheres conseguissem romper barreiras e lutar por seus direitos, principalmente ao que diz respeito ao voto e ao divórcio, sabe-se que grande parte da sociedade era alheia a esses direitos. Não tinha nem o entendimento do motivo pelo qual essas mulheres lutavam, acusando-as de barulhentas e incontroláveis (PERROT, 2017, p. 142). Ainda assim, no final do século XIX, tem-se o que ficou conhecido posteriormente como Primeira Onda Feminista, tendo como palco principal a Europa, dado o contexto histórico que vivenciavam na época, especialmente Inglaterra e França

Essas mulheres foram inspiradas pela Revolução Francesa e os ideais do Iluminismo, ainda que esse movimento não tivesse ideias emancipadoras sobre as mulheres, sendo apenas um movimento de ideais culturais e filosóficos, sem questionamento de gênero. Assim, as mulheres apropriaram os ideais pregados por este movimento e tentaram através dele conseguir direitos (PERROT, 2017, p. 142).

---

15 Integrante de clubes femininos que lutavam pelos direitos das mulheres. PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2017.

No Brasil, somente em meados do século XX, começou a se perceber algumas mudanças no cenário feminino. Grande parte devido às modificações políticas, sociais e culturais que ocorrem após a Proclamação da República. Os homens passaram a desejar as mulheres de outras formas, perdendo espaço a mulher elegante, com mãos enluvadas e corpos construídos por meio de espartilhos apertadíssimos.

Contudo, não foi apenas no aparato sexual e público que as mulheres conseguem um pouco mais de espaço. No Brasil, então, tem-se, mulheres engajadas politicamente que acabaram buscando uma voz ativa através do voto. O que Pinto (2003) destaca como a primeira fase feminista no Brasil. Para essa autora, esse momento pode ser considerado a fase “bem comportada” do feminismo no país, pois não tinha como finalidade acabar com a dominação do sexo masculino, nem percebia que a falta de direitos e liberdades das mulheres eram proibidas por essa dominação (PINTO, 2003, p. 26).

Assim, essas mulheres entendiam que era necessário o direito ao voto, principalmente porque na Constituição de 1891 não havia restrição que proibisse expressamente as mulheres de votarem. Isso decorre em função do voto ser garantido, nessa Constituição, a todo cidadão. É evidente, segundo Pinto (2003), que na época de sua escrita o substantivo cidadão não estava sendo referido ao termo universal que abrange mulheres e homens, mas apenas aos homens. Na cabeça dos homens do período, a mulher era um ser sem direitos políticos. Esse discurso estava enraizado no patriarcalismo e se propagou, em grande medida, até a atualidade (PINTO, 2003, p.16).

Essa fase feminista, segundo Pinto (2003), é considerada uma fase bem organizada, liderada por mulheres pertencentes à elite, altamente escolarizadas em comparação com as outras mulheres da sociedade. Sua principal expoente, no Brasil, foi Bertha Lutz, filha de uma enfermeira inglesa e de um cientista brasileiro de renome, que estudou em Paris e teve contato com as sufragistas<sup>16</sup>. Ao retornar, começou a organizar a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF). A FBPF nasce em 1922, no mesmo ano que ocorre a Semana de Arte Moderna e o Manifesto Antropofágico, dotados de

---

<sup>16</sup> Movimento de mulheres ocorrido entre o fim do século XIX e o início do século XX, para organizar a luta das mulheres pelo direito ao voto.

pensadores e inclusive mulheres que entendiam a necessidade de seu direito ao voto (PINTO, 2003, p. 24).

Assim, ao mesmo tempo que ocorria o feminismo “bem comportado” no Brasil de 1920 a 1930, observa-se também o aparecimento de um feminismo mais heterogêneo, pois dele participam intelectuais, operárias e anarquistas, todas radicalmente contra a dominação masculina. Muitas dessas mulheres eram filhas de imigrantes italianos e portugueses que trouxeram da Europa as raízes anarquistas para o Brasil (PINTO, 2003, p.33).

Essa vertente do feminismo mais radicalizada tinha mais consciência de que sua situação era derivada diretamente da dominação masculina e lutava contra a opressão destes homens. Contudo, o fato dessas mulheres perceberem sua real situação se deveu muito às situações pelas quais passavam em seus trabalhos, ganhando salários inferiores mesmo quando tinham carga horária relativamente maior.

### **3.2 AS DIFERENTES MULHERES QUE LUTARAM NA DITADURA**

Segundo Pinto (2003), entre os anos de 1932 a 1960, ocorre uma “pausa” nos movimentos feministas no país, havia pouca movimentação de grupos voltados à luta de gênero e igualdade de sexos. Porém, esse momento de pausa foi essencial para as lutas que ocorreram na década de 1970. Essa pausa não significava que as mulheres não reconheciam seu lugar de direito, nem tampouco não se preocupavam com suas particularidades, mas foi propício para que muitas mulheres tivessem contato com os movimentos feministas estrangeiros. Já que muitas dessas mulheres que se organizavam a partir da década de 1970, começam a pensar sua real situação em países que já estavam vivenciando um *boom* de movimentos sobre a temática. Como muitas destas mulheres da luta seguinte eram de famílias ricas, grande parte, ao menos as da liderança, estudaram na França, Estados Unidos e Inglaterra e, quando retornaram ao seu país, retornaram sob uma perspectiva diferenciada da que tiveram contato nesses países (PINTO, 2003).

Assim, as mulheres resistiam em ambientes públicos, relacionadas muitas vezes com o movimento de operárias e conseguiam levantar suas bandeiras. Em contrapartida, no Brasil, esses movimentos começam nas

casas, como se fossem um clube do livro, com poucas mulheres para não levantar suspeitas. Quando essas mulheres retornam ao Brasil, na década de 1970, deparam-se com extrema repressão, quase que de um regime totalitário encabeçado por Médici. Esse ponto é relevante, pois muitas mulheres acabaram dividindo a causa, umas por acharem que o foco principal do momento era lutar pela redemocratização do país, outras por acharem que uma coisa estava diretamente relacionada a outra. Isso porque se lutassem apenas pela redemocratização, ainda que conseguissem, nada mudaria nas suas vidas, pois continuariam subjugadas e dominadas pelos homens (PINTO, 2003, p. 46).

Outro problema ao lidar com movimentos específicos no país era o caráter social que o mesmo acarreta. Embora as mulheres lutassem por causas específicas de gênero e dominação, não conseguiam deixar de lado questões como fome, miséria, educação, desigualdade social que se exacerbaram durante a Ditadura Militar. Assim, as primeiras manifestações de movimentos feministas no Brasil foram essencialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Nas outras regiões, as manifestações ocorreram em proporções menores. O primeiro evento que modificou toda a estrutura que estava sendo construída foi o Congresso promovido pelo Conselho Nacional da Mulher liderado pela advogada Romy Medeiros, segundo Pinto (2003).

Esse seria o marco de transição entre o velho feminismo e o novo feminismo, ou feminismo bem comportado e o feminismo mal comportado. Romy Medeiros lutava desde a década de 1950 em prol dos direitos das mulheres casadas que eram controladas por seus maridos conseguindo após grandes lutas aprovar, em 1962, o Estatuto da Mulher Casada, sob Lei Federal de nº 4.121. Esse tem suma importância, pois modifica o Código Civil de 1916 que estabelecia o marido como chefe de família, com direito de representar a mulher legalmente, ou seja, permitia ao marido o poder de tomar decisões legais sobre sua esposa e, a partir desse Estatuto, o homem passa a exercer a função de chefe da sociedade conjugal, contando com a colaboração da mulher e dos filhos para buscar interesses comuns. Assim, no âmbito legal, a partir de 1964, homens e mulheres passam a responder e ter os mesmos impedimentos legais, necessitando de consentimento mútuo para casos como



fiança, alienação de imóveis, entre outros, porém, isso nem sempre ocorria na realidade (PINTO, 2003, p. 47).

Como Romy Medeiros fazia parte da transição, a mesma tinha uma relação tranquila com as elites governamentais, até mesmo com os militares, entusiasta do planejamento familiar para pobres, o que aprendeu com políticas sociais internacionais de países periféricos. Contudo, a posição política de Medeiros não era considerada um destaque, possuía grande apoio da Coca-Cola e da Igreja Católica, mostrando que o movimento também poderia ser mais à direita o que fazia com que muitas feministas não gostassem de sua vertente (PINTO, 2003, p. 47).

Os movimentos que surgem a partir dos anos 1970 tinham um viés político forte e com mulheres mais engajadas na luta de gênero. As guerrilheiras são um dos exemplos de mulheres que começaram o processo de liberdade, ou pelo menos, o de querer liberdade. Algumas tiveram contato com os livros de Simone de Beauvoir e outras autoras estadunidenses e, a partir dessas leituras, repensavam suas experiências de vida, ainda que de maneira adjacente em relação à luta contra a Ditadura Militar. Até mesmo pelo espaço destinado a causas particulares ser pequeno.

Outro grupo de particular destaque foi o primeiro grupo de São Paulo, que reunia regularmente mulheres intelectuais da esquerda, profissionais e com uma idade um pouco mais avançada. Essas mulheres não foram a público, pois sua organização ocorreu num momento de forte repressão e havia muito medo de prisões, já que não podiam contar com os movimentos de esquerda, nem os de luta armada, pois tinham sido dizimados (PINTO, 2003, p. 50).

Há destaque também para o Rio de Janeiro que tinha um grupo informal. Eram as Amigas Reunidas, como um grupo religioso, que discutiam literatura relacionada às mulheres. Porém, a partir de 1973, esse grupo começa a reunir mulheres mais jovens e se torna um grupo de reflexão sobre a sexualidade e a intimidade. Esses grupos de reflexão têm grande impacto no país podendo ser responsabilizado pelo *boom* sexual ou revolução sexual que ocorre a partir dos anos de 1970 (PINTO, 2003, p. 51).

Dessa forma, no decorrer dos anos de 1970, a pílula anticoncepcional passava a ser aceita tanto por homens quanto por mulheres, as quais a

utilizavam para escolher quando queriam filhos. Algo que a igreja se posicionava contra. Mesmo em lares conservadores e religiosos, a pílula se fazia presente. Até mesmo por ser uma época conturbada, que embora começasse a ter crescimento econômico o medo ainda pairava de ter uma alta inflacionária como no início do golpe. Começava-se, também, a falar sobre orgasmo e a capacidade de gozo feminino (PRIORE, 2014). Esses avanços, mesmo durante o golpe, foram possíveis apenas pela mídia, literatura, teatro, cinema e revistas os quais sofriam com a censura prévia.

Contudo, um dos grupos de maior relevância para o país nesses anos de linha dura, foi o grupo que lutava pela Anistia. Nos anos após a decretação do AI 5, em 1968, muitos intelectuais, políticos, homens, mulheres que lutavam como militantes esquerdistas, ou que simplesmente iam contra as normas dos militares, foram exilados para outro país. Essas pessoas foram enviadas para países da Europa e da América Latina, principalmente ao Chile.

Inicialmente, esse grupo começou com mães que tiveram seus filhos presos, na maioria estudantes, passando para esposas e irmãs com laços próximos aos exilados. Algumas comissões de familiares presos e exilados foram feitas. Em 1975, no Ano Internacional da Mulher, fizeram um abaixo-assinado acompanhado do “Manifesto da Mulher Brasileira” em favor da anistia (TELES, 1993, p. 83).

Assim, segundo Teles (1993), após criado o Movimento Feminino pela Anistia e dada a repercussão mundial que o movimento ganhava, foi realizado em 1979, o Congresso Nacional pela Anistia o qual tinha como reivindicações:

- levantamento de todas as mulheres que sofreram com a repressão devido as lutas pró democráticas.
- comemoração do Ano Internacional da Criança com as denúncias e violências que menores sofriam com o regime militar.
- denúncia de crianças que ainda não possuíam registro, bem como sofreram com a repressão sendo presas com seus pais.
- assistências às presas políticas.
- levantamento de casos de violência em locais de trabalho.
- divulgação de casos de violência sexual (essa questão embora importante, quando se tratava de violência sexual por parte do cônjuge ela quase nunca era denunciada, primeiro por que a vítima era desenganada pelas

autoridades, segundo pela ameaça de quem as violentava, sendo esse um tabu na sociedade).

- levantamento dos casos de violência contra a mulher por parte dos policiais.

- levantamento dos casos de menores torturados, presos e mortos pelos órgãos da repressão (em grande parte estudantes que estavam insatisfeitos com o regime militar e a falta de democracia e direitos).

Portanto, entende-se a importância deste Comitê em favor da Anistia, não apenas para os que estavam exilados, mas para a sociedade como um todo que lutava todos os dias e especialmente sendo mulher, mãe ou filho.

Entretanto, ainda que as mulheres tenham contribuído e muito para a Anistia, grande parte desses exilados não tinham como característica a luta feminista. Muito pelo contrário, sua decisão maior era sobre a luta de classes, encabeçado pelo viés Marxista. Não gostando das lutas particulares das mulheres, negros, índios e outros, pois subentendiam, como dito anteriormente, que estas causas diminuía ou abafavam a luta de maior interesse que era a de modificação do sistema (PINTO, 2003, p. 53).

Um exemplo de grupo feminista sobre o exílio é o Grupo Latino-Americano de Mulheres, que atraía mulheres de vários locais e não apenas o Brasil para lutar e discutir situações referentes às mulheres. Reuniam-se de maneira informal e um exemplo de que a esquerda não tolerava este tipo de comportamento feminino é quando a Frente de Brasileiros no Exílio ameaça retirar o financiamento as famílias que tivessem mulheres que lutassem e participassem do Grupo Latino-Americano de Mulheres, havendo forte pressão masculina para que as mulheres não participassem deste grupo (PINTO, 2003, p. 53).

Contudo, apesar dos desafios as mulheres continuaram tentando conquistar espaço. Com isso, tem-se no país de 1975 a 1979, o mais importante grupo feminista de mulheres no exílio, o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, que ocorreu após a experiência do grupo Latino-americano citado anteriormente. Esse Círculo via na luta de classes a possibilidade da luta pela libertação da mulher e o faz. Relaciona luta feminista, com luta ideológico-política ao estilo Europeu. Essas mulheres estavam dispostas a lutar de forma autônoma pelo ideal marxista com mesmo fervor

com que lutavam contra a dominação e submissão que passavam. Para isso, sua intenção era adentrar espaços públicos e atingir o maior público possível, diferente dos grupos iniciais que mais pareciam clubes do livro, dado caráter intimista e privado (PINTO, 2003, p. 54).

Ademais, em 1975, o feminismo do Brasil saiu de dentro da esfera doméstica, das casas e do esconderijo para as ruas e para o espaço público. O espaço público começou a ser cogitado pelas mulheres a partir da decisão da Organização das Nações Unidas (ONU), de definir o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher (PINTO, 2003). A tomada do espaço público pelas mulheres tentava ser de maneira legalizada, para não levantar suspeitas e não correr riscos, mas uma parcela do movimento era contra. O que se entende é que tanto os movimentos mais de esquerda, quanto os de centro/direita não agradavam nem os militantes contrários a ditadura e nem o alto escalão da ditadura. Tendo como único apoio, portanto, a Organização das Nações Unidas (ONU) (PINTO, 2003, p. 56).

Diferente do feminismo de países desenvolvidos, no Brasil, o movimento feminista buscava uma condição de vida melhor para a outra mulher e não para si mesma, ou não somente para si mesma, sempre tinham uma causa baseada em outra mulher. Ou seja, as mulheres que mais participavam desses grupos eram intelectualizadas, da elite e, em grande parte, tentavam defender os direitos das operárias, das mães em situação de marginalidade, no sentido de excluídas da sociedade (PINTO, 2003, p. 59).

Para além disso, constata-se que o movimento feminista tinha lutas gerais e lutas específicas. Na década de 1970, as lutas gerais eram: anistia ampla aos presos políticos, geral e sem restrições, eleições diretas e livres para todos os tipos de cargos, fim da carestia e Assembleia Nacional Constituinte. Já nas reivindicações específicas, tem-se: criação de creches nas empresas para que as mulheres pudessem trabalhar e ter um local seguro para deixar seus filhos, aumento das áreas de lazer nos bairros mais pobres, melhora da merenda escolar, aumento no número de escolas, igualdade salarial entre ambos os sexos e melhores condições de trabalho. Muitas vezes, as mulheres trabalhavam mais que os homens, em cargos iguais, em maior carga horária e ganhando um salário inferior sob argumento de serem mão de obra inferior. Este argumento era dado por homens, patrões, que inicialmente

não estavam contentes com a entrada da mulher na esfera pública – de trabalho – e que então as colocavam como inferiores à força “bruta” masculina (PINTO, 2003, p. 61).

### 3.3 AS GUERRILHEIRAS E A PERIFERIA URBANA

Grande parte dos protestos iniciados após o Golpe, iniciaram-se por uma elite altamente intelectualizada, grande parte advinda de grandes centros universitários do país e alguns até do exterior, que se juntaram para lutar contra a repressão. Uma mulher teve destaque especial nos anos de 1964 a 1970. Era Carmem da Silva, redatora da revista *Cláudia*. Nessa revista, escrevia, nas entrelinhas, artigos que incitavam as mulheres a buscar autonomia. (TELES, 1993, p. 62).

Ademais, foi a partir de algumas pequenas atitudes que algumas mulheres começaram a seguir os passos da luta armada. Isso não quer dizer que os militantes mais radicais da esquerda aceitavam sua presença. Mas que as mesmas se dispuseram a lutar, por vezes parecidas com homens. Uma artimanha para se camuflar, mas que muitas vezes era apenas para mostrar algo além de sua feminilidade, pois era comum nestes centros darem apenas tarefas inferiores às mulheres. A artilharia pertencia aos homens, os centros de comando também, salvo exceções.

Não é de conhecimento exato quantas mulheres fizeram parte da luta armada, porém estima-se ao em torno de 12% do total de pessoas que lutaram na guerrilha. Um número pequeno, mas expressivo, levando em consideração a dificuldade de tanto as mulheres quanto os homens se aceitarem nestes ambientes. As mulheres, por possuírem o machismo enraizado na cultura nacional, sofriam o efeito de se sentirem inferiores aos homens e nascidas apenas para fazer trabalhos específicos que a sociedade impõe. Já os homens, são criados desde cedo para lutar, possuíam conhecimento prévio de estratégias militares e, por isso, subjugavam a capacidade das mesmas, por superproteção ou por desconfiança de incapacidade e subestimação de sua inteligência (TELES, 1993, p. 64).

A função das mulheres na guerrilha era bem específica. Executavam principalmente a observação, o levantamento de informações e a preparação

de apoio logístico, que reforça o papel atribuído socialmente à mulher, o de retaguarda. Algumas exceções conseguiram se sobressair e chegar ao comando, mas, para as mulheres, já era uma vitória estar no meio de homens, lutando politicamente contra a ordem estabelecida até então (TELES, 1993, p. 71).

Já na guerrilha urbana, o papel feminino era utilizado com maior perspicácia ainda que na maioria das vezes fosse usado de forma sexualizada. Muitas mulheres, devido à sexualização do corpo feminino e do trabalho feminino, eram infiltradas como secretárias e com saias curtas conseguiam prender a atenção dos oficiais enquanto obtinham informações importantes, pois os militares, ao menos no início da ditadura, não desconfiavam das mulheres, não as viam como ameaça (TELES, 1993, p. 73).

Com o aumento da população em São Paulo, dada a recente industrialização e o aumento das tensões sobre as habitações, ora por ter mais população do que casas, ora por não poder pagar dada a valorização do terreno tanto fabril quanto habitacional, surgem, no ambiente urbano, as periferias. E foi nesse ambiente que outro grupo merece destaque que é o grupo de mulheres pertencentes a esse local (TELES, 1993, p. 74).

Essas mulheres, embora não participassem da guerrilha armada propriamente dita, tiveram papéis fundamentais em suas causas específicas. Em grande parte, essas mulheres eram trabalhadoras que pediam por igualdade de salário e creches para seus filhos. Ainda que suas causas fossem específicas, foram importantes, pois representavam grande parte da sociedade brasileira que precisava trabalhar, precisava se qualificar, mas não tinham com quem deixar seus filhos. Foi assim, por meio de grupos de mães, reunidos em paróquias após e durante a missa do domingo, que falavam sobre custo de vida, baixos salários e creche. Recebiam apoio de alguns padres e freiras que eram contra o regime ditatorial. Esses grupos de mães não possuíam uma distinção política clara e, devido a isso, movimentos de esquerda tentam uma aproximação com essas mães para melhor instruí-las, deslocando-se do centro para as periferias (TELES, 1993, p. 75).

Contudo, embora no início esses grupos de mães conseguissem conversar nas missas, como grupos de igreja, a pauta da discussão era bem controlada. Líderes religiosos cuidavam para que questões como sexualidade,

aborto, contracepção, entre outras não fossem discutidas. Era permitido falar apenas sobre trabalho doméstico, educação das crianças e discriminação no trabalho. O que cada vez era mais difícil devido a entrada de mulheres da esquerda e de feministas nos grupos. Mas mesmo com vários entraves, essas mulheres antes de terminar suas reuniões, sempre encontravam uma maneira de tocar em assuntos polêmicos (TELES, 1993, p. 76).

Esses grupos de mães são importantes, pois nos anos seguintes se transformam no grupo que lutava contra a carestia, que encontrou milhares de pessoas que passaram de lutas específicas a lutas fortes pela democracia, por volta de 1973, após promulgação do AI5 e durante o governo Médici. Além disso, em 1975, quando decretado o Ano Internacional da Mulher, foi que o movimento se tornou ainda mais forte. Redigiram a primeira Carta das Mães às autoridades. Essa Carta se referia ao alto custo de vida, a jornada dura de trabalho da família que muitas vezes tinham que pegar hora extra para conseguir colocar comida na mesa, fazendo até com que seus filhos menores trabalhassem para conseguir o sustento da família (TELES, 1993, p. 78).

Sobretudo as mulheres de periferia ergueram sua voz, fazendo um levante popular, o qual chama a atenção de sindicatos e outras instituições para a luta. Elas coletavam assinaturas de adesão ao movimento e encaminhavam a autoridades, bem como ganhavam apoio por seu caráter geral que era o de pedir aumento de salário, algo que toda a população sentia a necessidade (TELES, 1993, p. 79).

Os movimentos sociais, a partir de 1975, trouxeram a revalorização das práticas sociais presentes no cotidiano popular, práticas essas que foram vistas pelas suas linguagens, pelos lugares de onde se manifestavam, seus valores, como indicadores de identidades coletivas novas. Nota-se, portanto, que a luta dos movimentos sociais, sejam eles clubes de mães do Grajaú, movimentos dos favelados de Itaquera, membros do sindicato dos metalúrgicos de Osasco, eram parecidas, mas o modo de lutar não era (SADER, 1988, p. 26).

O modo de lutar era diferente, segundo Sader (1988), pois dependia da identidade da posição que cada grupo assumia, ou seja, se são membros de um sindicato, militantes de um partido ou participantes de uma comunidade de base. Além disso, dependia dos objetivos de cada grupo e das experiências

vividas por cada grupo, pois são nelas que se identificam interesses, constituindo coletividades políticas e movimentos sociais (SADER, 1988, p. 27).

Diante disso, é importante, no século XXI, lembrar o desenrolar desses movimentos para não os taxar, como o senso comum à direita do espectro político da sociedade o faz, de movimentos de bandidos comunistas, descontextualizando suas lutas e seus interesses por lutas específicas e gerais.



## **4 CONSTRUÇÃO DE CONSCIÊNCIA HISTÓRICA: respaldo teórico para a aplicação/construção da Sequência Didática**

O conceito de consciência histórica (extremamente importante para a execução da sequência didática em apêndice), segundo Ronaldo Cardoso Alves (2011), começou a ser elaborado num contexto pós-queda do muro de Berlim (1989), por interlocutores do contexto histórico europeu. Esse contexto propiciou que pessoas com características semelhantes se aproximassem e ao mesmo tempo se distanciassem. Esse distanciamento das pessoas se deu devido à divisão entre Alemanha Ocidental e Oriental. Todos eram alemães, contudo criados em ambientes distintos tanto social e culturalmente quanto política e economicamente (ALVES, 2011, p. 27).

### **4.1 UMA TEORIA DA HISTÓRIA**

Esse ambiente dicotômico, na Alemanha, foi responsável pelas questões que a consciência histórica vem a responder, discutindo os problemas de identidade, fazendo-se necessário ter:

[...] consciência histórica do que havia ocorrido na região a fim de garantir, ao menos, um mecanismo de conscientização que provesse do poder de crítica à geração de alemães filhos de famílias de condições socioeconômicas distintas (ALVES, 2011, p. 27).

De mesmo modo que a Alemanha estudou a importância da utilização da consciência histórica com seus alunos, nas aulas de História, o Brasil tem se destacado no mesmo caminho. Alves (2011) destaca a importância desse tipo de abordagem no Brasil. Ora, o Brasil sendo um país culturalmente rico, democrático, atualmente, deve entender e compreender sua identidade, suas raízes e como sucedeu este processo democrático dada sua juventude em detrimento de países com mais anos de democracia e exercício de cidadania como será visto adiante.

Esse conceito remete à necessidade de aplicação da História à vida prática, bem como as relações de experiência e de expectativa fundamentais à História, as quais entrelaçam passado, presente e futuro. Ou seja, os sujeitos voltam ao passado com um tipo de consciência histórica, mas só a partir do

momento em que se é trabalhada, em uma perspectiva crítica, com documentos, o sujeito consegue se perceber (ou não) em relação ao passado, a partir de sua vida prática.

Segundo Rüsen, consciência histórica é:

[...] Um fenômeno do mundo vital, ou seja, [...] uma forma da consciência humana que está relacionada imediatamente com a vida humana prática. É este o caso quando se entende por consciência histórica a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo. (RÜSEN, 2001, p. 57)

Dessa forma, ter consciência histórica nada mais é que o ato de compreender que os fatos por meio das operações mentais, com sistematização, para recuperar um passado que ao mesmo tempo em que é individual também é coletivo. Isso objetiva resolver problemas de orientação no presente e construir identidade. Ou seja, segundo Rüsen (2001), a consciência histórica é uma categoria relacionada a todo pensamento histórico, de tal modo, que os sujeitos a partir de suas experiências as interpretem como história.

Assim, segundo Alves (2011), a consciência histórica é uma característica inerente a todo ser humano, pois é a partir dela que as decisões são tomadas no presente. Isso por que todos os seres humanos precisam tomar decisões em sua vida e essas decisões, por mais que tomadas individualmente, têm efeitos no coletivo. E, para isso, precisam de orientação no seu agir pois é:

A interpretação de seu próprio passado e da coletividade em que está inserido. É a rememoração da experiência humana, interpretada e com sentido, que dotará o ser humano de perspectivas do agir presente com vistas a envidar possibilidades para o futuro, ou seja, de consciência histórica. (ALVES, 2011, p. 36)

A partir disso, Rüsen estabelece quatro tipologias de consciência histórica, adquiridas por meio da razão, que, para ele, é o que conduz o indivíduo à consciência histórica. A primeira tipologia é a Consciência Tradicional. Este tipo de Consciência visa a repetição do passado e dos modelos culturais de outrora, mas sem problematização dessas vivências, somente reafirmando as ordens já estabelecidas. O segundo tipo de consciência é a Exemplar. Nessa categoria o indivíduo deseja explicar o presente por meio de modelos do passado, a partir do que vivenciou,

explicando o presente pelo passado, mas sem inserção do passado no presente, o que leva a anacronismos. A terceira categoria é a Crítica, nela há negacionismo dos exemplos do passado, ao passo que o indivíduo no presente entende que não se pode inserir o passado no presente através de seus exemplos, pois as estruturas estão em mudanças constantes (MARRERA, SOUZA, 2013).

Por fim, a tipologia de consciência que abarcaria as soluções temporais, é a Genética. Nela o indivíduo é consciente do presente e de que o presente é reflexo direto do que ocorreu no passado. Assim, o que ocorreu no passado não voltará a ocorrer, porém existem continuidades desse passado no presente, dessa maneira, o indivíduo não nega o passado e nem tenta legitimar o presente a partir dele, mas o coloca como uma relação entre os dois (MARRERA, SOUZA, 2013).

De toda forma, segundo Rüsen (2009), é importante a evocação do passado por fornecer, à vida humana, um quadro de orientação cultural que põe em perspectiva o futuro com raízes nesta experiência do passado. Ou seja, é a partir da rememoração que se constrói um futuro consciente, sem cair nas mesmas atrocidades do passado. Por isso, a importância do conceito na atualidade. Quando se trata dos anos 1960-1980, é importante caracterizar como algo que pertenceu ao passado, mas dada à cientificidade da História, ao se trabalhar com ela no presente, recolocamos esse tempo em questão para não deixar que ocorra novamente, bem como pensar quais parâmetros levaram a chegar neste ponto e como se deu seu término.

Ademais, a função do professor é a de provocar a reflexão sobre a perspectiva de cidadania nos alunos, segundo os parâmetros advindos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN). Nesse sentido, além da função de ensinar conteúdo ao aluno, cabe ao professor o propósito máximo de tornar esse aluno um cidadão para o futuro, enfatizando um projeto social do qual garanta a ele cognoscibilidade, criticidade, sensibilidade estética, crescimento pessoal e solidário para com o próximo (AGUIAR, 2018).

Assim, ao professor de História, cabe colocar as seguintes questões em pauta em seu ensino: “minhas decisões influenciarão a mim somente ou também aos que estão ao meu redor? Que implicações surgirão dessa tomada de posição? Sua repercussão será curta ou perdurará por muito tempo?”

(ALVES, 2011, p. 39), pois é por meio dessas questões que se evidencia a relação dúbia da História com a vida, que partem de questões individuais demonstrando que estas questões afetam a história de terceiros tanto quanto a sua.

Segundo Alves (2011), esse processo é importante, pois sistematiza e qualifica a relação que os seres humanos têm com a História, de modo que percebem que são participantes ativos do processo histórico e que nele constroem sua identidade. Assim, o Ensino de História propicia a articulação entre vida prática e uma metodologia histórica, relacionando a cientificidade da História ao cotidiano das pessoas. Isso porque é a partir da cientificidade da História, que se garante que versões ultrapassadas e distorcidas da realidade não se multipliquem a ponto de se tornar um discurso oficial, já que o que diferencia a Ciência Histórica das outras facetas da história é o acréscimo de racionalidade (SADDI, 2010):

Ou, como afirmava Rüsen (2007), a Ciência Histórica metodiza sua relação com as fontes (pertinência experiencial ou empírica), a sua relação com as ideias (pertinência interpretativa) e a sua relação com a narrativa (pertinência narrativa) (SADDI, 2010, p.76).

A partir do processo de preparação de afirmações sobre o passado, a ciência histórica torna-se capaz de refletir sobre a produção de Consciência Histórica (SADDI, 2010). Ou seja, a ciência histórica é relevante, para além de conhecer um fato antigo, trazer reflexão sobre o tema de modo a produzir consciência histórica. Contudo, nem apenas os cientistas da História têm utilizado o passado para reflexões futuras, o que se exacerba em tempos de crise e em tempos revisionistas.

A História Pública, por exemplo, nem sempre é feita de modo a expandir horizontes e trazer o leitor não acadêmico para perto, criando entraves na História, com facetas errôneas ou antiquadas. Como no caso da Ditadura militar, que se criam livros e reportagens, ainda hoje, que traz a ditadura com saudosismo, colocando o período como um momento sem corrupção, que não foram torturadas pessoas, sem devido merecimento ou que não houve lesa a direitos humanos, tornando-se produções mais danosas que benéficas ao leitor simples, que todavia faz parte de sua Formação Histórica, que é definida como “os processos de aprendizagem em que “história” é o assunto e que não se

destinam, em primeiro lugar, à obtenção de competência profissional.” (RÜSEN, 2001, p. 48).

A Formação Histórica é o campo pelo qual o aprendizado histórico pertence, incluindo o ensino de História nos colégios e a influência da mídia na formação de adultos sobre sua consciência histórica. Ou seja, todos os campos que servem de orientação à vida cotidiana por meio de consciência histórica (RÜSEN, 2001, p. 48).

Desse modo, a Formação Histórica não é apenas a formação que o cientista da História pratica com seu aluno em sala de aula por meio da Didática da História<sup>17</sup>, mas toda e qualquer pessoa que tem por finalidade influenciar um terceiro sobre determinado tema, como no caso acima citado que revisa a questão ditatorial do seu ponto de vista. O que ficou nítido nas eleições de 2018, nas manifestações *pró-impeachment* de Dilma Roussef, em 2016, quando algumas camadas sociais pediam intervenção militar<sup>18</sup> alegando ser um tempo de bonança e segurança pública e também quando um deputado eleito de maneira democrática em 2014 pendura uma faixa parabenizando os militares em uma sessão solene para lembrar os 50 anos do golpe de 1964 na Câmara dos Deputados<sup>19</sup>.

Ao pensar que esse mesmo deputado foi eleito Presidente da República, em 2018, com esse discurso militarista e conservador sobre a Ditadura, entende-se que boa parte da sociedade brasileira desconhece o que foi a Ditadura civil militar, desconhece as perseguições e principalmente as censuras que ocorriam. Diante dessas questões, esta pesquisa se pauta em proporcionar elementos para que os alunos do Ensino de Jovens e Adultos (EJA) transformem seu conhecimento, visando não a transposição do conhecimento, mas uma Didática Histórica atrelada à construção de consciência histórica para formar, informar e conscientizar esses alunos.

---

17 A Didática da História é a ciência que se ocupa em trazer para a sala de aula temas extra curriculares e extra científicos atrelados a investigação de consciência histórica (BERGMANN, 1990).

18 Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/manifestacao-pro-impeachment-tem-de-pixuleco-a-periquito/>> Acesso em: 17 de nov. 2019.

19 A faixa dizia: “*Parabéns aos militares. Graças a vocês o Brasil não é Cuba!*” foi estendida por militantes na galeria do plenário enquanto discursava a deputada Luiza Erundina (PSB-SP). Segundo a segurança da Câmara, a faixa foi trazida pelo deputado conservador Jair Bolsonaro (PP-RJ)”. Disponível em: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/04/bolsonaro-e-apoiadores-tumultuam-sessao-dos-50-anos-golpe-de-1964.html> Acesso em: 22 out de 2019.

## **4.2 A FONTE NA PESQUISA HISTÓRICA EM SALA DE AULA:** auxiliando no trabalho de “sistematização” da consciência histórica dos alunos

A pesquisa histórica pautada em uma metodologia empírica trouxe riqueza ao campo por permitir, ao historiador, investigar fontes diversificadas, desde uma fonte escrita até uma fonte sonora. Assim, cabe a recuperação do passado de forma reguladora, dotada de credibilidade e veracidade conforme a narrativa do historiador. Dessa maneira, o historiador retorna ao passado para obter respostas com orientação no presente (ALVES, 2011, p. 31).

Para Alves (2011), a narrativa histórica construída pelo historiador, concebida cientificamente, e chamada Historiográfica apresenta-se de formas diversas na sociedade, de modo a facilitar sua compreensão. Tem-se livros historiográficos, revistas, jornais, filmes, blogs, novelas, entre outros, que constituem o espaço que comporá junto à existência do adulto, criança e jovem, a satisfação de seus interesses junto à experiência no tempo, levando em consideração sua tomada de decisão política, socioeconômica e cultural (ALVES, 2011, p. 43).

O que é considerado fundamental para a ciência histórica, pois sem fontes não se pode reconhecer um passado com sentido histórico. Para Rüsen:

As perspectivas conjecturais e interrogativas têm de incluir as experiências concretas do tempo do passado, de modo que elas sejam conformadas, interpretativamente, no construto significativo de uma “história” e, com isso, possam agir eficazmente como fatores de orientação no tempo (RÜSEN, 2001, p. 32)

Essa experiência concreta no tempo do passado é o que constitui o processo do conhecimento histórico. Um dos exemplos dessa riqueza documental de fontes é a possibilidade de utilizar depoimentos como fontes de análise do processo ditatorial brasileiro, como os depoimentos feitos com mulheres participantes da oposição da ditadura militar no Brasil. Esses depoimentos partem de um projeto inicial que visa compreender e explorar mais documentos de mesma natureza num trabalho futuro, bem como auxiliar a construção de consciência histórica no aprendizado sobre o tema. Partindo de

uma história pontual, de modo a trazer a realidade presente e projetar um futuro.

Esses depoimentos estão disponíveis na Comissão Nacional da Verdade (2014) e têm como objetivo divulgar informações sobre torturas praticadas pela repressão política, responsabilizar e culpabilizar os responsáveis pelas torturas e estimular a educação em direitos humanos constituídos e dotados de consciência histórica, pensando justamente em uma educação que privilegie e estimule os direitos humanos.

Esse tipo de fonte é um exemplo do caráter científico que a História pode ter quando trabalhado de modo metodológico, com objetivo de despertar interesse na humanidade para questões sociais, sem que haja apenas a transposição do conhecimento. Atendo-se não à doutrinação do aluno, mas ao raciocínio lógico, pois a partir do momento que é estimulado no aluno a interpretação de um documento como fonte histórica este perceberá sua real importância e tirará suas próprias opiniões em ajuda com manuais de estudos sobre o tema.

Bem como, trará às alunas explicação e análise de sua história, demonstrando sua participação ativa no passado, promovendo-se assim um diálogo de representatividade. O que é de suma importância dada a ausência de fontes sobre e das mulheres até o século XX, quando finalmente as mulheres começam a ter acesso à universidade e a alfabetização mais facilmente no cenário posterior as duas guerras mundiais, quando foram lançadas ao mercado de trabalho (PERROT, 2017).

Rüsen (2001) demonstra que ao articular a interdependência dos cinco fatores do pensamento histórico na matriz disciplinar da ciência da história, adquire-se especificidade para diferenciar o pensamento histórico comum do pensamento histórico científico. Isso é importante, pois relaciona, como dito anteriormente, a ciência da história com a vida prática dos alunos no tempo e contribui para as mudanças do homem no tempo.

Além do mais, “as funções da Historiografia, se referem ao interesse em conhecimento histórico, é nesse ponto que a contemporaneidade do pensamento histórico se manifesta como inquietação por mudança” (RÜSEN, 2001, p. 37). Mesmo assim, para não correr o risco de cometer anacronismo, é necessário ajustar o conhecimento histórico do passado ao presente com

novos sentidos de critério, levando a novas representações do que é histórico no passado (RÜSEN, 2001).

Dessa forma, serão analisados quatro depoimentos sobre mulheres que lutaram durante a ditadura militar, bem como demonstrado e explanado como a tortura realizada em suas prisões eram distintas das torturas realizadas com homens. As fontes a seguir trabalhadas são consideradas *a posteriore*, pois fazem parte da Comissão Nacional da Verdade, instaurada durante o Governo da Presidenta Dilma Roussef em 2012 e publicadas em 2014, mas iniciado seus trabalhos a partir de 2012. A importância desta Comissão foi fundamental tanto para compreender o período que ela se constituiu quanto para entender o período pelo qual ela se debruça, bem como a Presidente que a instaurou como será explicado a seguir.



## 5 AS MULHERES E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

### 5.1 FONTES PARA SEREM UTILIZADAS EM SALA DE AULA

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) começou suas atividades em meados de 2012 e concluiu seu relatório em dezembro de 2014. Recebeu auxílio ajuda de cidadãos e algumas instituições que forneceram documentos que foram utilizados e anexados no relatório. Embora o nome da comissão seja Comissão Nacional da Verdade, há de se comentar que é um projeto constituído de pluralidade, das quais cada indivíduo defenderá a sua e cabe análise histórica em cada uma delas, para não haver possibilidade de militares, como Carlos Alberto Brilhante Ulstra<sup>20</sup>, defender o Regime Militar, por ser a sua verdade e o seu pensamento no livro *Verdade Sufocada* (2006).

A CNV foi constituída por sete conselheiros designados pela presidente em gestão. Os conselheiros José Carlos Dias, José Paulo Cavalcanti Filho, Maria Rita Kehl, Paulo Sérgio Pinheiro e Rosa Maria Cardoso da Cunha participaram do início ao término do relatório, já os conselheiros Claudio Lemos Fonteles e Gilson Langaro Dipp renunciaram em 2013, ano em que apenas o conselheiro Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari foi nomeado. Além destes conselheiros, vários pesquisadores foram incluídos na equipe, bem como vários servidores públicos (CNV, 2014).

O objetivo central da CNV foi cumprir ao longo de suas atividades a tarefa contida na Lei Federal nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, que a instituiu para examinar as violações de direitos humanos praticados entre 1946 e 1988, para fortalecer a memória e verdade históricas e promover justiça aos que foram injustiçados neste período.

O contexto em que a CNV foi instalada é o de cinquentenário do Golpe Militar que destituiu o ex presidente João Goulart em 1964, iniciando a Ditadura Militar. O objetivo da CNV é o esclarecimento das detenções ilegais, desaparecimento de pessoas, tortura seguida de morte, ocultação de cadáver e causa da morte, bem como identificação dos responsáveis por estes atos, além de sua retratação da verdade.

---

20 Ex coronel do Exército Brasileiro e ex-chefe do DOI-CODI do II Exército.

Há também o fato de, em 2006, ter sido publicado um estudo sobre o direito à verdade do Alto Comissariado para Direitos Humanos. Esse estudo define o direito de saber a verdade completa sobre as causas que fizeram várias vítimas pelo mundo, bem como quais as causas e condições para as terríveis violações de direitos humanos. Este estudo também coloca a importância de dar direito à verdade em duas dimensões, a individual: pela qual o Estado tem a obrigação de apresentar informações específicas sobre as circunstâncias das graves violações e inclusive a identidade dos autores que cometeram as atrocidades, em caso de morte e desaparecimento; e a coletiva: a qual o Estado é obrigado a fornecer informações sobre o ocorrido (CNV, 2014).

Para tanto, a CNV vê como princípio básico o cumprimento da verdade nas esferas individual e coletiva, tornando público o local, as instituições e as circunstâncias que ocorreram as torturas e mortes no período ditatorial.

Vale ressaltar que o Brasil teve o apogeu de desenvolvimento em direitos humanos a partir da Constituição promulgada em 1988, cujo texto prevê a garantia dos direitos humanos estabelecidos em tratados internacionais de direitos humanos pelo qual o Brasil faz parte.

O órgão que garante o cumprimento dos direitos humanos coloca como relevante o debate sobre a memória, a verdade e a justiça. Coloca, inclusive, que houve violações graves avaliadas e categorizadas como “graves violações de direitos humanos”. Essa categoria serve, segundo a CNV (2014), para designar crimes que atentam contra o direito à vida e à integridade pessoal, não sendo cancelada nem em casos de guerra e emergências, prevenindo genocídios, crimes de guerra e crimes que ferem a humanidade.

Portanto, a CNV orientou seus trabalhos para alguns casos de detenções ilegais e arbitrárias, torturas, mortes, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres, compreendidos todos como graves violações de direitos humanos.

No início dos trabalhos da CNV, foi feita a identificação das fontes e contatados os familiares das vítimas da Ditadura. Isso foi importante para dar voz às vítimas e aos familiares, sendo essencial para o resgate da memória, recuperação de documentos e esclarecer como ocorreu a repressão.

Segundo a Presidente Dilma Rousef<sup>21</sup>, uma das responsáveis pela realização da Comissão Nacional da Verdade, a importância dessa Comissão é a de que:

O Brasil merece a verdade, as novas gerações merecem a verdade e, sobretudo, merecem a verdade factual aqueles que perderam amigos e parentes e que continuam sofrendo como se eles morressem de novo e sempre a cada dia. É como se disséssemos que, se existem filhos sem pais, se existem pais sem túmulo, se existem túmulos sem corpos, nunca, nunca mesmo, pode existir uma história sem voz. E quem dá voz à história são os homens e as mulheres livres que não têm medo de escrevê-la.

Para além da família e de vítimas, outros tipos de depoimentos que a CNV colheu foi o de coronéis reformados, como o caso de Pedro Ivo Moézia de Lima, em 9 de setembro de 2014. Uma das perguntas feitas a esse Coronel, é se houve tortura no Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do Segundo Exército. Conforme seu depoimento, institucionalmente não houve, mas imagina que tenha havido, devido a quem os ensinou a trabalhar. Relatando que foram ensinados no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) pelo delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury, conhecido por seus métodos extremos de conseguir informações (CNV, 2014).

Foi utilizado também o acervo do antigo e extinto Serviço Nacional de Informações (SNI) e serviços secretos das Forças Armadas que são hoje os principais acervos de documentação e informação sobre a Ditadura Militar. Seus documentos, segundo a CNV, registram o cotidiano de espionagem, o intenso monitoramento aos transgressores do regime e como as informações passavam de um órgão a outro de repressão.

Por fim, os trabalhos e audiências da Comissão Nacional da Verdade se encerraram no dia 14 de março de 2015, por meio de um relatório com 4.328 páginas, após dois anos e sete meses de depoimentos de civis e de militares, audiências públicas, organização e averiguações sistemáticas de documentos

---

21 Trecho do depoimento da Presidente Dilma Rousef, disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv/57-a-instalacao-da-comissao-nacional-da-verdade.html>

referentes ao Período Ditatorial. Nesse relatório, cerca de 377<sup>22</sup> pessoas foram apontadas como responsáveis, direta ou indiretamente, por práticas de tortura, assassinatos e sequestros durante o período militar (1964-1985). Cabe, ao historiador, dessa forma, buscar, nesse relatório, como essas verdades constituídas por meio do discurso transformam os rumos da História e como foram determinantes no período em que a pesquisa se insere – Ditadura Militar.

## 5.2 O DISCURSO À LUZ DE FOUCAULT

A História e a Filosofia caminharam durante muitos anos de maneira separada. Foucault, na contra-mão dos seus contemporâneos, não aceitava receber nenhum título, gostava de transitar entre os saberes e isso se expressou na sua vasta literatura e nos diversos cursos que ministrou no *Collège de France*. Porém, com a revolução que o campo historiográfico viveu, tornou-se possível sua relação com esse saber. Para ele, era imprescindível que a História Tradicional fosse abandonada, por isso adere a *École des Annales* em sua terceira geração. A qual procurava buscar a verdade a todo custo em um documento para reconstituir o passado. Já a Nova História não busca interpretar o documento ou descobrir se ele diz a verdade, mas trabalhá-lo desde o interior, levando em consideração sua subjetividade e o sujeito por meio do discurso. (FOUCAULT, 2009).

No mesmo patamar histórico, há Jacques Le Goff que destaca que os historiadores dos *Annales* expandiram o conceito de fonte histórica, que antes era restrito a documentos escritos e oficiais e que a partir dos anos de 1960 possibilitou a utilização de fontes diversificadas (LE GOFF, 2003). De semelhante modo a Foucault (2009), Le Goff (2003) destaca que foi o esforço da sociedade em construir um futuro a partir da imagem de si mesmo que transformou as relações entre documento e história que temos na atualidade.

É nesse sentido que a fonte desta pesquisa se insere, na Nova História, composta por novos documentos, dotados de um discurso de poder. Ademais,

---

22 A síntese das 377 pessoas colocadas como responsáveis por estes atos, pode ser consultada em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/veja-lista-dos-377-apontados-como-responsaveis-por-crimes-na-ditadura.html>

os estudos de Foucault são divididos em três etapas<sup>23</sup> e para um entendimento que não seja simplório da utilização de seu conceito de discurso e dispositivo salienta-se a importância de transitar entre estas três etapas durante a análise da fonte. Assim, Foucault (2012) define o discurso como precursor, produtor de todas as coisas e a verdade de um momento histórico. Contudo, Foucault (2012) faz somente uma breve introdução sobre a Análise do Discurso, não a definindo como o campo da Linguística o fez. Entretanto, os elementos elencados por ele são suficientes para o presente trabalho.

Foucault (2012) relaciona os discursos com os poderes, prática inegável durante o período ditatorial, por isso a escolha pela sua teoria de discurso. O diagnóstico do presente feito por Foucault (2009) quer a partir da descrição do que somos nos fazer pensar como poderíamos ser diferentes e como podemos nos transformar, pensar diferente do que os poderes tentam induzir. E é esta busca que as mulheres revolucionárias daquele tempo tentaram, ainda que tenha custado a vida de muitas delas.

Em sua aula inaugural no *Collège de France* em 1970, sob tema da Ordem do Discurso, Foucault (2012), atrelou o poder ao discurso e questionou o porquê de ser tão perigoso falar do poder controlar os discursos. Esses discursos são dotados de dispositivos de poder que tendem estrategicamente o controle, a classificação, a separação, entre outros, do que se pode ou não pode fazer. A função do discurso para Foucault (2012) é bem clara e se fundamenta na ideia de eliminação de toda e qualquer ameaça a permanência do poder.

A partir desses dispositivos de poder, inicia seu pensamento sobre o nascimento das prisões no século XVIII. O dispositivo prisional é utilizado para segregar, separar criminosos e os deixar isolados da sociedade, com a finalidade de recuperação. Como se o criminoso sofresse de uma enfermidade e precisasse ficar um tempo em isolamento. Esse dispositivo de prisões é utilizado para punir socialmente os criminosos.

---

23 Os estudos de Foucault são distribuídos em três planos metodológicos: Arqueologia, Genealogia e Ética. A temática do saber está relacionada ao campo da Arqueologia. O poder pertence à Genealogia. E por último o sujeito está inserido no campo da Ética. VEIGA-NETO, A. **Foucault e a Educação**. 3 ed. Belo Horizonte: Autentica, 2016.

Assim, cada sociedade estabelece para si um discurso de poder que tem como verdadeiro e os faz funcionar. Essas verdades para Foucault não são atemporais e podem mudar de acordo com o tempo e o poder a elas empregado.

Desse modo caracteriza que:

[...] a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2012, p.9).

Esse é um traço relevante, pois incide que nem todas as pessoas são capazes de produzir discursos, ou ainda que produzam é por que alguém com hierarquia maior possibilitou esta construção. No caso da Ditadura militar, que é o foco de análise, o discurso tido como verdadeiro era o dos militares. Um dos principais discursos elaborado por eles era a desculpa de acabar com a ameaça comunista. Esse, por exemplo, é um discurso proferido a partir de um poder hierárquico, que a população aceitou para si como verdade e fez a sua reprodução. Portanto tudo que fosse oposto a esse discurso deveria ser apartado da sociedade, sob a desculpa de proteção e tutela do Estado, como será demonstrado abaixo na análise da fonte da pesquisa.

### **5.3 OS DEPOIMENTOS CONCERNIDOS À COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE**

Serão analisados quatro casos, disponíveis pelo acervo da Comissão Nacional da Verdade (2014), de mulheres que lutaram durante o regime militar. Duas dessas mulheres estão vivas, sendo Iara Spadini Vicini e Joana D'Arc Bizzotto Lopes e outras duas mulheres que não sobreviveram, Sônia Maria de Moraes Angel Jones e Solange Lourenço Gomes. Será analisado, portanto, o relato do inquérito de pessoas próximas à elas, na Comissão Nacional da Verdade (2014).

A compreensão dos dados que serão analisados das entrevistas da Comissão Nacional da Verdade é importante, pois será analisada tanto o discurso das resistentes, quanto o dos militares, estabelecendo contraponto e

criticidade para a pesquisa. A fonte utilizada é o depoimento daquelas que foram torturadas e sobreviveram, familiares de vítimas da ditadura militar e oficiais militares reformados. Esses depoimentos fazem parte de um novo tipo de documento do período, evocado pela Nova História.

A documentação oral permite aos historiadores do período ter esclarecimento sobre elementos específicos que nem sempre as fontes documentais podem fornecer. Seja uma impressão, uma voz trêmula, ou o próprio caráter do tempo passado e como essa memória ainda reflete no discurso da vítima.

À luz de Foucault (1970), será feita a interpretação dos discursos presentes nos quatro depoimentos, que servirá para adentrar no caráter de como uma pessoa se remete a uma memória quando passado o tempo e por quais motivos estas memórias são diferentes para cada indivíduo, modificando o seu discurso. Além de demonstrar como esses discursos quando proferidos várias vezes podem ser ao mesmo tempo poderosos e perigosos.

Essas fontes analisadas e devidamente sistematizadas serviram, sobretudo, para demonstrar o padrão que a Linha Dura da Ditadura Militar tinha com mulheres e como essas mulheres participaram e criaram história tanto quanto os homens que lutaram neste momento, ainda que não se fale tanto sobre essa luta. Revelando a violência utilizada pelo Estado que impôs durante os vinte e um anos de regime: o exílio, o isolamento político, a censura, a clandestinidade de movimentos sociais e sindicais e além do risco iminente de sequestro, tortura, assassinato, desaparecimento forçado e prisões forjadas (CNV, 2015).

No caso das mulheres, é relatado na Comissão Nacional da Verdade (CNV) (2014) que elas sofriam do Estado um tipo diferenciado de tortura. Na sociedade, já havia grande diferenciação em tratamento de homens e mulheres. Porém, o abismo entre as relações de gênero no período do regime se exacerbaram ainda mais, como será verificado na análise a seguir.

Assim, se nos dias atuais as mulheres já sofrem preconceitos, isso se agrava na Ditadura. Elas tiveram que romper com o preconceito social, de seus maridos e das organizações de esquerda a que se vinculavam, como será visto nos casos abaixo.

### 5.3.1 Iara Spadini Vicini

O primeiro caso analisado é o de Iara Spadini Vicini, por meio de seu depoimento colhido pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 13 de novembro de 2013, em São Paulo. Os responsáveis pelo depoimento são Raissa Ventura e Anivaldo Padilha. A pesquisadora Raissa Ventura inicia a entrevista perguntando a depoente se ela possuía algum apelido na época do período militar, ou codinome. Segundo ela, não possuía nenhum tipo de apelido, era tratada por seus companheiros por Iara apenas, não havendo nenhum pseudônimo.

Iara Spadini Vicini nasceu em 14 de janeiro de 1940, na cidade de São Paulo-SP, praticante da fé católica até certo momento de sua militância como apontado no depoimento. Essa característica é importante, pois expõe como nos dias atuais seu pensamento foi modificado e construído por essa fé, por mais que, na atualidade, não acredite nesses princípios. A depoente, portanto, aponta que devido essa fé e ao seu pensamento cuidadoso com a juventude, já que fora catequista, fez com que se voltasse, no período da Ditadura militar, à comunidade.

Revela em seu discurso que a fé católica, atrelada à questão de gênero, foi importante devido aos clubes de mães que ocorriam e que frequentava. Como apontado no capítulo anterior, esses clubes de mães, embora supervisionados por freiras e padres, lidavam com necessidades práticas das mães, como creches, amamentação e assuntos “proibidos” como planejamento familiar.

Iara Spadini Vicini cursava Graduação em Serviço Social à época e ajudava nas paróquias oferecendo seus serviços. Quando conclui sua formação, recebeu uma oferta de trabalho em uma paróquia no Estado de São Paulo. Cada dia mais, segundo Iara, aumentava a quantidade de partidos e pessoas que se filiavam a essas paróquias para se reunir e discutir as pautas em defesa dos direitos e demandas femininas.



Fica nítido em seu discurso que, no início, o intuito desses grupos era enfrentar questões pontuais femininas, como menstruação, como era o órgão sexual feminino, valorização de sentimentos, virgindade, hímen, dentre outras questões femininas. Contudo, ao passo que a Ditadura Militar ganha forma e os partidos começam a adentrar nestas reuniões, a pauta se torna específica, mesmo com pessoas diferentes, com causas diferentes, eles colocaram de lado e foram pensar como resolver os problemas causados pela Ditadura e como lutar contra esse Regime.

Adiante, Iara Spadini Vicini revela que foi presa em janeiro de 1971, com outras trinta mulheres durante o Regime Militar, e confinada na torre das donzelas<sup>24</sup>. Nessa torre, as prisioneiras aproveitavam o tempo que tinham para pensar em quais trabalhos poderiam exercer na luta contra o Regime Militar. Dizendo que as mulheres não devem permanecer apenas como colaboradores do movimento contrário à Ditadura, mas ter funções e trabalhos importantes, pois era o desejo das mesmas. Iara chega a discutir sobre com o líder do Partido Comunista do Brasil (PC do B), que depois de um tempo chama Iara a se filiar ao partido. Porém, a mesma decide que não aderiria à essa sigla.

A depoente não vê como o PC do B poderia acrescentar na luta que já vinha fazendo no dia-a-dia, ajudando as pessoas, por isso decide não se filiar. Entretanto, a própria fala da mesma deixa um tom de receio ao fato de que uma filiação ao PC do B acabaram por resultar em prisão e tortura.

Inicialmente, Iara Spadini Vicini foi levada a prisão por engano. Confundem seu nome com o de outra Iara. Quando percebem, libertam-na. Contudo, vasculham a pastoral e encontram um folhetim destinado ao proletariado e a prendem novamente. É muito provável, até segundo a própria, que a Iara que estavam procurando fosse a companheira de Lamarca, Iara Lavelberg, psicóloga, militante e guerrilheira, morta em um cerco feito pelos militares, em 1971, na Bahia<sup>25</sup>.

Quando a prendem novamente, torturam-na. Segundo ela, por pouco tempo. Os militares questionavam como havia conseguido o folhetim,

---

<sup>24</sup> Penitenciária feminina que teve sua história contada no documentário Torre das Donzelas, lançado em 19 de setembro de 2019. O documentário relata a história de mulheres presas políticas que ocuparam uma cela no presídio Tiradentes em São Paulo-SP.

<sup>25</sup> Para maiores informações Cf. PATARRA, Judith. Iara: reportagem biográfica. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

suspeitando que ela não quisesse entregar alguém. Isso porque teria dito que o folhetim havia chegado pelos correios. A partir disso, iniciaram a tortura, segundo ela:

[...] levaram pro choque elétrico e eu sentei na cadeira do dragão, todos conheciam a cadeira do dragão e deram choque direto no tornozelo, ficou uma ferida, até hoje tenho um pequeno buraco, mas foi eu também não me lembro quanto tempo (sic), eu lembro que foi pouco tempo, eles pediram que eu me despisse, eu falei que não ia tirar a roupa, ele falou, se eu não tirar nós vamos tirar, enquanto eu tirava a roupa um deles disse para mim, você não se preocupa? Porque isso aqui pra nós é trabalho, nós tamos acostumados, né? [...] Depois que eu fui pra cela, eu tava menstruada, eles perceberam, né? Pela minha roupa, fiquei de calcinha e sutiã e não sei na cela eles comentaram que eles tinham receio de continuar dando choque em mulheres menstruadas que podia dar algum problema. (CNV, 2014, n.p).

Era comum o receio de alguns militares a torturar mulheres menstruadas por receio de resultar em hemorragias. Contudo, não se pode dizer que todos os militares pensavam dessa forma, pois alguns utilizavam esse momento para realizar outros tipos de tortura como a psicológica. Ademais, a cadeira de dragão, relatada pela depoente, é uma espécie de cadeira utilizada na tortura de presos, extremamente comum em todos os centros de tortura da época.



**Imagem 01: Cadeira de dragão.**  
**Fonte: Autor desconhecido.**

Contudo, Lara Spadini Vicini permaneceu pouco tempo sob tortura, não por acreditarem em sua inocência, mas porque havia um padre, que afirmara sua inocência. Isso demonstra o poder de voz masculina que um religioso teria na época, além de apontar para o perfil dos militares.

Inicialmente, a tortura de Lara Spadini Vicini ocorreu no DOPS. Porém, ela permaneceu nesse local um dia e foi enviada para o Presídio Tiradentes<sup>26</sup>. Quando vai para o Tiradentes, Dom Paulo Evaristo Arns (arcebispo de São Paulo), que a ajudou na época a ser liberada, pediu um relatório das torturas realizadas em Lara. Dom Paulo ingressa com medida judicial denunciando os maus tratos que estavam ocorrendo, mas segundo Lara em seu depoimento, essa denúncia não rendeu frutos.

Outro destaque que Lara traz em seu discurso é que ela, como participante ativa na Igreja Católica da época, percebeu que nem todos os freis e padres tinham o mesmo posicionamento. Alguns ajudavam quem era torturado, ofereciam abrigo aos fugitivos, enquanto outros não se interessavam em ajudar, como Dom Agnello Rossi. Ponto que fez Lara se questionar acerca da sua fé, pois é analisado em seu discurso que a mesma não consegue assimilar como um religioso apoia algo que fere os princípios básicos de direitos humanos. Claro que esse princípio que ela coloca na época não existia, mas como seu discurso se presentifica ao passo que sua avaliação considera elementos do passado julgados à consciência presente, ela o percebe como algo que para época já não deveria ser posto em cheque. Como direito à liberdade política, censura de corpos e principalmente o princípio de defesa de seu corpo.

Com a finalidade de traçar o perfil de Lara Spadini Vicini, uma das entrevistadoras, Raissa Ventura, questiona se realmente não participou de nenhum partido político ou movimento e se antes de sua prisão e posterior tortura ela possuía alguma passagem pela polícia. Para as três questões, a depoente responde por meio de negativas. Tanto na época da Ditadura Militar

---

<sup>26</sup> Inaugurado em 1852 servia como depósito de escravos e casa de correções para os que não cumpriam com as normas sociais. Posteriormente, no Estado Novo, tornou-se presídio político e utilizado após o Golpe de 1964 para enviar presos políticos após interrogatórios no DOPS. Foi parcialmente demolido em 1972 para a implantação do Metrô de São Paulo-SP, restando apenas o Portal de Pedra, posteriormente tombado como patrimônio histórico, conservado até a atualidade.

quanto nos dias atuais, era exposto pela mídia e autoridades militares que os presos políticos, torturados e muitos mortos e desaparecidos já possuíam passagem pela polícia, enquadrando-os como “bandidos”, que mereciam sofrer punições, fazendo com que boa parte da sociedade da época perpetuasse essa ideia.

Após as torturas e com o passar dos anos, a depoente tenta entrar com processo de Indenização na Comissão própria de Anistia. Porém não chegou ao fim do processo. Inicialmente, acreditava, pelo que vendiam na imprensa, que não merecia indenização, como se ela tivesse que realmente passar por aquela situação.

Ainda que Iara Spadini Vicini não tenha sofrido tortura por tanto tempo, seu testemunho traz algo de importante valor. Um dos motivos para participar, como dito, no decorrer da análise, de vários círculos da Igreja Católica. Embora seu posicionamento religioso nos dias de hoje tenha mudado, traz grande entusiasmo ao falar sobre seus trabalhos realizados no período que trabalhou na Arquidiocese de São Paulo, mostrando que inicialmente a luta não era contra a Ditadura.

### 5.3.2 Joana D’arc Bizzotto Lopes

O outro documento analisado é o testemunho de Joana D’Arc Bizzotto Lopes, colhido em 24 de fevereiro de 2014, por Ariana Bazzano e Camila Braga. A depoente inicia sua fala dizendo que não era conhecida na época da Ditadura por seu nome composto, apenas por Joana. O tempo de duração do testemunho colhido foi de três horas e quarenta e cinco minutos. Relata que suas atividades ocorreram principalmente no Paraná, especialmente em Londrina e em São Paulo.

Joana Lopes, como gosta de ser chamada, concluiu Curso Superior em Artes, com enfoque em Arte e Educação na Universidade de São Paulo. Em 1971, se coloca como militante da Ação Popular<sup>27</sup> em São Paulo. Sua história

---

27 “Organização política de âmbito nacional, fundada durante um congresso promovido pela Juventude Universitária Católica (JUC) em Belo Horizonte, entre 31 de maio e 3 de junho de

na militância iniciou-se quando se mudou do Rio de Janeiro para São Paulo, para trabalhar na Escola Experimental Vera Cruz. Joana ainda relata que essa escola, em seu início, reunia diversos militantes da Ação Popular. Esses militantes lutavam, sobretudo, pela educação de qualidade, buscando um caminho crítico para a Educação.

Outro relato que Joana D'arc Bizzotto Lopes enfatiza como importante para adentrar na militância foi o fato de seu irmão ter morrido em 1969. Para efeito prático, o mesmo foi tido como morto em um acidente. Porém, ele havia sido preso no Paraná e desaparecido pouco antes deste suposto acidente. Para ela, a dúvida se insere, pois era comum a prática de assassinatos dependendo do oficial que fazia a tortura. Muitas vezes passava tanto do limite a sessão, que alguns não resistiam.

Após doze anos, aproximadamente, (pois a depoente não soube precisar a data) a mesma tenta fazer o traslado do corpo de seu irmão de Araçatuba em São Paulo para Belo Horizonte-MG. Quando chega ao cemitério, não encontram os restos mortais de seu irmão. Diante disso lembra-se de que, na última vez, que havia tido contato com seu irmão, o mesmo disse que existiria uma alternativa apenas para colocar o país de volta ao eixo e essa alternativa seria a resistência armada, pois sem ela, o Brasil continuaria na mesma.

Segundo Joana D'arc Bizzotto Lopes, ela relata esse episódio com seu irmão, pois foi por meio dele que decidiu lutar pela resistência democrática, principalmente da Ação Popular, mas que não iria de forma alguma à luta armada. Não fica nítido, em sua fala, se essa decisão foi por receio do que o que aconteceu com seu irmão pudesse acontecer consigo ou se sua decisão era pautada apenas em elementos políticos, pois em um momento a mesma fala que seu interesse maior neste momento da Ditadura era lutar pela democracia única e exclusivamente. Para ela, não era o momento de lutar por uma Revolução Socialista.

Os grupos de resistência armada tinham a intenção, em sua maioria, de acabar com a Ditadura, mas para isso queriam a transformação do sistema

político como um todo. Esses grupos também não permitiam que seus militantes lutassem por outros objetivos, pois tudo para eles que não fosse a Revolução Socialista perdia o sentido. Isso significaria se desviarem do foco, o que fez com que muitos não quisessem se juntar a eles, pelo caráter tão específico e pontual de suas lutas (TELES, 1993).

Assim, a depoente decidiu estabelecer e se fixar na Ação Popular. Esse movimento tinha pessoas que lutavam a favor e contra a Revolução Socialista. Havia, segundo ela, vários desmembramentos dentro do grupo. Porém, ela só se vinculava à parte que fazia resistência à Ditadura. Auxiliava alunos por meio do teatro, tentando levar para esses alunos uma educação mais politizada e crítica que era seu intuito desde o princípio.

Ainda segundo Joana D'arc Bizzotto Lopes, seu grupo trabalhava com o apoio da Igreja e dos padres progressistas para se reunir. Eram jovens operários da Região do ABC (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul) abertos a sindicância que alcançava volume justamente neste período de maior resistência a partir do AI-5.

Outro projeto que exercia nessa Ação Popular era o trabalho com a rede de saúde. Seu companheiro era médico infectologista na Universidade Estadual de Londrina (UEL) e, devido a isso, os dois se deslocavam pelas ruas da cidade em busca de militantes que precisassem de tratamentos, consultas e medicamentos, sem precisar passar por todo um sistema de saúde, no qual teriam que ser identificados. Joana D'arc Bizzotto Lopes enquadra essa ação como de suma importância em sua história de militância à resistência, pois assim, podiam trocar informações e ajudar quem precisasse em qualquer lugar.

Porém, quando alguns membros da Ação Popular foram presos, Joana relata ter tido receio de ser presa. Era mãe de dois filhos e isso a preocupava muito. Fica evidente no seu discurso e na sua fala, que precisava encontrar uma maneira de proteger a sua vida, mas também a de suas duas crianças. Diante desse fato e do apoio de Paulo Freire, viaja para o Peru, lugar que poderia estabelecer novos ideais e fomentar um novo tipo de luta por meio do que aprenderia durante sua estadia nesse país. Era muito comum, como visto anteriormente, membros da resistência migrarem para outros países e trazerem em seu retorno experiência como uma forma de resistência, não necessariamente armada, mas pela via do pensamento.

Entretanto, Joana D'arc Bizzotto Lopes precisou voltar ao Brasil para organizar a saída de toda sua família para levá-los ao Peru e enquanto retorna para o Brasil na expectativa de ser rápida e voltar ao Peru levando seus filhos, ocorre um golpe no Peru, que prende toda a rede apoio que a receberia na região. Assim, os brasileiros e peruanos que lá estavam tentaram fugir para o Chile, alguns canadenses retornaram ao Canadá, mas Joana permanece em seu país de origem, o Brasil.

A depoente, com medo de permanecer em São Paulo-SP, relata que ficou sabendo de uma oportunidade de trabalhar em Londrina-PR, na Faculdade de Medicina que estava sendo aberta na UEL. Como a cidade de Londrina na época era pequena, era considerada uma cidade com poucas chances de encontrarem Joana D'arc Bizzotto Lopes nessa região. Para Joana, Londrina pode ser considerada um exílio dentro do Brasil. Vinha gente de todas as regiões do país para esta cidade, com histórias distintas, mas com um objetivo em comum: sobreviver com suas famílias.

E foi assim, nessa cidade pequena, que Joana D'arc Bizzotto Lopes pode exercer, por meio de sua profissão, vários tipos de serviços comunitários, principalmente com mulheres. Auxiliava em como trabalhar questões com seus filhos, bem como trazendo a arte e o teatro para uma população paupérrima que jamais teria contato com essas coisas senão fosse por seu trabalho efetivo.

Em 1973, a depoente cria um trabalho intitulado: "Primeira Aldeia Antropomágica", que lhe rende uma seleção para a Bienal Internacional de São Paulo e precisa retornar para montá-lo. O problema é que esse trabalho conflitava diretamente com o movimento ditatorial. Por isso, enquanto ela permanecia por esse motivo em São Paulo, seu armário na (UEL) é violado por militares e Joana D'arc Bizzotto Lopes é acusada de terrorismo. A UEL decide lavar suas mãos e expulsar Joana.

Contudo, na mesma época, uma jornalista da Folha de Londrina partia para a França e deixa seu posto de trabalho para Joana D'arc Bizzotto Lopes, desde que a mesma não aparecesse publicamente. Pois nesse momento, se isso ocorresse, seria presa. Assim, durante um tempo, trabalhou no jornal *Folha de Londrina* como colunista e comentaristas, mas sem utilizar seu nome. Contribuiu com a *Revista Debate* em Paris, forneceu informações sobre a

resistência democrática para pessoas que estavam exiladas na França, fortaleceu atividade política com deputados e senadores que estavam no exílio em Paris.

Isso é um fato importante em sua narrativa, pois demonstra que, além de uma mulher ativa politicamente, a mesma mantinha laços com pessoas importantes, agregando para si conhecimento de mundo, mais especificamente sobre a Europa. Palco de movimentos feministas fortes no momento que deram a ela respaldo para sua luta, bem como fortaleceram a importância dela como mulher, lutar em ambientes dominados pela cultura machista. Nessa época, grande parte dos colunistas, com exceção em jornais e revistas voltados às mulheres, eram homens.

No período que passou por Londrina, conseguiu se consolidar como Jornalista. Paralelamente, em 1975, quem estava à frente do Ministério da Educação e Cultura era Ney Braga. Ele tinha várias atitudes conflitantes com a juventude, porém ele havia premiado a peça *Patética* no 8º Concurso Nacional de Dramaturgia, de Joao Ribeiro Chaves. Quando o então Ministro da Justiça descobre a premiação, Armando Falcão, manda invadir o Serviço Internacional de Teatro e confiscar a peça. Em paralelo, ocorriam várias invasões pelo país no Diretório Central dos Estudantes (DCEs). Esses dois fatores são importantes, pois Joana quis e conseguiu uma entrevista com Armando Falcão.

Nesse período, era proibido que o cidadão comum se aproximasse de qualquer funcionário do Governo. Depois de toda uma artimanha emparelhada com a própria Folha de Londrina, Joana D'arc Bizzotto Lopes consegue se aproximar do Ministro e perguntar sobre as invasões e a proibição da peça. Após isso, toda a equipe que estava com ela consegue publicar essa entrevista na contracapa da edição da Folha de Londrina na manhã do dia seguinte.

Ela sugere que a atitude dela e de seus companheiros foi um ato de competência e ousadia, pois segundo a mesma, as chances de ser prejudicada eram maiores que as de êxito.

Na sequência, segundo seu relato, um carro preto para em frente a sua casa e a informa que iria para Brasília como convidada para a abertura da Fundação Nacional de Artes (Funarte). Nesse momento de seu depoimento, pede para que parem de gravar para contar um fato muito pessoal. Não há como saber o que a depoente fala para os entrevistadores, mas seu discurso



aparenta reflexo de sofrimento e medo pelo desconhecido que enfrentaria ao adentrar nesse carro e partir para um local que não conhecia (CNV, 2014).

A seguir continua, seu depoimento dizendo que mesmo com ressalva e pavor do que poderia ocorrer ela decide viajar para Brasília. Lá, descobre que querem conversar sobre a FUNARTE. Para isso, queriam reunir Chico Buarque de Holanda, Milton Nascimento, grandes renomes artísticos. Portanto, relata que estava diante de personagens que representavam o centro de poder, com um ministro impopular, que já tinha dito abertamente que gostava de seus inimigos o mais próximo possível, pois assim conseguiria os observar. Ali, Joana tinha plena consciência que era a adversária mencionada que o ministro queria manter por perto (CNV, 2014).

Quando retorna a seu quarto no hotel, recebe um telefonema informando para ela comparecer no apartamento do Secretário do Ministério Araújo Távora, dizendo que ela poderia participar da reunião que aconteceria nesse apartamento e que outras pessoas estariam presentes. Joana sabe que era uma situação delicada, tanto o ir quanto o não ir até este apartamento. Se ela não fosse, levantaria suspeitas de que há algo para esconder e, se fosse, a situação seria delicada para ela. A mesma relata, portanto, que usou de desculpa quando chegou no apartamento que precisava buscar sua bolsa, pois havia esquecido. Sai e foge pelas ruas de Brasília, pois sabia que a partir do momento que adentrasse naquele apartamento tudo que ocorresse independente de estar certa ou errado seria tido como depravação e desmoralização de sua parte (CNV, 2014).

Esse é um dos problemas quando se lida com a problemática do feminino ao analisar a fonte. Isso porque se fosse um homem adentrando o mesmo ambiente, ainda que perigoso, pois ele poderia sofrer diversos tipos de abuso, o mesmo não teria a pressão da sociedade o culpando, pois quando se é do sexo masculino não se carrega esse fardo. Isso pertence à mulher, que não deve desde o Brasil Colônia adentrar espaços que não são tidos como femininos. E quando a mulher adentra, ela deve estar preparada para lidar com as consequências de sua atitude (PRIORE, 2014).

Um dos maiores exemplos disso na atualidade é a questão do estupro. Na maioria das vezes, culpa a vítima com discursos sobre sua vestimenta, seu

comportamento social e a maneira que se porta. Ausentando a culpa do ato de quem o praticou.

Por consequência, quando retorna para o seu hotel, para buscar sua bagagem e a passagem para voltar ao Rio de Janeiro é informada que sua passagem havia sido cancelada. Num ato de rebeldia, escreve uma reportagem repreendendo o Estado e entende que ali como coloca em seu testemunho “assinou sua pena de morte”. Joana D’arc Bizzotto Lopes sabia que qualquer atitude que expressasse diretamente oposição poria sua vida em risco demasiado. Sua licença foi caçada entre 1975 e 1977, não soube precisar a data ao certo, mas que durante o período de cassação de sua licença, fundou e trabalhou no *Jornal Brasil Mulher*, ao mesmo tempo que fazia frente de resistência no Brasil e no exterior. Associa-se a Terezinha Zerbini na tentativa de fundar um jornal que lutasse pelo feminismo. Porém os ideais de Terezinha eram distintos, a mesma não queria Anistia irrestrita e nem lutar por causas tidas como feministas e rompem antes mesmo do início da fundação do jornal e da sociedade Brasil mulher que queriam (CNV, 2014).

Joana D’arc Bizzotto Lopes deixa claro que nesse momento já acreditava que anistia tinha que ser para todos, mesmo para quem tivesse partido para a luta armada. Era importante ainda que houvesse lutas com causas específicas do feminismo, mas que também iria acolher quem não o fosse (CNV, 2014).

Ao ser questionada sobre o feminismo, esclarece que, no princípio, não tinha ideias claras sobre a teoria feminista, mas que entendia e convivia com a discriminação. Ela percebia, em seu trabalho, que os homens a tratavam diferente por estar em um ambiente que era de domínio masculino. Muitas vezes sofria chacotas e apelidos pejorativos por trabalhar com esses homens, bem como deixavam bilhetes de insinuação no mural do jornal. Foi justamente a partir da percepção dessa discriminação que sofria e dos contatos que estabeleceu por conta do jornal com mulheres que viviam na França e Espanha, que passou a ter contato com a teoria feminista e considerar de extrema relevância trazer para a sociedade brasileira que além de sofrer com o período de suspensão de diversos direitos, ainda teria que conviver com o machismo por parte de seus pais e cônjuges (CNV, 2014).

A depoente também esclarece que, não é porque dominou em algum momento essas teorias, que seu casamento era diferente dos casamentos de meados do século XX. Relata que seu marido, assim como quase todos os homens dessa época, tinha pensamentos machistas e retrógrados sobre as atividades que exercia no cotidiano do jornal, o que remete ao anteriormente discutido. Dessa forma, mesmo dentro dos movimentos de esquerda, as mulheres sofriam com a diferenciação, preconceito e machismo. Seus parceiros não consideravam na maioria das vezes válida a luta por direitos das mulheres. Claro que uma parcela por receio das mudanças que esses direitos poderiam fornecer e outra parte por que não considerava necessário. Quando percebe a importância dessa pauta, Joana resolve transferir o *Jornal Brasil Mulher* de Londrina para São Paulo, atraindo mais jornalistas do sexo feminino (CNV, 2014).

Joana D'arc Bizzotto Lopes não consegue estabelecer residência fixa, pois em cada momento mudava seus planos com receio de ser presa, em vista de que sabia que sofreria com os mais variados tipos de tortura, mesmo que ela não tivesse participado em nenhum momento da luta armada. Relata que foi perseguida em Londrina, em São Paulo e em locais públicos como os jornais (CNV, 2014).

A primeira vez que foi interrogada ocorreu em Londrina, em 1970, na sala de sua casa no edifício Cizia (região central de Londrina), na gestão de Geisel. Nesse primeiro interrogatório, um dos policiais falou à depoente que a mesma deveria informar tudo que fizesse, deveria contar todos os passos que desse. Fez também tortura psicológica, dizendo que ela não era perigosa e esperta, mas que não passava de uma jornalista qualquer, que ainda não tinha dado nenhum passo em falso, mas que ao menor dos passos ele estaria lá para prendê-la (CNV, 2014).

Joana D'arc Bizzotto Lopes também ressalta que vivenciou situações difíceis, colocando sua própria vida em risco na tentativa de salvar outras mulheres e seus filhos de Sergio Paranhos Fleury<sup>28</sup>, o ex delegado do DOPS. Considerado um dos maiores torturadores do regime, Joana ressalta, em seu

---

<sup>28</sup> Atuou como delegado do Dops durante a ditadura militar, a partir de 1968. É considerado um dos repressores mais notáveis do período. Acusado de chefiar os esquadrões da morte que atuavam na periferia de São Paulo-SP, nas décadas de 1960 e 1970.

testemunho, como Fleury era alguém que apresentava perigo. Quando o nome de Fleury era envolvido na fuga de algum opositor do regime, raramente as pessoas queriam oferecer abrigo, pois sabiam que Fleury iria atrás dessa pessoa até encontrar, destruindo quem encontrassem em seu caminho (CNV, 2014).

Durante todos estes acontecimentos, a depoente descreve que teve um ataque de nervos exacerbado por seu quadro depressivo e o médico prescreve que seja internada imediatamente para tratamento psiquiátrico. O problema é que durante essa internação, uma das enfermeiras era policial disfarçada e como Joana D'arc Bizzotto Lopes estava relativamente dopada, não tinha certeza do que dizia para essa enfermeira, nem mesmo quais perguntas e respostas eram tidas nas sessões de sonoterapia e psicoterapia, mas se recordava de que faziam perguntas como: qual o seu nome? O que você faz? Por onde você anda? (CNV, 2014).

Para evitar responder coisas que pudessem complicar sua situação, Joana conversa com o diretor do hospital que demite a enfermeira e acaba lhe dando alta. Contudo, as tentativas de incriminar Joana D'arc Bizzotto Lopes não paravam. Ela se descreve como alguém esperta, que dificilmente caia no que os policiais armavam ciladas para ela. Primeiro, por estar habituada à situação de tantos anos ajudando pessoas em situações parecidas. Segundo, por já carregar o fardo de ser mulher e ter que saber que determinadas situações, seja em épocas de Ditadura ou não, podem trazer consequências severas à sua vida. Por isso, o medo será sempre uma constante que pode tê-la salvo diversas vezes de cair em armadilhas (CNV, 2014). Isso sugere de que modo a condição feminina pode, muitas vezes, ser base para a construção de um sujeito forte, que suporta, que é calejado em relação às dificuldades e, por isso, consegue se sobressair, superar momentos de dificuldades que a vida apresenta, que surgem na sua trajetória.

A depoente relata que, mesmo após o término da Ditadura, não conseguia ter uma noite completa de sono tranquila, depois de tantos anos que ficou à mercê de ser capturada a qualquer momento e de fazerem mal aos seus filhos e, por isso, teve medo nos anos seguintes. Sofreu, assim, de inúmeros transtornos psicológicos (CNV, 2014).

Seu testemunho é importante para a pesquisa primeiramente por ser uma das principais personagens do período na luta feminista por meio de jornais e movimentos de rede. Embora não tenha sofrido tortura física como a entrevistada anterior, Joana D'arc Bizzotto Lopes era ameaçada constantemente, tinha sua vida pessoal invadida, sofria com a censura prévia de várias reportagens suas na Folha de Londrina, podendo-se dizer que a mesma sofreu tortura psicológica tão pesada quanto as mulheres que também foram torturadas pelos oficiais do DOPS e DOI-CODI. Além disso, remete à riqueza de sua experiência em jornais como Brasil Mulher, de suma relevância tanto no Brasil como no exterior, e como por meio desse jornal pôde atrair mulheres para a causa que ela defendia. Mostrando que poderia lutar pela resistência, mas sem esquecer de lutar pelo direito que à mulher deveria ser consentido (CNV, 2014).

### 5.3.3 Sônia Maria Lopes De Moraes Angel Jones

O terceiro caso é o de Sônia Maria Lopes de Moraes Angel Jones, nascida no dia 9 de Novembro de 1946, na cidade de Santiago, no interior do Rio Grande do Sul. Essa depoente talvez seja uma das figuras mais conhecidas da militância que foi assassinada durante a Ditadura Militar. Sua história se difundiu principalmente devido ao caráter das torturas que enfrentou durante sua prisão. Foi militante da Ação Libertadora Nacional (ALN) e presa em maio de 1969 quando participava de uma manifestação estudantil na praça Tiradentes, no Rio de Janeiro. Foi levada inicialmente ao DOPS/RJ e, na sequência, transferida para o presídio feminino São Judas Tadeu e libertada três meses depois (CNV, 2014).

Após essa prisão Sônia Maria Lopes De Moraes Angel Jones, decide viver na clandestinidade e se exila na França, em 1970. Contudo, é relatado que mesmo vivendo em outro país, os Órgãos de Segurança no Brasil ainda espionavam o que Sonia fazia. Porém, quando soube que seu marido Stuart Angel Jones<sup>29</sup> havia desaparecido, ela viaja ao Chile e adentra no Brasil em

---

<sup>29</sup> Integrante da luta armada em oposição à Ditadura Militar no Brasil e militante do grupo guerrilheiro MR-8. Era filho de Zuleika Angel Jones, mais conhecida como Zuzu Angel, estilista e figurinista reconhecida internacionalmente. A história de Stuart Angel Jones ganhou

1973, na clandestinidade, mas é presa novamente e levada para o DOI-CODI/RJ (CNV, 2014).

Sônia Maria Lopes De Moraes Angel Jones faleceu em decorrência do agravamento das torturas sofridas. Portanto, o que será analisado nesta pesquisa, é o depoimento de seu pai, o tenente-coronel da reserva do Exército brasileiro e professor de Matemática, João Luiz de Moraes, que é tido como um dos nomes que mais lutaram por justiça dos mortos pelo Regime Militar de 1964 (CNV, 2014).

Nesse depoimento, ele declara que sua filha foi torturada e assassinada por agentes do Estado, em 1973, nas dependências do Exército Brasileiro, enquanto seu marido, Stuart Angel Jones, foi assassinado nas dependências da Aeronáutica do Brasil. Segundo seu depoimento, Sônia Maria Lopes De Moraes Angel Jones foi torturada no DOI-CODI do I Exército por 48 horas, no Rio de Janeiro, sendo que durante essas torturas houve a introdução de um cassete da Polícia do Exército em seus órgãos genitais que provocou hemorragia (CNV, 2014).

Após estas torturas, foi transferida para o DOI-CODI do II Exército, em São Paulo (SP). Nesse local, novas torturas foram aplicadas, segundo seu pai. Nessa nova fase, arrancaram-lhe os seios, mutilaram seu corpo e lhe deram tiros. Essas informações que o pai de Sônia Maria Lopes De Moraes Angel Jones cita foram descobertas por meio do coronel Canrobert Lopes da Costa e pelo advogado José Luiz Sobral (CNV, 2014).

Outro fato revelado de suma importância é o nome frio que Sônia Maria Lopes De Moraes Angel Jones utilizava na época de sua militância, que era Esmeralda Siqueira Aguiar. Inclusive quando saiu no jornal *O Globo* que sua filha havia falecido, o nome que constava era este e não seu nome de registro. Esse episódio foi noticiado no dia 1º de dezembro de 1973. Quando recebeu a

---

notoriedade no Brasil “pela extrema violência usada pelos agentes que o torturaram e mataram e também pela incansável luta de sua mãe, Zuzu Angel, em busca de notícias sobre o paradeiro do filho, o que constrangeu o governo brasileiro. Zuzu Angel morreu em abril de 1976 e a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos reconheceu em 1998 que sua morte, apontada como acidente de carro na época, foi um atentado político relacionado à morte de Stuart, uma vez que os militares nunca aceitaram o descrédito sobre o regime no plano internacional que a campanha da estilista provocou”. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/m/outros-destaques/493-comissao-nacional-da-verdade-apresenta-relatorio-sobre-o-caso-stuart-angel.html>> Acesso em 08 de jun. 2020.

notícia, viajou para o apartamento de sua filha, que ficava na cidade de São Vicente-SP. Quando chega ao apartamento, esse estava ocupado por cinco homens membros das Forças de Segurança. Segundo ele, como se recusou a entregar seus documentos a esses homens, foi agredido e ameaçado ser jogado do 3º andar. Depois de muito custo, consegue contatar o superior do II Exército, em São Paulo, quando se identifica como tenente-coronel e pede por sua liberdade, prometendo que iria para São Paulo, junto com sua mulher, para no dia seguinte prestar esclarecimentos no DOI-CODI.

Nesse interrogatório, o pai de Sônia Maria Lopes De Moraes Angel Jones diz que estava à procura do corpo de sua filha, pois queria enterrá-lo. Porém, um dos interrogadores diz que o corpo somente seria visto com a autorização do Comandante do II Exército. Esse pai, então, tentou por meio de seus contatos apelar e levou uma carta escrita pelo General Décio Palmeiro Escobar a ser entregue para o General Humberto de Souza Mello. Nessa carta, estava escrito que libertassem ele e sua esposa e liberassem o corpo de Sônia Maria Lopes De Moraes Angel Jones.

Quando leva essa carta na esperança que desse certo, tem outra surpresa. Por conta da carta, ele acaba preso e estava sendo encaminhado para o Batalhão da Polícia do Exército. Ficou preso por quatro dias, depois liberto, mas lhe foi dito que não poderia ter acesso ao corpo de Sônia, pois já havia sido sepultado. Segundo sua declaração, ele foi perceber o motivo anos mais tarde. Na verdade, pensa que ele não pode ver o corpo de sua filha, pois no momento que foi preso, Sônia Maria Lopes De Moraes Angel Jones estaria viva. Tinham relatado sua morte para que ficasse preso e não pudesse intervir pela liberdade de sua filha, já que como Tenente, poderia articular algo que a libertasse.

Por um bom tempo, não teve acesso à certidão de óbito de sua filha. Porém, quando conseguiu a certidão, não constava o nome verdadeiro de Sônia Maria Lopes De Moraes Angel Jones, mas sim seu nome frio, Esmeralda Siqueira Aguiar. Apenas algum tempo após a entrega dessa certidão que seu pai descobre um outro documento, o “Auto de Exibição e Apreensão”. A data desse documento era de 30 de novembro de 1973 e, no verso deste documento, há uma nota do II Exército do DOI-CODI na qual consta o nome de

Esmeralda Siqueira Aguiar, mas conclui dizendo que seu nome verdadeiro era Sônia Maria Lopes De Moraes Angel Jones.

Esse fato reafirma a teoria de que os Militares sabiam que Esmeralda, na verdade, era Sônia Maria Lopes De Moraes Angel Jones e, por isso, sabiam de quem era filha e a importância que o caso poderia ter se João tentasse intervir. Porém, para o pai, esse documento trazia novas pistas do local que sua filha havia sido sepultada. Ele encontra seu corpo no cemitério de Perus – periferia da cidade de São Paulo, sendo que no registro de sepultamento havia rasuras na data em que foi realizado, dificultando, até para os historiadores atuais, precisar quando foi seu óbito e sepultamento.

Após a descoberta do local de sepultamento, houve a luta pela exumação de seu corpo. Essa exumação foi permitida apenas três anos após a descoberta do local de sepultamento, em 16 de maio de 1981, para tanta espera, afirmaram que havia outro corpo sepultado sobre o corpo de Sônia Maria Lopes De Moraes Angel Jones e, por isso, não era possível a exumação.

Quando finalmente exumam o corpo, percebem divergências claras no relatório feito pelos legistas. Não havia, no crânio que supostamente era de Sônia Maria Lopes De Moraes Angel Jones, orifício de entrada ou saída de projétil de arma de fogo, do modo relatado no primeiro laudo legista, e estava inteiro. Porém, mesmo com essa divergência, seu pai decide levar os ossos para o cemitério *Jardim da Saudade* localizado no Rio de Janeiro. João Luiz de Moraes relata que queria trazer a ossada de sua filha para o Rio de Janeiro para que pudesse, ele e sua esposa, enterrar mais próximo de onde moravam para visitar e prestar homenagens a ela. Todos os anos, segundo João Luiz de Moraes, eles visitavam o túmulo e levavam flores.

Todavia, seu pai ainda tinha dúvidas sobre porque o laudo do legista apresentava o ferimento no crânio descrito acima e na retirada dos ossos não apresentava. Portanto, pediu abertura de Inquérito Policial Militar (IPM) para averiguar quais foram as verdadeiras causas da morte de Sônia Maria Lopes De Moraes Angel Jones, bem como a falsidade da certidão e do laudo dos legistas Harry Shibata e Antonio Valentim. Inicialmente, esse processo, na Auditoria Militar, estava ocorrendo dentro do padrão. Porém, o Comandante da II Região Militar, General Alvir Souto se negou a cumprir a determinação



judicial para a abertura de IPM. O que o comandante alegava era insuficiências de provas para dar continuidade ao processo.

Como o problema era insuficiência de provas, a juíza Sheila de Albuquerque de Bierrenbach determina exumação do corpo de Sônia para encontrar novas provas. O problema é que quando o exumaram, novos legistas do IML/RJ constataram que o corpo não era o de Sônia Maria Lopes De Moraes Angel Jones, mas sim de um homem, com cerca de trinta e três anos de idade.

Nessa ocasião, a mesma juíza ordenou a exumação dos corpos sepultados no Cemitério de Perus, até que encontrassem a ossada de Sônia Maria Lopes De Moraes Angel Jones. João Luiz de Moraes relata que participou de quatro exumações junto com sua esposa e, na última delas, foi encontrada uma ossada que poderia ser a de sua filha. Porém, o crânio dessa ossada também não tinha orifício de projétil, nem estava seccionado como o primeiro laudo afirmara.

Para João, não havia elementos suficientes que provassem que aquela ossada era a de sua filha. Ele tentou impugnar as conclusões do IML/SP mostrando registros fotográficos de quando Sônia possuía onze anos, mas a juíza Sheila de Albuquerque de Bierrenbach finalizou o caso e colocou a ossada como pertencente à Sônia Maria de Moraes Angel Jones.

Segundo o legista Harry Shibata, em seu depoimento à CPI sobre a Vala de Perus, realizado na Câmara Municipal de São Paulo, a descrição no laudo necroscópico de que houve um corte no crânio de Sônia Maria Lopes De Moraes Angel Jones não correspondia à verdade. Relatou ainda que eram comuns erros em laudos necroscópicos nesse período e assumiu que muitos laudos não correspondiam à realidade.

João Luiz de Moraes não acreditava na versão que foi contada sobre a morte de sua filha e seguiu na luta para descobrir as reais causas de sua morte. Ademais, existem duas versões a respeito da prisão, tortura e assassinato de Sônia Maria Lopes De Moraes Angel Jones:

A versão do primo do pai de Sônia, coronel Canrobert Lopes da Costa, ex-comandante do DOI-CODI de Brasília, amigo pessoal do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, comandante do DOI-CODI/SP: depois de presa, foi mandada do DOI-CODI/SP para o DOI-CODI/RJ, onde foi torturada, estuprada com um cassetete e mandada de volta a São Paulo, já exangüe, onde recebeu dois tiros. A versão do sargento

Marival Chaves, membro do DOI-CODI/SP, conforme depoimento à revista *Veja* de 18 de novembro de 1992: Sônia e Antônio Carlos foram presos e levados para um centro clandestino onde ficaram de cinco a dez dias, até morrerem sob torturas, em 30 de novembro de 1973, quando foram assassinados com tiros no tórax, cabeça e ouvido. Depois, seus corpos foram colocados no porta-malas de um carro e levados para o DOI-CODI/SP, para servir de exemplo. Ao mesmo tempo, foi montada uma simulação de tiroteio ou “teatrinho”, termo usado pelo sargento, para justificar a versão oficial de que haviam sido mortos em consequência de um tiroteio, no mesmo dia 30 (metralharam com tiros de festim um casal e os colocaram imediatamente em um carro) (CNV, 2014, n.p)

A versão falsa posta nos relatórios dos ministérios da Marinha e da Aeronáutica entregues ao ministro da Justiça, em 1993, é a de que morreram após tiroteio com os órgãos de segurança. Porém, a conclusão que se chegou na Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos<sup>30</sup> é a de que Sônia Maria Lopes Angel Jones foi morta em decorrência das torturas realizadas pelos agentes do DOI-CODI do II Exército de São Paulo, como seu pai sempre acreditou (CNV, 2014).

A versão que consta como verdadeira, após os trabalhos dessa Comissão, é a do ex-sargento Marival Chaves Dias do Canto. Em 1982, Marival informou à revista *Veja* que Sônia Maria Lopes De Moraes Angel Jones e Antonio Carlos foram levados a um centro clandestino, sendo que, nesse centro, os dois teriam permanecidos por cerca de dez dias e morrido em decorrência de tortura. Em 2012, em depoimento à CNV, Marival corrobora a mesma informações e acrescenta que o Centro de Torturas era o “Sítio da Serra do Mar”. O proprietário desse sítio seria um empresário paulista do ramo de transporte, mas não cita nomes. Além disso teria relatado que Sônia Maria Lopes De Moraes Angel Jones e Antônio Carlos teriam sido interrogados e mortos nesse sítio, assassinados por vários tiros, numa prática que segundo ele é conhecida por “tiro ao alvo”. Após assassinados, seus corpos foram levados às dependências do DOICODI/SP, lugar no qual seus corpos teriam

---

30 A Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos foi instituída em 1995, como uma das primeiras e principais conquistas dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil em sua luta por medidas de justiça de transição. Criada pela Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995, é órgão de Estado, composta de forma pluralista e funciona junto à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Disponível em <https://cemdp.sdh.gov.br/modules/wfchannel/index.php?pagenum=1>

sido “exibidos como troféus” a exemplo do que acontece com quem era contra o regime (CNV, 2014).

Segundo o ex-sargento, o corpo de Sônia Maria Lopes De Moraes Angel Jones foi exposto à visitação dos agentes do DOICODI/SP e, nessa visitação, teriam ficado nítidas as perfurações no ouvido, testa e na face, corroborando ainda mais a ideia do “tiro ao alvo” dita anteriormente. Há também, na CNV, o depoimento de outra testemunha sobre o caso. Porém, essa testemunha não quis revelar seu nome. Nesse depoimento, revela que ela foi levada a um centro clandestino, na Zona Sul de São Paulo, e que, nesse imóvel, testemunhou sua morte sob tortura da equipe de Lourival Gaeta<sup>31</sup>.

Esse depoimento é importantíssimo, pois trouxe informações novas sobre o caso, como o nome do comandante da equipe. Não se sabe ao certo quais foram as torturas sofridas por Sônia, mas o que se sabe e foi relatado à CNV é o tipo de tortura que Lourival Gaeta fazia.

Segundo os depoimentos de sobreviventes à tortura, Lourival Gaeta tinha como hábito utilizar animais como instrumentos de tortura. Era comum a utilização de cachorros, ratos, jacarés, cobras e baratas. Esses animais eram passados sob o corpo dos presos ou até mesmo introduzidos nos órgãos genitais femininos. É relatado ainda que o preferido do torturador Lourival Gaeta eram os camundongos. O mesmo ainda explicava que gostava desse tipo de animal, pois ele após introduzido ocasionava danos severos, pois o rato não sabe andar para trás.<sup>32</sup> Portanto, adentrando cada vez mais fundo no preso e causando hemorragias e infecções.

Esse relato, de tamanha brutalidade, revela até que ponto os torturadores estavam dispostos a chegar e qual o nível de humanidade dos mesmos. O grande problema é que esses torturadores não foram julgados e muito menos punidos por suas atrocidades. A anistia, que houve em 1979, possibilitou o perdão e o esquecimento de crimes tido como políticos. Porém,

---

31 Lourival Gaeta (1927-1997) era delegado do DOPS de São Paulo e integrou-se a equipe de torturadores do DOI-Codi/SP. Era chamado também de "Mangabeira" (TELES, 2015).

segundo Arantes (2010), a Lei Federal nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, tem sido utilizada para confundir a população civil. Essa anistia concedida pela Lei de 1979, aprovada pelo voto de líderes parlamentares sob os limites da ditadura, anistiou tanto as vítimas do Regime quanto os seus torturadores.

O problema é que, mesmo ao término da Ditadura, muitas questões ficaram em aberto sobre o procedimento feito pelos militares. Em parte, por que mesmo para um Presidente que assume, numa Democracia, investigar crimes do Estado é um ato de bravura. Significa mexer em feridas abertas e acusar sua própria máquina, a polícia, de criminosa. Por conta disso, há grande negação da memória, em relação à história oral de testemunhos e de imagens recuperadas e conseguidas ao longo da história presente. Contudo, hoje, a tortura no Brasil é crime a partir da Lei Federal nº 9.455, de 7 de abril de 1997, especialmente se for um agente do Estado, pois o mesmo teria sua pena agravada (ARANTES, 2010).

Ademais, a tortura pode ser definida à medida que:

[...] A obtenção de informações ou confissões, o castigo e a intimidação ou coação de certas pessoas [...] e a montagem de um clima de terror generalizado pelas autoridades estatais, como forma de combate aos movimentos subversivos (COMPARATO, 2010, p. 81).

Por essa definição, pode-se dizer, segundo os relatos, que Sônia Maria Moraes Angel Jones sofreu tortura, em vários de seus aspectos. E, pela luta de seus pais, sua memória permanece viva, ainda que com falhas, dado o encobrimento de provas. A conclusão que a CNV<sup>33</sup> (2014) traz para o caso é de que continuem as investigações sobre os militares que praticaram as torturas no caso de para melhor elucidação dos fatos que acarretaram sua morte e identificação de todos os indivíduos.

#### 5.3.4 Solange Lourenço Gomes

O outro caso analisado é o de Solange Lourenço Gomes, nascida em 13 de maio de 1947, em Campinas (SP). Ela tirou a própria vida no Rio de Janeiro,

---

33 Toda a documentação utilizada pela *Comissão Nacional da Verdade (2014)* no relatório de Sonia Maria de Moraes Angel Jones estará em anexo. Todos os documentos foram devidamente analisados para se chegar à conclusão apontada.

em 1º de Agosto de 1982. Era médica, militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Sua história é uma das provas de como a tortura, exercida durante a Ditadura Militar, fazia diferenciação de cunho sexual, bem como traz elementos que serão analisados a seguir.

Segundo a biografia disponibilizada pelo Dossiê Ditadura Mortos e Desaparecidos Políticos, iniciou o curso de Psicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1966. Nesse local, teve contato com teorias marxistas, participou de grupos de estudo e, em 1968, vinculou-se à Dissidência Guanabara. Posteriormente, integrou o MR-8, quando começou a viver na clandestinidade da luta armada, em 1969, para instaurar no país um Regime Marxista. Em decorrências de perseguições políticas, mudou-se para a Bahia, em 1970. Solange Lourenço Gomes, como vários outros militantes, tinha nomes frios, era conhecida por Clara, Jurema, Rute, Aurora, Conceição e Maria Jose Linhares.

No início do ano de 1971, participou de uma panfletagem na reinauguração do estádio Fonte Nova<sup>34</sup>, em Salvador. Quando começou uma correria entre a multidão e, aparentemente sofreu um surto psicótico, teria se apresentado às autoridades policiais afirmando ser subversiva e fornecendo informações sobre o MR-8. Existem documentos policiais comprovando que a mesma foi interrogada pelo DOI-CODI<sup>35</sup> do Rio e também em Salvador.

Em julho do mesmo ano, a mídia divulgou matérias preparadas pelos órgãos de Imprensa do Regime, apresentando Solange Lourenço Gomes como arrependida de suas atitudes, como se virasse a partir daquele momento conivente com o regime militar. Grande parte da imprensa, naquele período, estampava sua “história” e colocava que as mulheres eram usadas como iscas para atrair jovens à subversão, na medida que serviam como objeto dos homens à época.

---

34 Inclusive na reinauguração estaria presente o Presidente Emílio Garrastazu Médici. Disponível em: <<https://atarde.uol.com.br/esportes/noticias/1044091-memoria:-boato-gerou-a-primeira-tragedia.-em-4-de-marco-de-1971.-na-festa-da-reinauguracao.-quando-duas-pessoas-morreram-e-mais-de-duas-mil-ficaram-feridas>> Acesso em: 24 de jan. 2020

35 Criados em 1970 o Destacamento de Operações de Informações (DOI) e Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) foram instalados nas principais capitais do país. Conhecidos à época pela sigla DOI-CODI, foram os locais por onde passaram milhares presos e onde ocorreu a maioria dos casos de execuções e desaparecimentos forçados de opositores ao regime. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/br/difusao/arquivo-na-historia/696-doi-codi.html>> Acesso em: 08 de jun. 2020

Após três meses de prisão, avisaram sua família que ela já estava tendo acesso à psiquiatria em Salvador e devidamente medicada para não sofrer outro surto. Sofreu várias aplicações de eletroconvulsoterapia<sup>36</sup> para melhorar seu quadro psiquiátrico. Após algum tempo, foi transferida ao hospital psiquiátrico.

Solange Lourenço Gomes acreditava que seus companheiros tinham sido mortos pela tortura e tinham sido substituídos por outras pessoas, as quais tiveram as memórias de seus companheiros implantadas. Isso demonstra que seu quadro psiquiátrico era complicado e comprometia ainda mais sua imagem. As informações que revelou foram responsáveis por várias prisões, entregou endereços e nomes aos oficiais, influenciada pelos militares que se aproveitaram de sua confusão mental, conforme seu depoimento no ato da prisão.

Após entregar essas pessoas, Solange Lourenço Gomes sentia-se culpada por delatar seus amigos e por participar da luta armada. Segundo depoimento à CNV, seus “delírios” derivaram de um período em que o movimento ideológico estava em declínio. O êxito dos movimentos estava longe de ser real. A guerrilha perdia seu sentido. A população não estava motivada a desafiar o Regime Militar. Seu delírio antecipa o que sabia que aconteceria, a prisão de todos os seus companheiros, segundo Zenaide Machado de Oliveira, que presta o segundo depoimento à CNV sobre as violações de direitos humanos contra Solange Lourenço Gomes. Zenaide Machado de Oliveira compartilhou a prisão nos finais de 1971 a 1973, inicialmente nos quartéis do Primeiro Exército no Rio de Janeiro e depois no presídio Talavera Bruce, no Complexo Penitenciário de Bangu, no Rio de Janeiro.

Segundo Zenaide Machado de Oliveira, grande parte dos relatórios de prisão de Solange Lourenço Gomes tem informações errôneas e repleta de lacunas. Durante os noventa dias de prisão, teria se mantido incomunicável e em diferentes localizações, inclusive um Hospital Psiquiátrico e assina, obrigada, a autoria de uma carta pelos órgãos de repressão e veiculada pelos

---

36 Técnica utilizada como terapia em casos de problemas mentais.

meios de comunicação, fato que a expôs a desonra, denegria a esquerda, sua família e sua condição como mulher.

Após o pedido de prisão preventiva e mandado de prisão, pela 6ª região militar em Salvador, foi transferida para o Rio de Janeiro. Chegou ao coletivo de presas políticas no campo de Gericinó, Zona Oeste do Rio de Janeiro, no quartel do Exército na Vila Militar, em estado de profunda desestruturação emocional e psicológica. Já fora diagnosticada com esquizofrenia, o que vários psiquiatras, depois, atestaram. Mesmo tendo sido julgada como inimputável pela justiça, era mantida em cárcere.

O clima de terror desencadeado pelo Estado, a tortura e a morte de militantes políticos com o tempo prolongado que passou em cárcere sem contato com sua família, agravaram sua condição. Deixou marcas profundas e irreversíveis. Hoje, é algo considerado crime contra os direitos humanos.

Após sua libertação, casou, formou-se em Medicina e queria ter um filho posteriormente. A família a amparava e ajudava a cuidá-la, mesmo em seus períodos de surto. Porém, o peso de tudo que viveu e toda a situação que Solange foi exposta, segundo os depoimentos abaixo, desencadearam seu suicídio.

O primeiro depoimento analisado sobre o caso de Solange Lourenço Gomes é o de Jessie Jane Vieira de Souza<sup>37</sup>. Jessie Jane Vieira de Souza conheceu Solange Lourenço Gomes no presídio Talavera Bruce em 1972–1973, não sabia precisar a data exata do encontro, devido a rotina de entrada e saída dos presídios.

A depoente ressalta que a rotina nos presídios era muito dura e que cada vez que um novo grupo de mulheres chegava era feita uma sabatina para conversar e saber a história dessas mulheres e como foi a passagem delas pelos órgãos de repressão, como foram as torturas que sofreram. Porém, afirma que pararam de exercer essa prática de sabatina depois de um tempo,

---

<sup>37</sup> “Jessie Jane Vieira de Souza é professora do Instituto de História (IH) da UFRJ, de cuja criação foi uma das responsáveis. Ex-diretora do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), entre 2006 e 2010, Jessie Jane foi militante na luta contra do regime militar nas décadas de 1960 e 70. Participou de conquistas importantes do movimento de mulheres, como o direito a visitas íntimas no contexto da ditadura civil-militar. Concebeu, gestou e pariu sua filha no cárcere, de onde saiu aos trinta anos, quando finalmente pôde reencontrá-la”. Disponível em: <<http://www.cfch.ufrj.br/index.php/decania/espaco-memoria-arte-sociedade-jessie-jane/726-espacojj-apresentacao>> Acesso em 04 de jun. 2020.

pois, conhecer a história das companheiras as deixavam tristes e emotivas, dado tamanho sofrimento que passavam.

Outro ponto que coloca é que o Regime Militar não acreditava em presos políticos. Tanto ela quanto Solange Lourenço Gomes foram consideradas terroristas e como tal não tinham direito a ficar em celas diferenciadas. Essas mulheres ficavam com presos de diversos tipos de crimes. Jessie Jane Vieira de Souza ainda relata que se lembra das visitas que Solange Lourenço Gomes recebia do pai e como, após essas visitas, ela afirmava que ele era um impostor que tinha assumido o lugar do seu pai. Ressaltando o que já havia sido colocado acima sobre o quadro psíquico de Solange Lourenço Gomes.

Segundo Jessie Jane Vieira de Souza, o quadro de Solange Lourenço Gomes era extremamente complicado e foi agravado devido às situações que viveu em cárcere. As constantes trocas de companheiras de cela, as constantes torturas e ameaças à ela e suas amigas foram, a cada dia, matando o que Solange Lourenço Gomes era.

Outro ponto muito importante no depoimento de Jessie Jane Vieira de Souza é a percepção de que, por mais que se tenha muitas pesquisas sobre o Período Militar, ainda se tem pouquíssimo material sobre o que ocorreu nas instalações do DOI-CODI, sobre as vidas das mulheres nessas prisões. Ela não fala o porquê dessa falta de pesquisa sobre esse tema. Porém, isso ocorre, provavelmente, primeiro pela escassez de documentos sobre o período e o que ocorreu verdadeiramente nessas instalações, pois muitos desses documentos foram forjados. Outro ponto é que por mais que se utilize a memória dos sobreviventes para estabelecer uma conexão entre história e memória desse período, é algo muito delicado de se tocar. Muitas pessoas que passaram por torturas nessa época não gostam de lembrar dos casos e, muito menos, de ter seus nomes expostos, à exceção das que continuaram na luta após a redemocratização do país pedindo o reconhecimento do Estado. Porém, grande parte faleceu, suicidou-se ou tem amplas dificuldades de se comunicar sobre o tema, dificultando ainda mais estas pesquisas.



O outro depoimento sobre Solange Lourenço Gomes é o de Rosalina de Santa Cruz<sup>38</sup>, que, assim como Jessie Jane Vieira de Souza, esteve presa com Solange, em Gericinó. Rosalina de Santa Cruz, quando chega até esse presídio, pesava apenas trinta e seis quilos, estava extremamente enfraquecida devido às torturas e aos castigos que recebera anteriormente. Estabeleceu uma relação próxima com Solange Lourenço Gomes no segundo coletivo de mulheres que participaram. Relata que ela era alguém especial de se conviver, possuía grande leveza, uma amiga inigualável e que gostava de cantar e ler poesias.

Ambas ficaram trancadas em uma sala do quartel sem poder ter contato com nenhum oficial e, nesse quartel, Solange Lourenço Gomes gostava de jogar xadrez. Inclusive, relata que uma vez Solange Lourenço Gomes jogou xadrez com um tenente e, o mesmo, quando descoberto, foi preso. Essa situação demonstra que nem todos os oficiais eram cruéis e torturadores, que muitos deles tinham curiosidade sobre as presas.

Solange Lourenço Gomes chamava atenção desses guardas, pois vivia a cantarolar em voz alta, sempre alegre e destemida. Segundo a segunda depoente, mesmo nos momentos de surto, ela era uma pessoa agradável e amável que nunca as colocou em situações de perigo.

Rosalina de Santa Cruz foi torturada de diversas formas pelo DOI-CODI, recebeu choque elétrico na vagina, foi colocada no pau de arara, geladeira, ficando vários dias sem comer e sem beber, emparedada, presa com o filho de

---

<sup>38</sup> “Rosalina de Santa Cruz nasceu no dia oito de dezembro de 1945 em Recife. Ao final da década de 1960, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde foi presa pelo Dops/RJ no dia três de dezembro de 1971 em função de sua militância na VAR-PALMARES. Detida por mais de um ano, passou por diversos cárceres da capital fluminense. Ao sair da prisão em janeiro de 1973, mudou-se com seu companheiro para São Paulo e continuou sua militância junto à VAR-PALMARES. Em fevereiro de 1974 seu irmão e também militante, Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira foi então, dado como desaparecido. Em decorrência da incansável busca por informações do paradeiro de seu irmão, Rosalina foi novamente presa no dia nove de abril de 1974 e levada para o DOI-CODI/SP onde foi torturada, sofrendo um aborto em decorrência das agressões. Posta em liberdade, retomou a luta para encontrar o paradeiro de seu ente através da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos da Cúria Metropolitana de São Paulo. Em 1974, participou de uma reunião entre familiares e o General Golbery do Couto e Silva em Brasília e da CPI da Tortura em 1978, quando denunciou aos parlamentares as torturas sofridas durante suas duas prisões e sobre o desaparecimento de Fernando. Formada em assistência social, atualmente é professora da PUC-SP, militante feminista e ativista dos Direitos Humanos.” Disponível em: <<http://www.memorialdaresistencia.org.br/memorial/default.aspx?c=entrevistados&identrevista=136&identrevista=77&mn=56#>> Acesso em: 04 de jun. 2020

cinco meses, que não deixavam ficar perto dela, fazendo com que seu leite secasse e não pudesse amamentá-lo. Rosalina de Santa Cruz diz que, da mesma forma que ela foi torturada, Solange Lourenço Gomes pode ter sido. Relata que, para além de torturas físicas, Solange Lourenço Gomes foi usada cruelmente pelos aparelhos do Estado e resgata todos os casos de suicídio que, assim como o dela, derivaram das sevícias da Ditadura.

Rosalina de Santa Cruz também resgata um dos discursos proferidos pela defesa do Estado. Nesse caso, afirmaram que Solange Lourenço Gomes tinha pré-disposição ao suicídio, pois sua irmã também se matou dessa forma. Rosalina de Santa Cruz relata que, Solange Lourenço Gomes não manifestava tendências suicidas. Como o dito anteriormente, era alguém de muita vida e muita alegria, apesar dos males que a Ditadura fez à sua saúde. Para além disso, fica evidente, no seu relato, que ela acredita que todas as mulheres que passaram pelos aparelhos de repressão da Ditadura em algum momento quiseram deixar de existir, independente de uma loucura diagnosticada ou do seu passado familiar.

Outro traço em seu depoimento é como era o seu relacionamento com os militares. Ela conta que, em uma das audiências, pode ver o rosto do oficial Riscala Corbage, mais conhecido pelo codinome Nagib. Rosalina de Santa Cruz detalha que quando chegou na sua audiência, tinha plena consciência de que não relataria nada do que acontecia no DOI-CODI, por medo de retaliação. Porém, quando o juiz pergunta se tem mais alguém que queira dizer algo, a depoente num ato de bravura decide contar as torturas físicas e psicológicas que sofreu nos dias que ficou presa no DOI-CODI. Pediu transferência para outro presídio e, no momento de sua transferência, a van que a conduzia parou em um beco e colocaram um capuz sobre sua cabeça. Nesse momento, ouve a voz de Riscala Corbage, que dizia que tinha avisado que não era para ela abrir a boca e que, como abriu, teria que arcar com as consequências. Rosalina de Santa Cruz relata que, no momento dessa ameaça, suas pernas tremiam de pavor e medo do que Riscala Corbage poderia fazer com ela. Ao perceber seu medo, Riscala Corbage diz que se a mesma teve coragem de abrir a boca no tribunal ela teria que ter coragem para enfrentar o que viria pela frente, senão era apenas mais uma covarde que passaria por ele.

Na continuidade deste relato, Rosalina de Santa Cruz explica que a Ditadura fazia diferenciação de sexo ao se enojar por coisas próprias da anatomia feminina, como o sangue menstrual. Diz ainda que, durante oito meses, não teve menstruação, mas que, nesse momento, sentia tanto medo e nervosismo que quando percebeu escorria sangue pelas suas pernas, num episódio de hemorragia e que os generais, ao perceberem esse sangue, chamavam-na de burra, suja, nojenta. Enfatiza, mais uma vez, quão duro era passar por esses porões sem poder se lavar e sem as necessárias condições psicológicas. Supõe-se que as mesmas atrocidades possam ter ocorrido com Solange.

O outro terceiro depoente sobre a vida de Solange Lourenço Gomes, na prisão, é Denilson Ferreira de Vasconcelos, ex-companheiro de Solange Lourenço Gomes no MR-8 de luta e afetivo. Esse depoente mostra-se como alguém que tem sérias dúvidas sobre o ato de delação de companheiros atribuído à Solange Lourenço Gomes. Acredita que, possivelmente, ela tenha sido presa e que, após torturas psicológicas, ela teria entregado seus companheiros. Revela, também, que havia, antes do incidente no Fonte Nova, um grande clima de insegurança quando ocorre foi um alvoroço. Porém, dias antes já era dito que algo não daria certo nessa inauguração. Por isso, Denilson Ferreira de Vasconcelos duvida da história de que Solange Lourenço Gomes se entregou, relata que a história é conveniente aos militares.

A conclusão do caso de Solange Lourenço Gomes é realizada com essa interrogação. Precisa-se saber muito mais sobre a sua história e, além de saber mais sobre o caso, o Estado tem o dever de se desculpar publicamente pelas atrocidades cometidas com Solange Lourenço Gomes, primeiro por ser mulher e, segundo, por ser alguém com estado psíquico tão complexo quanto o dela.

### 5.3.5 Conclusão dos relatórios

Nos quatro casos analisados, tanto o das que sobreviveram as atrocidades do período quanto o das que não sobreviveram, é demonstrado como, por meio da Comissão Nacional da Verdade, puderam narrar suas experiências, seja pelo seu próprio depoimento ou pelo depoimento de

familiares e amigos que tentaram defender suas versões. Contudo, grande parte dos casos ainda possuem lacunas sobre as experiências que viveram durante o período. Tem-se a relação do que ocorria, mas de forma genérica, pouco aprofundada pelas depoentes, tanto nos casos analisados, como em vários outros casos da Comissão Nacional da Verdade.

Segundo o próprio relatório da CNV (2014), poucas mulheres relataram sobre as violências sexuais a que foram submetidas principalmente no DOI-CODI. Algumas mulheres relataram o motivo desse silenciamento, mesmo tanto tempo depois do ocorrido. O primeiro motivo apontado é o de que quando as mulheres saíram das prisões que estavam, o empenho delas era para denunciar as mortes e desaparecimentos que testemunharam, muito mais do que relatar as violências que sofreram.

O segundo motivo foi o medo de que não acreditassem no que relatariam e, para além disso, serem julgadas pela família e pelos amigos pelos atos que teriam ocorrido nessas prisões. Em um caso de estupro, por exemplo, é claro que as pessoas se compadecem com a situação e a vítima, porém, numa sociedade altamente patriarcal - que tem a mulher como seu próprio objeto - julgavam essas mulheres abusadas. Muitos esposos não queriam mais ter relações sexuais com essas mulheres, pois outros homens as violentaram. Explicando o receio destas mulheres em detalhar o ocorrido.

O terceiro motivo apontado é o de que essas mulheres não se sentiam, mesmo após a redemocratização do país, fortalecidas e seguras o suficiente para denunciar seus torturadores. E o último motivo, porém o mais importante quando tratado de violência contra a mulher é o medo de serem responsabilizadas e culpabilizadas por terem sido estupradas, já que a violência contra a mulher, é legitimada pelo discurso de “crime passionnal”, que tende a inocentar homens por meio da réplica de que os homens não conseguem se controlar quando o assunto é sexo (CNV, 2014).

Nesse sentido, a sexualidade é tida, segundo Foucault (1984), como um dispositivo de poder, ou seja, produz e reproduz vários discursos que moldam como a prática sexual é encarada. Além disso, esses discursos sexuais foram produzidos pelo Estado desde a construção do início da República no Brasil, enfatizando que a mulher pertencia à esfera privada e que pertencia ao seu cônjuge, como visto anteriormente. Ademais, as mulheres eram criadas pelos

poderes para serem mães e o discurso da sociedade patriarcal tenta incumbir nestas mulheres que este fato é natural, biológico, como se toda mulher que nascesse tivesse em si este desejo.

Outra questão é a das mães privadas da possibilidade de cuidar, criar e amamentar seus filhos quando eram presas pela Ditadura. Por que se separavam essas mulheres de seus filhos se a ideia que a sociedade impunha era a de que esta era uma das únicas funções das mulheres? Isso se deve, provavelmente pelo fator punitivo, pois os generais encaravam como mais uma maneira de torturar essas mulheres, entendendo eles que a função dessas mulheres seria essa. Eles estão, nesse sentido, negando a própria condição humana e feminina que a sociedade valoriza nelas. É como se dissessem que uma guerrilheira, ativista, não pudesse ser, ao mesmo tempo, mulher e mãe.

Por conta desse discurso, muitas vezes, as mulheres não percebem como têm sua sexualidade e sua posição como mulher subjugadas e postas diariamente em evidência pelo comportamento masculino. Em um ambiente ditatorial, essas relações se exacerbaram ainda mais, já que uma das premissas dos militares era a de submissão da mulher e pertencimento dela ao lar, pois tudo que fugisse deste padrão era considerado subversivo.

Sobre o quarto motivo, segundo Blay (2008), o ex-delegado do DOPS - Sérgio Paranhos Fleury - relata que: “O único crime respeitável, que não condenaria com rigor, é o passional... Crime passional qualquer um comete, até eu!” (BLAY, 2008, p. 47). Portanto, a dificuldade em relatar esse tipo de crime é enorme, até mesmo por que os homens que relatam não enxergam a tortura em corpos nus ou o próprio empalamento<sup>39</sup> como uma violência de cunho sexual. O próprio general Figueiredo (1978) declarou que “[...] mulher e cavalo, a gente só conhece quando monta”. Referindo-se às mulheres que fugiam do padrão que os ditadores permitiam.

O problema é que naquela época, por meio dessas desculpas, não eram investigados esses casos de violência contra a mulher, reforçando a discriminação histórica que se vive até os dias de hoje. São séculos de discriminação e dominação masculinas que, para serem quebrados, vão muito

---

39 Técnica de tortura que consiste na introdução de cassetete ou objetos semelhantes no ânus de uma pessoa (CNV, 2014).

além de simples relatos de presas e torturadas. Por isso, o sentimento de silenciamento torna-se maior.

Para isso, é importante entender que considerar esses crimes sexuais como crimes de lesa-humanidade, utilizados como armas de guerra, são uma maneira de subjugar e perseguir a população através do medo e terror psicológico. Por que a importância de colocá-los como crimes de lesa-humanidade? Quando um crime é considerado lesa-humanidade é por ser um delito que visa degradar e aniquilar a subjetividade do indivíduo, como maneira de oprimir e perseguir por meio da força do Estado. Dessa forma, é colocado num patamar de delitos contra o sistema universal e regional de direitos humanos, tornando-os assim imprescritíveis. Ou seja, são passíveis de punição mesmo depois de muitos anos, quando a vítima resolver denunciar.

No mais, o relatório da CNV aponta que as mulheres presas e torturadas pelo Regime Militar foram alvo de violência sexual, como forma de vingança e demonstração de poder por parte dos repressores. O caso de Sonia Maria Lopes de Moraes Angel Stuart é uma das maiores demonstrações desse poder que os militares tinham sobre a vida dessas mulheres.

Contudo, o próprio relatório da CNV conclui que a história das mulheres na ditadura militar ainda é muito pouco difundida, seja pelos veículos de comunicação ou pela sala de aula. Cabe, portanto, ao historiador analisar e utilizar esses depoimentos pontuando aspectos da realidade dos alunos de hoje e inserir essas mulheres na história, de tal modo que a conheçam com a finalidade de criar adultos melhores, que não sejam capazes das mesmas atrocidades e, assim, pensamos num país com mais igualdade de gênero e que possibilite às mulheres as mesmas oportunidades sem inferiorizá-las. Sendo essa a intenção da Sequência Didática proposta para elaboração e aplicação do Produto Educacional, ponto fulcral deste Mestrado Profissional.

## 6 O USO DOS DOCUMENTOS COM ALUNOS DO ENSINO JOVENS E ADULTOS (EJA)

Após a análise desses quatro casos de mulheres que sofreram torturas em nível psicológico e físico, foi realizada uma sequência didática<sup>40</sup> com alunos do Ensino de Jovens e Adultos (EJA) em Rolândia-PR, os quais tinham como processo avaliativo dissertar sobre o tema da Ditadura. Nesse texto deveria conter uma análise simples dos relatos acima analisados, que foram passados para os alunos. Sendo que os depoimentos de Iara Spadini Vicini e Joana D'Arc Bizzotto Lopes foram transcrições, com alguns recortes para análise desses alunos e nos casos de Sônia Maria Lopes de Moraes Angel Jones e Solange Lourenço Gomes, como já falecidas, foram passados vídeos<sup>41</sup> das audiências públicas contendo as versões das pessoas que conviveram com elas nesse Período.

Para os alunos, foi mais fácil analisar os documentos em vídeos, pois não estão acostumados a ler textos longos. Porém, foi fornecido auxílio durante todo o processo de análise, além de ter sido explicado alguns termos utilizados nos documentos. Foi satisfatório para os alunos lidarem com esse modelo de aula, pois nunca tinham feito análise de documento. Além disso, foram colocadas na lousa algumas características gerais que eles deveriam notar nos documentos como:

- 1) Quem eram essas mulheres?
- 2) Por que essas mulheres foram presas?
- 3) Elas mereciam ser presas?
- 4) O tipo de tortura que sofreram é humana? Fere os Direitos Humanos?

Separar mães de seus filhos, torturar mulheres grávidas ou em situação de vulnerabilidade psíquica é correto?

- 5) Se acontecesse hoje, este processo seria diferente ou as mulheres sofreriam com os mesmos problemas?

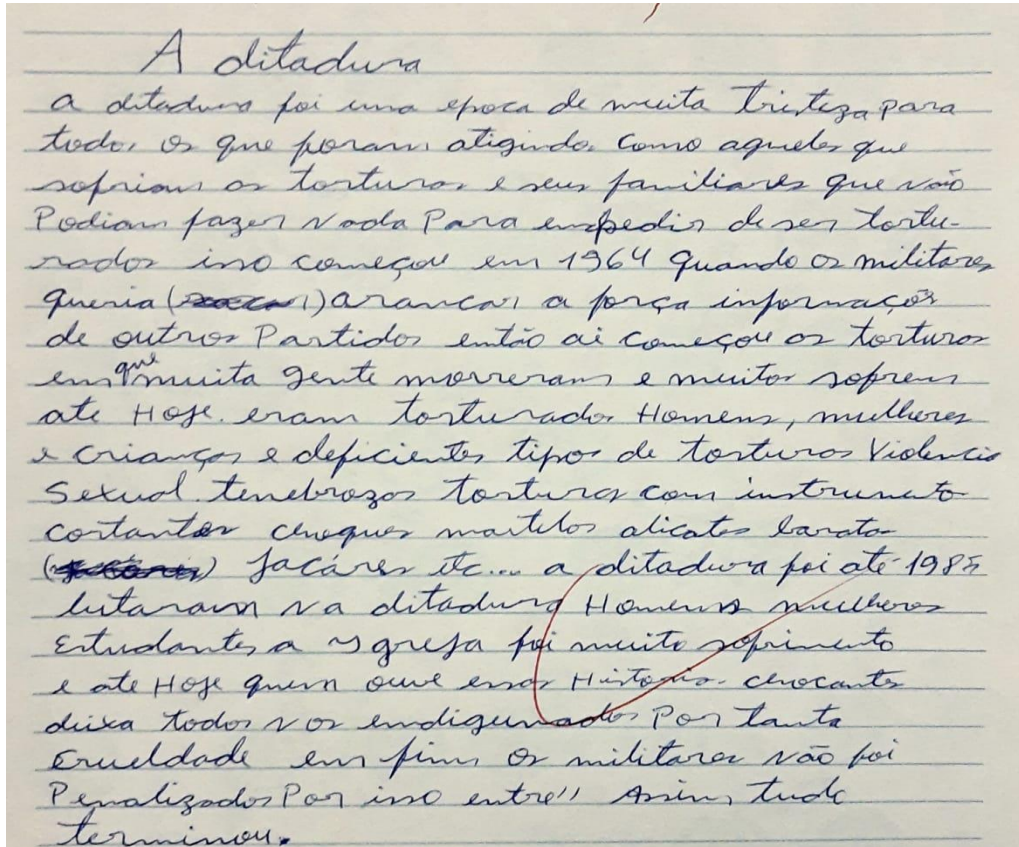
Essas perguntas não precisavam ser respondidas, mas deveriam servir de roteiro para a elaboração do texto. Muitos alunos não conseguiram analisar

---

40 Produto educacional realizado como requisito do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza (PPGEN) encontrado em Apêndice.

41 Com duração aproximada de dez minutos.

esses cinco pontos, porém, foi satisfatório perceber o que esses alunos tinham a dizer em seus textos por meio de análise própria, como será evidenciado abaixo:



A ditadura  
 a ditadura foi uma época de muita tristeza para todos os que foram atingidos. Como aqueles que sofreram as torturas e seus familiares que não podiam fazer nada para impedir de ser torturados isso começou em 1964 quando os militares queriam ~~parar~~ arrancar a força informações de outros partidos então aí começou as torturas em <sup>muita</sup> gente morreram e muitos sofreram até hoje eram torturados homens, mulheres e crianças e deficientes tipos de torturas violência sexual tenebrosas torturas com instrumentos cortantes chiques martelos alicates baratas ~~(e outros)~~ facas etc... a ditadura foi até 1985 lutaram na ditadura homens mulheres estudantes a <sup>resistência</sup> ~~resista~~ foi muito sofrimento e até hoje quem viveu essa história chocante deixa todos os indignados por tanta crueldade em fim os militares não foi penalizados por isso entre!! Assim tudo terminou.

**Imagem 01: Redação estudantil.**  
**Fonte: Sala de aula (13 de Agosto, 2019)**

Na imagem 01 foi observado que o aluno conseguiu entender, por meio da fonte analisada, quais eram as pessoas que estavam sendo torturadas, tipos de torturas que as mulheres sofreram durante a ditadura e de que maneira quem sobreviveu teve problemas psicológicos para superar este tempo, tido como uma memória dolorosa, segundo o próprio aluno.



Podemos definir o ditador militar como sendo o Período da política Brasileira em que os militares governaram o Brasil, esta época vai de 1964 a 1985 caracterizo-se pelo falta de democracia suspensão de direitos constitucionais perseguição política e repressão de quem era contra o regime militar contou com 6 ditadores militares como, castel Branco, Costa e Silva, Média, Geisel e João Baptista Figueiredo para manter o consumismo e restabelecer a ordem e militares arquitetou o golpe através do 3º ato constitucional, estrutura e base da repressão que fez com a ditadura durasse anos destruindo a elite política e retirando direitos certos laços de movimentos operários e de estudantes eles torturavam as que eram contra o regime sendo assim através do tortura para que as pessoas desistissem suas complicações certos eles usava como tortura de sexual e objetos para os mesmos criminosos e também o psicológico uso de objetos elétricos, vários pessoas lutaram contra como homens, mulheres estudantes e igreja sindicatos para o fim do ditadura tendo fim em 1985.

**Imagem 02: Redação estudantil.**  
**Fonte: Sala de aula (13 de Agosto, 2019)**

A redação que consta na imagem 02 é de um aluno. Apesar de ter compreendido o período histórico, não conseguiu cumprir com todos os critérios específicos, mas sinalizou a questão da tortura psicológica e sexual exercida pelos militares, mas sem deixar clara sua posição sobre. Com os alunos que não conseguiram estabelecer todos os objetivos pedidos, é interessante que o professor regente, após a correção, esclareça algumas informações que não tenham sido compreendidas pelo aluno no momento da análise.

Nesse caso, como se trata de uma turma de Ensino de Jovens e Adultos, muitos alunos possuem uma capacidade de concentração baixa (principalmente dado cansaço dos afazeres diários e à longa carga horária de trabalho), bem como dificuldade em interpretar textos, precisando do auxílio maior do professor no momento da análise.

O todo Quel Tortura militares

O Período ditadura no Brasil durou 21 anos de 1964-1985

Ditadura é o que o militares tinha todo o poder eles governavam a lei eram eles que empunhavam a vara do cetro que eles ocupavam as militares tudo porque eles torturavam eles mesmo julgavam isso era um jeito de coagir as pessoas eles eram torturados fisicamente e quando desmaiavam os alunos do curso lá era mesmo banhar que torturavam era o que julgava.

Relatos de Torturas tanto homens e mulheres e até crianças eram torturados também que muitas pessoas inocentes passaram por tortura e que chegaram a morte.

As denúncias eram inúmeras tendo aproximadamente total de 6.016 denúncias mais esse número pode ser bem maior.

Algum tipo de torturas e as mulheres sofriam violência sexual introdução de objetos nos órgãos genitais, isso não se ocorria com mulheres, mas com homens também outro tipo de tortura era com instrumentos cortantes exemplos alicate para apertar partes do corpo dando morte de dor também de introdução amarras nos partes

**Imagem 03: Redação estudantil - Frente**  
**Fonte: Sala de aula (13 de Agosto, 2019)**

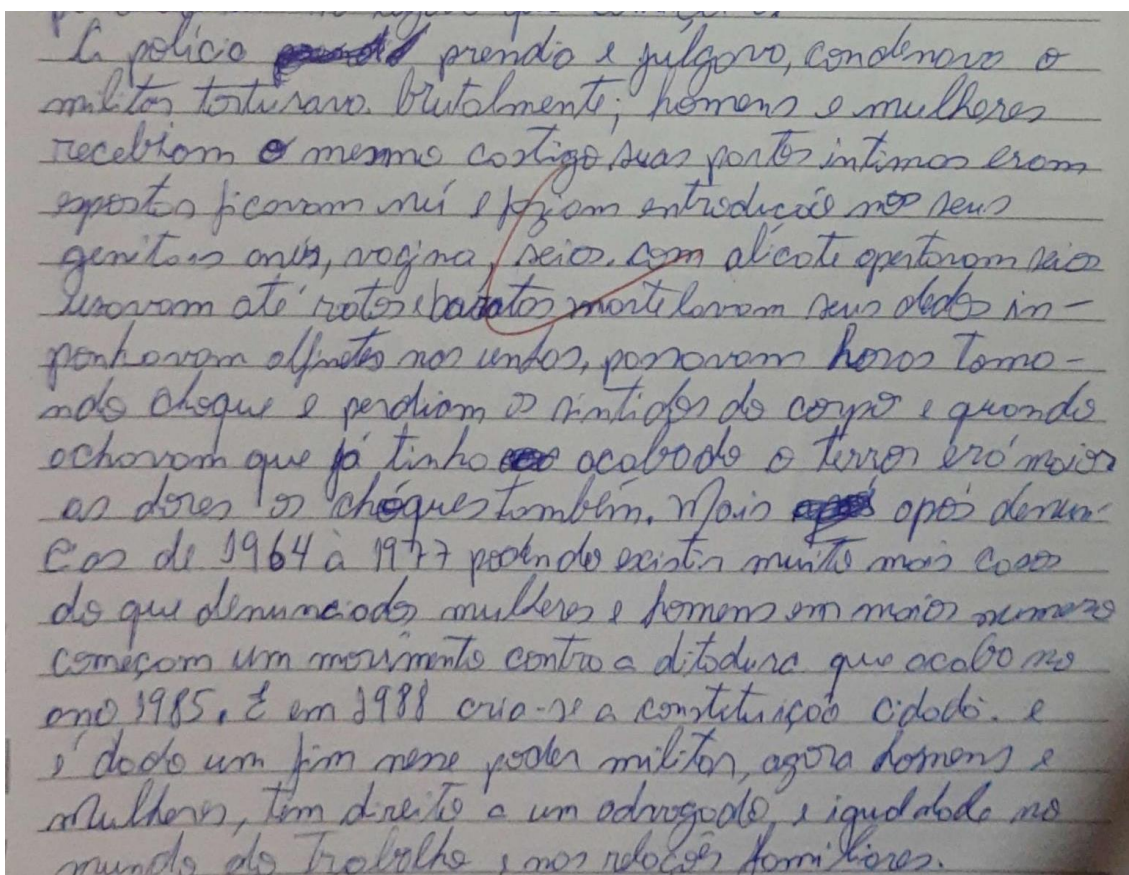
de ânis e vaginas como borretas, nois, e até jacaré era uma outra forma de tortura tinha também como sala nos as pessoas eram torturadas pelo militares muitas vezes isso tortura era também feito com choques elétricos, amarrado no pau de arara, muitas das vezes os médicos participavam das torturas para falar até quando a pessoa estava aguentando e esse mesmo médico ajudava colocando no bico curativo para melhorar pro de não ser torturado num relato de uma mulher que foi torturada ela disse que ouviu de um militar que ali naquele lugar não existe Deus, patria família.

E depois das torturas botar essas pessoas a andar ficaram no tipo de isolamento como todo escuro também isso era um tipo de tortura.

**Imagem 04: Redação estudantil - Verso**  
**Fonte: Sala de aula (13 de Agosto, 2019)**

Essa aluna foi a que teve a redação melhor avaliada da turma, foi surpreendente a quantidade de elementos que ela conseguiu identificar em comparativo com o restante da turma. Colocou seu posicionamento sobre a Ditadura, os tipos de torturas que eram praticadas e com o fato de algumas crianças terem sido torturadas e desaparecidas, revelando que alguns inocentes morriam.

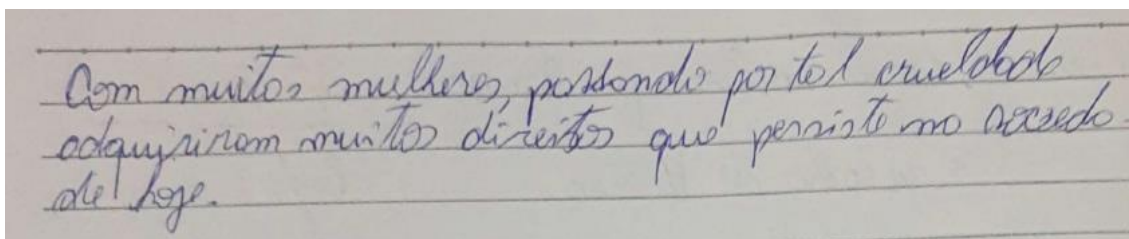
É válido para o professor, ao se deparar com esse tipo de análise, esclarecer aos alunos que devem ter certo cuidado ao dizer que inocentes ou culpados morreram na Ditadura Militar, visto que, ao fazê-lo, atribuem “juízo de valor” à questão, ou seja, o aluno pode supor essa inocência ou culpa, mas não pode, por meio de uma análise, condenar ou presumir o caráter do indivíduo, pois pode levar ao argumento da vitimização. Por isso, é importante esclarecer que diante de um documento histórico, eles devem levantar os fatos e trabalhar apenas com o que aparece neste documento.



**Imagem 05: Redação estudantil - Frente**  
**Fonte: Sala de aula (13 de Agosto, 2019)**

Esse aluno foi um dos que obtiveram resultado satisfatório, expôs o conteúdo trabalhado, analisou os depoimentos ouvidos e lidos da CNV (2014) e tirou suas conclusões sobre a temática. Enfatizou temas importantes à aula como os tipos de torturas, quais pessoas sofriam essas torturas e como funcionou o aparelhamento autoritário militar, o qual prendia, julgava e condenava.

O aluno também explorou a criação da Constituição Cidadã em 1988 e como essa Constituição trouxe direitos para ambos os sexos, como escrito por ele abaixo:

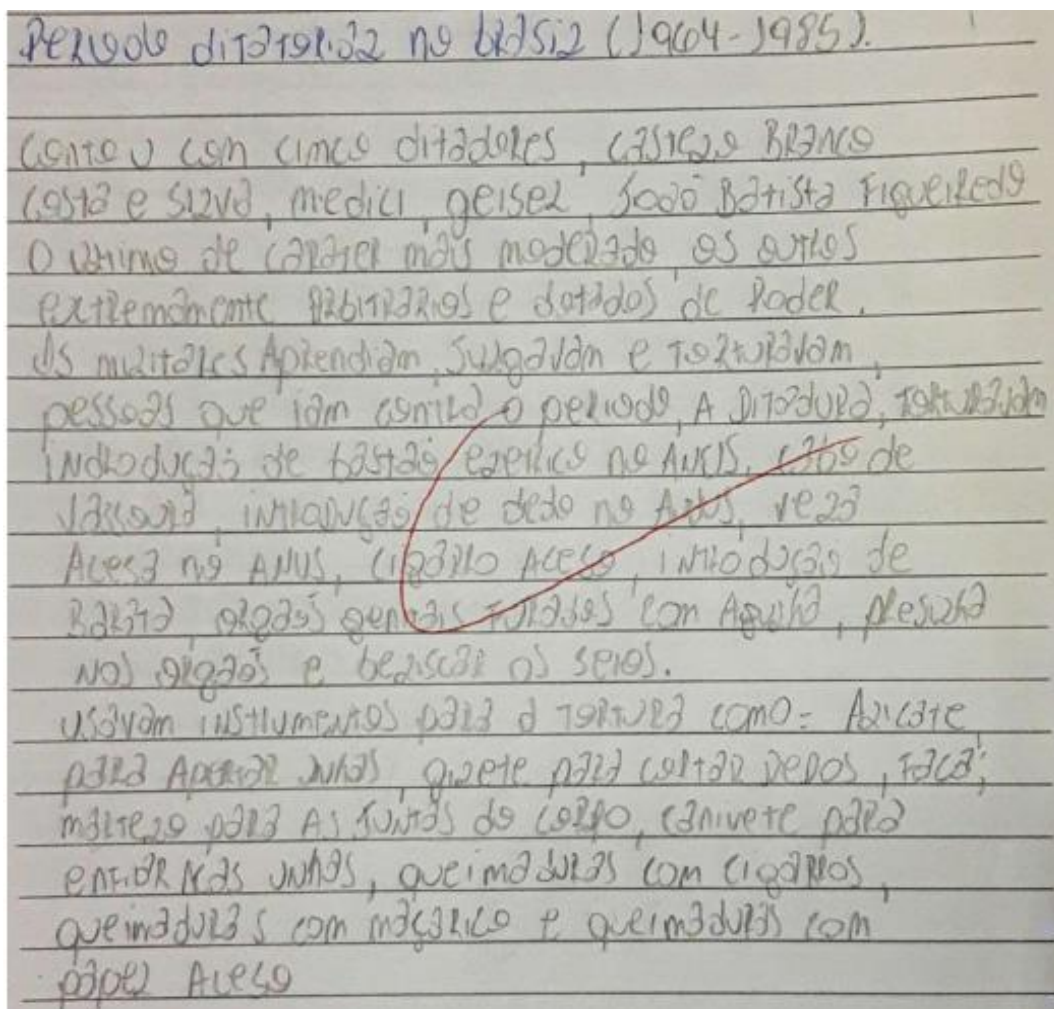


**Imagem 06: Redação estudantil - Verso**  
**Fonte: Sala de aula (13 de Agosto, 2019)**

Embora, na teoria, o aluno esteja correto, ou seja, a Constituição Cidadã de 1988 tenha trazido direitos iguais para homens e mulheres, na prática a realidade, ainda em 2019, não é essa. Algo que o aluno não trouxe em seu discurso, talvez por se tratar de um homem e não passar por situações cotidianas que demonstrem essa disparidade. Dessa forma, após a correção da redação e tendo visto essa situação, foi perguntado ao aluno se o mesmo acreditava que havia igualdade entre gêneros no mercado de trabalho. O aluno respondeu que ainda hoje não há total igualdade, mas que hoje as mulheres podem pleitear cargos que antes não eram possíveis. Ou seja, o aluno está ciente das diferenças, mas não soube, ou não achou necessário expô-las na redação.

Os alunos a seguir (imagens 07 e 08) não obtiveram resultados tão satisfatórios no sentido de análise documental dos depoimentos. Não conseguiram expressar suas opiniões, apenas relataram o que aprenderam sobre o tema, extraindo dos documentos alguns tipos de torturas e quais os presidentes do período. Mas não souberam explicar o motivo das torturas, quem eram as pessoas torturadas e nem quem as torturavam. Lidar com fontes, talvez pela primeira vez, não é simples. As dificuldades eram de

compreensão, de vocabulário, de repertório cultural ou conhecimento prévio sobre a temática ou, ainda, diziam respeito às dificuldades com a língua, ou com a argumentação.

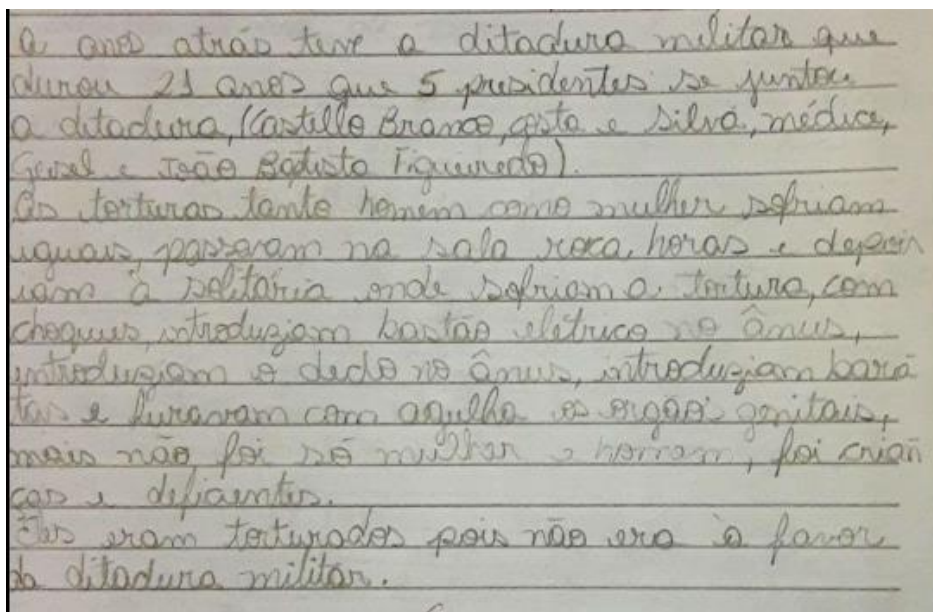


**Imagem 07: Redação estudantil**  
**Fonte: Sala de aula (13 de Agosto, 2019)**

Contudo, o processo de análise documental para os alunos do Ensino de Jovens e Adultos (EJA) é novo e, muitos deles, não entendem qual o real objetivo do documento como parte do processo de aprendizagem, pois para eles, expresso por meio do diálogo em sala, o professor possui todo o conhecimento para transmitir a eles. Esse tipo de abordagem de análise é relevante para que os alunos saibam distinguir a veracidade do documento e não repassar *fake news*<sup>42</sup>, tão populares nos dias atuais. Essas *fake news* As

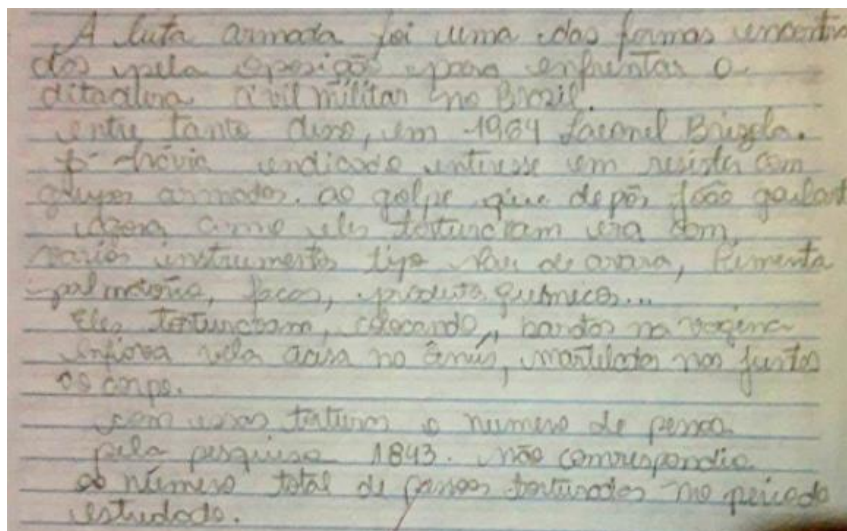
<sup>42</sup> Termo utilizado para notícias falsas, com alta capacidade de viralização.

quais não passaram por critério de análise e são divulgadas como verdades em redes sociais. Assim, ao professor, cabe dialogar com os alunos e mostrar que o processo de aprendizagem não pode ser de forma unilateral, como se eles fossem tábulas rasas, mas sim que eles são parte desse processo e que a análise dos mesmos pode ser tão importante quanto a explicação do professor.



**Imagem 08: Redação estudantil**  
**Fonte: Sala de aula (13 de Agosto, 2019)**

Dentre todos os alunos que participaram dessa experiência, apenas uma aluna extraiu dados da internet sobre o período. Além disso, não analisou os documentos, apenas relatou o que leu tanto na internet sobre o período quanto em alguns trechos dos depoimentos. Não colocou sua opinião e nem com quem eram feitas as torturas. Diferente dos outros alunos da turma, que se mostravam interessados pelo tema e pela forma que foi feita a abordagem dele, essa aluna mostrou-se apática, sem interesse, mesmo quando foi tentado dialogar com a mesma para acrescentar pontos no texto. O Ensino de Jovens e Adultos (EJA), nesse caso, lida com um problema grave de evasão e, além disso, muitos alunos estão ali somente para cumprimento de carga horária. Porém, mesmo assim, cabe ao professor tentar extrair e estimular a construção de consciência histórica com esses alunos.



**Imagem 09: Redação estudantil**  
**Fonte: Sala de aula (13 de Agosto, 2019)**

Na imagem 10, o aluno conseguiu extrair alguns argumentos importantes dos depoimentos, como quem torturava, com que eram feitas as torturas, o motivo que essas torturas ocorriam, o fato de algumas pessoas terem “desaparecido” e até hoje não serem encontradas e quais os tipos de torturas que essas pessoas sofriam. Também relata que algumas pessoas ficaram com sequelas e marcas desse período e coloca que foi um tempo de muito sofrimento.

Esse discurso de sofrimento do aluno foi embasado pelo que leu e ouviu dos depoimentos, não chega a ser um juízo de valor, pois o mesmo não escreveu que os torturados mereceram ou não essas torturas. Esse aluno, em especial, se mudou recentemente de Alagoas para o Paraná e relatou, em sala, que sofrimento era algo comum não apenas nos momentos de Ditadura Militar, pois, para ele, na Região Nordeste e Norte a pobreza e o coronelismo ainda são muito presentes. Algo relevante, que apesar de não ter trazido para o papel, traz ao entendimento que o aluno soube atrelar a temática da aula ao seu cotidiano que é a finalidade desse tipo de abordagem de aprendizagem.

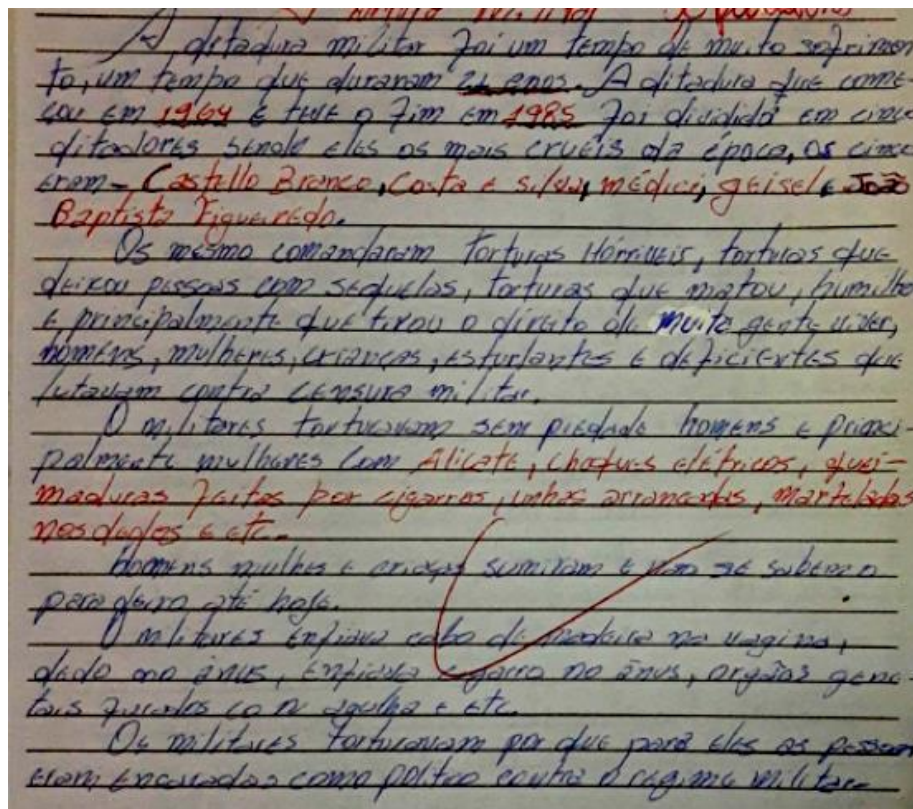
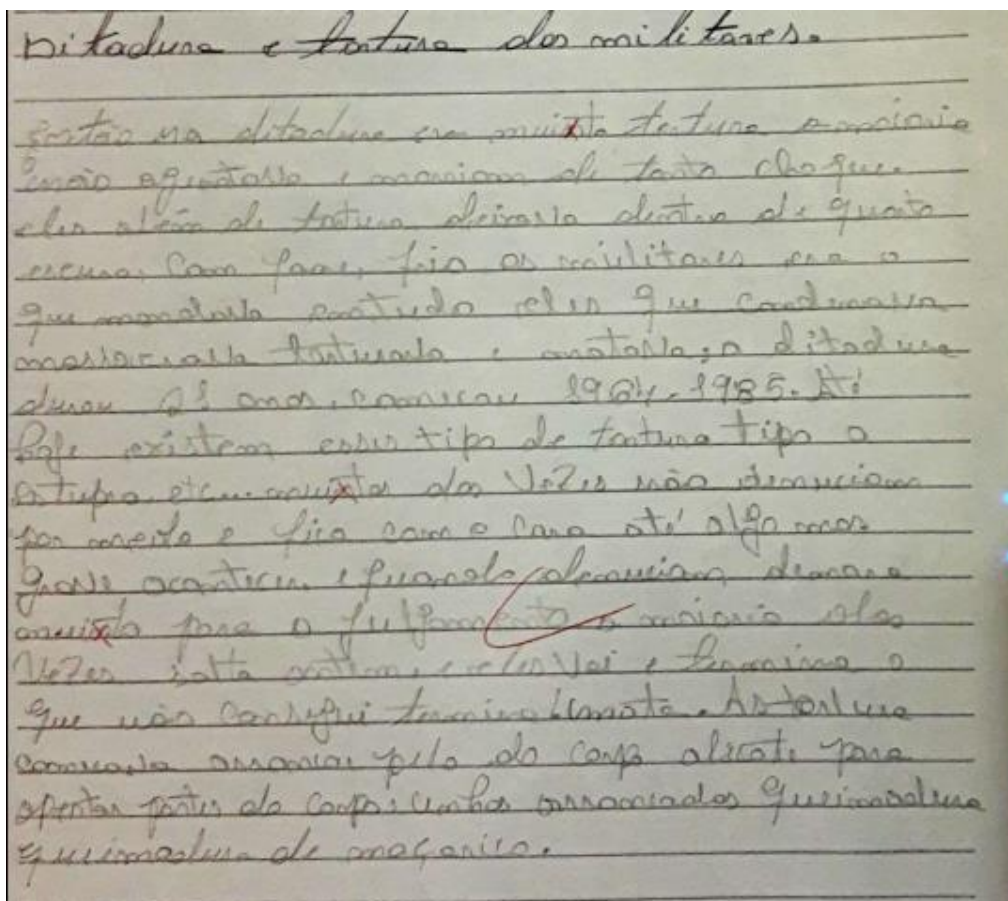


Imagem 10: Redação estudantil  
Fonte: Sala de aula (13 de Agosto, 2019)

A aluna que corresponde à imagem 11 expôs algumas torturas que ocorreram durante a Ditadura Militar e explorou alguns casos, que ela intitula como torturas, de estupro em que as mulheres não denunciavam por receio, o que pode levar a crimes mais graves, como o feminicídio, Lei Federal de nº 13.104, de 09 de março de 2015. Além disso, relatou que em casos de denúncia o julgamento demora muito a ocorrer, o que pode levar a homicídio.

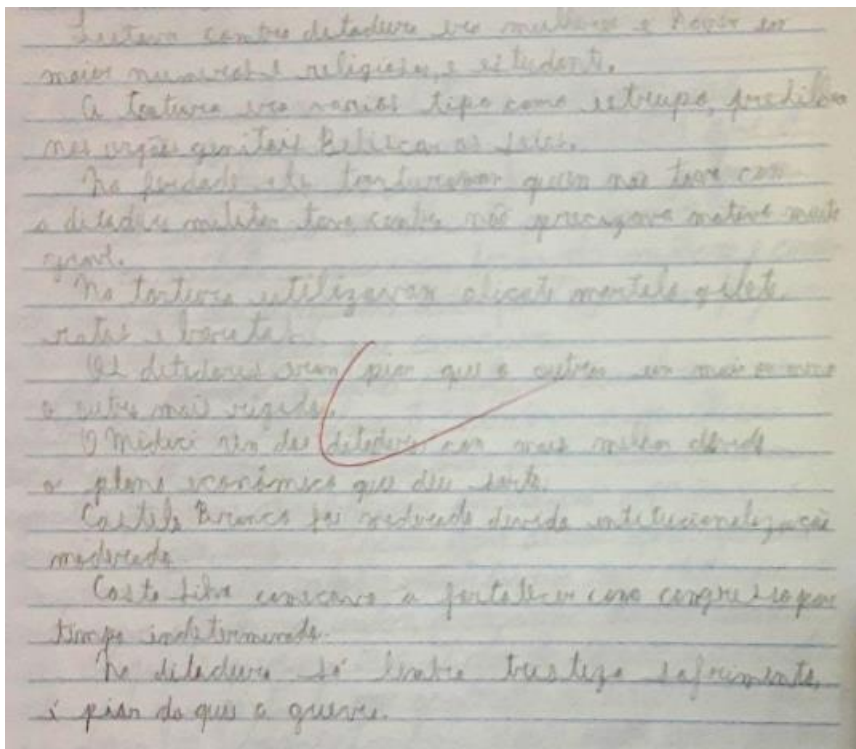
Essa aluna possuía histórico de violência doméstica, como a mesma relatou em várias oportunidades na sala de aula, porém ela não permaneceu na casa do agressor. O que legitima seu discurso de violência doméstica como tortura, pois a mesma teve a experiência e se sentiu próxima aos depoimentos das mulheres que sofreram o mesmo que ela, mas em situações diferentes.





**Imagem 11: Redação estudantil**  
**Fonte: Sala de aula (13 de Agosto, 2019)**

O aluno a seguir é um dos mais velhos e sua infância ocorreu durante o Período Militar. Em sala, disse recordar de situações que via em jornais sobre a Ditadura. Algumas pessoas que viveram durante o Período Militar possuem saudosismo com esse tempo, não foi o caso desse aluno. Ele relata que no âmbito econômico sua família vivia muito bem, mas que se recorda de ser um tempo de muito sofrimento, como relatado na imagem 12, e em aula diz se lembrar das Diretas Já como um grande acontecimento, que por mais que ele não entendesse direito o significado na época, ele percebia como um momento de alvoroço e liberdade para a sociedade. Esse aluno trouxe alguns elementos dos depoimentos, como as torturas que as mulheres sofriam, o fato de algumas serem religiosas e estudantes.



**Imagem 12: Redação estudantil**  
**Fonte: Sala de aula (13 de Agosto, 2019)**

Esses alunos possuem trajetórias diversas, alguns são pais, mães, avôs e avós, outros são jovens, que não prosseguiram os estudos na idade indicada, porém, todos com vontade de aprender e conhecer todas as informações que deixaram para trás. Ultrapassam obstáculos como a distância, falta de transporte público e cansaço de sua jornada de trabalho, para aprender mais sobre seu passado e sua existência.

No mais, o discurso apresentado pelos alunos em suas redações demonstrou que não concordam com as torturas sofridas no Período Militar, e, acima disso, foi possível notar satisfação no processo de ensino e aprendizagem e que, por meio, da construção de consciência histórica esses alunos conseguiram vincular passado-presente-futuro.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de Mestrado iniciado no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza (PPGEN) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) Câmpus Londrina visa a formação continuada do professor, articulando a pesquisa a sua formação docente, para, dessa forma, aprimorar o ensino e o pensamento crítico tanto do aluno quanto de si próprio. Esse processo é importante para todos os professores e, no caso do professor de História, é importante para a vinculação do ensino ao cotidiano do aluno e, para isso, este estudo foi fundamental. Vincular a prática à teoria, faz do aluno um pesquisador, já que no processo o mesmo teve acesso aos documentos e fontes sobre a temática do estudo para analisar e tirar suas próprias conclusões de maneira crítica e construtiva, sem que houvesse apenas a transposição do conhecimento.

Essa pesquisa partiu de dois problemas: 1) saber qual era o tratamento oferecido para mulheres encarceradas durante a Ditadura Militar no Brasil (1969-1980); 2) Como é possível conduzir estudantes de Ensino de Jovens e Adultos (EJA) por um processo de esclarecimento em relação à realidade desse tratamento dado às mulheres pela Ditadura Militar no Brasil? Esses problemas nortearam a pesquisa e se encontraram no seu decorrer. As hipóteses foram alcançadas e a conclusão foi que os militares faziam distinção de gênero e possuíam técnicas de tortura específicas para mulheres. Além disso, por meio da utilização de fontes na sala de aula, foi possível conduzir os alunos por um processo de esclarecimento sobre a Ditadura Militar no Brasil, bem como instruí-los sobre as maneiras de analisar um documento.

Dessa maneira, pela pesquisa entendeu-se que é inegável que a Ditadura Militar no Brasil tenha ocorrido e tido apoio civil e militar, sendo que algumas camadas da sociedade não se contentaram no período, envolvendo desde estudantes secundaristas e universitários a sindicatos, clubes de mães em igrejas e jornais. Como a pesquisa revelou, é importante cooperar para que os alunos, por meio de suas análises, cheguem às conclusões deles. Ainda mais no presente momento político que o Brasil se insere de resgate de tradições conservadoras que propiciam golpes ditatoriais.

Por esse motivo, a pesquisa se mostrou importante. Quando os alunos se tornam participantes ativos de sua história, nota-se que o aprendizado é mais significativo para o mesmo, aproveitam melhor todas as etapas de ensino e são mais interessados e/ou receptivos com o tema do que se o conteúdo fosse apenas passado em uma lousa como era feito o ensino de história anos atrás.

A sequência didática interativa, realizada como produto educacional, para esse aproveitamento, foi essencial, pois propiciou todo o preparo anterior, durante e pós-aula. Serviu como norte para levantar questões e explorá-las de maneira proveitosa, já que a aula foi moldada de acordo com o que os alunos perceberam, analisaram e sistematizaram a partir das fontes apresentadas. Entenderam suficientemente quem era contra o Regime Militar, quem fez essa oposição e por que foi feita, para assim, desmistificar a ideia de que a resistência à Ditadura foi realizada por bandidos e vadias, como é comum em certos núcleos e setores da sociedade.

Para isso, essa sequência didática interativa pode ser utilizada/disponibilizada, para outros professores de História, para preparação de suas aulas e como possibilidade de documental para os alunos, algo que os historiadores recém-formados já são imbuídos, desde o estágio curricular, a fazer com seus alunos, numa tentativa de transformar o ensino e se adequar as novas tecnologias que estão disponíveis aos alunos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, M. A. S. Vinte Anos da LDB: da Base Nacional Comum à Base Nacional Comum Curricular. In: Iria Brzezinski. (Org.). **LDB vinte anos depois: projetos educacionais em disputa**. 1ed.: Cortez Editora, 2018, v. 1, p. 71-94.

ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. Violência, massacre, execuções sumárias e tortura. In: BRASIL. Presidência da República. **Tortura**. 1. ed. –Brasília : Secretaria de Direitos Humanos, 2010. p. 59 a 80

BERGMANN, Klaus. A história na reflexão didática. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n.19, set.89/fev.90, p. 29-42, 1990.

BLAY, Eva Alterman. **Assassinato de mulheres e direitos humanos**. São Paulo. USP, Curso de pós graduação em sociologia: Ed. 34, 2008, p. 47.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade. Recurso eletrônico. - Brasília: CNV, 2014.

\_\_\_\_\_. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 6683, de 28 de agosto de 1979**. Concede anistia e dá outras providências. BRASILIA: CASA CIVIL, 1979. Disponível em: [planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6683.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm). Acesso em: 12 fev. 2020.

COMPARATO, Fábio Konder. A tortura no direito internacional. In: BRASIL. Presidência da República. **Tortura**. 1. ed. –Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. p. 81 a 86.

Fico, Carlos Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, vol. 24, núm. 47, julho, 2004, pp. 29-60 Associação Nacional de História São Paulo, Brasil

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. 4ª ed. Rio de Janeiro: graal, 1984.

GONÇALVES, Vanessa. (2011). **Eduardo Leite Bacuri**. São Paulo: Plena.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e Memória**. 5ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

MARRERA, Fernando Milani & SOUZA, Uirys Alves de. “A tipologia da consciência histórica em Rüsen”. **Revista Latino-Americana de História**. v. 2, n. 6. Ago. 2013 – Edição Especial, p. 1070.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NASCIMENTO, Gianordoli; FARIA, Ingrid; ZEIDI, Araujo Trindade; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. **Mulheres e Militância**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Sequência didática interativa no processo de formação de professores**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2017.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; ADORNO, Sérgio. Violência contra crianças e adolescentes, violência social e estado de direito. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 7, n. ja/mar. 1993, p. 106-117, 1993.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. Editora. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2003.

PRIORE, Mary Del. **Histórias íntimas**. 2ª ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2014.

RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. Tradução de Peter Naumann; Revisão de Estevão de Rezende Martins. In. **História da historiografia**, n. 2, março, 2009, p. 163-209.

RÜSEN, JÖRN. **Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SADDI, Rafael. Didática da História como sub-disciplina da Ciência Histórica. **História & Ensino**, Londrina, v. 16, n. 1, p. 61-80, 2010.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 1988.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. Coleção Tudo é História. S.P.: Ed. Brasiliense, 1993.

VEIGA-NETO, A. **Foucault e a Educação**. 3 ed. Belo Horizonte: Autentica, 2016.

**APÊNDICES**

**APÊNDICE A: PRODUTO EDUCACIONAL**



**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS HUMANAS,  
SOCIAIS E DA NATUREZA – PPGEN**

---

**LETÍCIA VEITAS NOVELLI**

**AS MULHERES NA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE: SEQUÊNCIA  
DIDÁTICA PARA ENSINO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)**

**PRODUTO EDUCACIONAL**

**LONDRINA - PARANÁ  
2020**

LETÍCIA VEITAS NOVELLI

**AS MULHERES NA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE: SEQUÊNCIA  
DIDÁTICA PARA ENSINO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-Graduação, nível Mestrado Profissional em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza como requisito parcial para obtenção do título de “Mestre em Ensino” – Área de Concentração: Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Guerrini



## ORIGEM DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA

Um dos principais objetivos do programa de Mestrado Profissional em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza (PPGEN) ofertado pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) – Câmpus Londrina é a elaboração e aplicação de um produto educacional. No caso desta pesquisa, foi pensada desde o princípio, uma sequência didática sob a temática da Ditadura Militar que vinculasse consciência histórica a História da Mulher. No decorrer da pesquisa, alterou-se o público-alvo. No início, pensou-se que seriam estudantes do ensino médio regular. Depois optou-se pelos alunos da modalidade de Jovens e Adultos (EJA) dos anos finais de Ensino Fundamental.

Essa adaptação de turma em nada modificou a aplicação do produto. Ao contrário, revelou dados interessantes sobre uma população mais carente tanto socialmente e com mais idade sobre o que conheciam dos tempos da Ditadura. A importância deste produto educacional foi a de pensar e repensar o ensino, contribuindo na transformação do aluno em um cidadão crítico, capaz de racionalizar sobre suas próprias vivências e as memórias do passado.

Além disso, os alunos possuem, hoje, uma infinidade de informações advindas de redes sociais, que nem sempre são verídicas, sendo válido oferecer elementos para que ele estabeleça criticidade em seu pensamento para que saiba filtrar estas informações disponíveis. Por isso, a importância para o profissional de história empregar ferramentas novas para o ensino, que não precisam ser, necessariamente, tecnológicas, mas sim uma ferramenta que os alunos possam conseguir acessar, analisar e compreender.

Por isso foi informado aos alunos que toda a documentação utilizada na etapa de análise da sequência didática estava disponível na *internet*, tanto em forma escrita quanto em vídeos que podem ser apropriados pelos professores, além de servir como roteiro para atividades com alunos.

## DEFINIÇÃO DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA INTERATIVA

Sequência Didática Interativa é definida por Oliveira (2013) como uma proposta didático-metodológica com desenvolvimento de atividades em série, as quais relacionam conceitos e definições a componentes curriculares de maneira interativa, com teorias de aprendizagem para a construção de novos conhecimentos e saberes.

Esta sequência foi aplicada com alunos do Ensino de Jovens e Adultos na cidade de Rolândia-Paraná, com a faixa etária entre 20 e 52 anos, com grande diversidade de pensamento. Foram dez alunos, sendo cinco mulheres e cinco homens. Como resultado dessa sequência didática, os alunos elaboraram individualmente uma dissertação avaliativa que é a etapa final da sequência didática.

Segundo Oliveira (2013), uma sequência didática interativa (SDI) deve construir um novo saber, apresentando quatro passos iniciais para isso:

- 1) escolher um tema a ser trabalhado e entregar um questionário para que o aluno escreva o que conhece sobre o tema previamente;
- 2) dividir a turma em pequenos grupos para sintetização de conteúdo;
- 3) escolher um líder de cada grupo para migrar pra outro grupo e sintetizar um novo conteúdo;
- 4) concluir a primeira sequência de atividades. O segundo momento da sequência é o desenvolvimento teórico sobre o assunto por parte do professor e por último o professor escolhe uma atividade para fechamento do tema (OLIVEIRA, 2013).

De mesmo modo, Zabala (1998) define Sequência Didática como:

[..] um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para a realização de certos objetivos educacionais, que têm um princípio e um fim conhecidos tanto pelos professores como pelos alunos (ZABALA, 1998, p.18).

Ou seja, Sequência Didática é toda atividade pensada, estruturada e articulada com os alunos, que tem finalidade de explorar novos objetivos educacionais para melhorar a atuação do professor e o desempenho dos alunos. Para isso, algumas práticas foram modificadas no decorrer da sequência didática interativa (SDI). O intuito da mudança foi adequar a SDI à realidade dos alunos, idade e gênero dos mesmos, mas sem perder sua

essência teórica. A sequência aplicada possuiu cinco momentos fundamentais, aplicados em quatro aulas, sendo eles:

1. Atividade de conhecimento cotidiano/conhecimento prévio sobre o tema da aula;
2. Análise preliminar e individual de um interrogatório da ditadura militar no Brasil;
3. Apresentação e discussão da análise do documento;
4. Trabalhar, a partir da análise individual do documento, os conceitos de História da mulher, silenciamento feminino e Ditadura militar no Brasil através do conceito de consciência histórica (passado-presente-futuro);
5. Produção de um texto com a análise final do documento em questão.

Em linhas gerais, Oliveira (2013) coloca que uma Sequência Didática é um processo simples para a sistematização de conteúdo no processo de ensino e aprendizagem, devendo informar todos os estudantes de que ele faz parte dessa sequência didática e em caso de publicação das respostas utilizar termo de consentimento assinado pelos alunos.<sup>43</sup>

#### **OBJETIVOS GERAIS:**

- Disponibilizar uma sequência didática sobre as mulheres nos anos de chumbo para professores de história.
- Fornecer material teórico e prático sobre a construção de consciência histórica e sua aplicação e importância na sala de aula.
- Debater sobre a participação da mulher na ditadura militar do Brasil.
- Analisar de que maneira as poucas mulheres que lutaram contra a ditadura militar no Brasil eram tratadas, torturadas e desqualificadas nos interrogatórios oficiais deste período, com base na análise da Comissão Nacional da Verdade (2014).

A partir disso, a sequência didática é concebida como produto educacional desta pesquisa que busca trabalhar a construção de consciência histórica sobre a ditadura militar com enfoque em história da mulher no período

---

43 Modelo de Termo de Consentimento utilizado na aula em Apêndice A.

mediante discussões e análises sobre o tema que levem criticidade e racionalidade ao aluno.

**ESTRUTURA DAS AULAS:**

<b>AULA 1:</b>
<b>Tempo estimado:</b> 1 aula ( 50 minutos).
<b>Tema:</b> Questionário prévio sobre a temática da ditadura.
<b>Ano e Nível de ensino:</b> Ensino Fundamental II de Jovens e Adultos.
<b>Conteúdos conceituais:</b> História da Mulher, Ditadura militar no Brasil, Consciência Histórica.
<b>Conteúdos procedimentais:</b> Análise das respostas prévias dos alunos para construção da aula.
<b>Conteúdos atitudinais:</b> Respeito ao outro, direitos humanos, curiosidade e abertura para novas aprendizagens, reflexão da análise individual de cada aluno e reflexão sobre o período ditatorial no Brasil.
<b>Metodologia:</b> Logo no início da aula o professor deve informar os alunos que eles participarão de um processo de aprendizagem distinto do convencional. Esse primeiro passo é interessante, pois instiga os alunos a princípio e os encoraja a ter mais atenção. No segundo momento o professor deve entregar um questionário de conhecimentos prévios <sup>44</sup> , sem nome, apenas com gênero e idade, sobre a temática da aula, neste caso o questionário se focou na ditadura militar no Brasil, a participação das mulheres, o motivo da oposição à ditadura, entre outras perguntas que estarão em anexo. Pode ser que haja, por parte dos alunos, certo receio em responder as questões, pelo medo do erro, mas conversando e explicando que esta atividade é justamente para saber as necessidades de ensino que a turma carece, boa parte acabará respondendo. Quando os alunos terminarem de responder os questionários, cabe ao professor analisar e conversar brevemente com os alunos sobre as respostas, mas sem citar nomes para não envergonhá-los.
<b>Recursos humanos:</b> Professor regente de turma;
<b>Recursos físicos:</b> Espaço escolar sala de aula.
<b>Recursos materiais:</b> Quadro; caneta; papel.
<b>CrITÉRIOS de avaliação:</b> Como esta fase é exploratória, não há avaliação, nem nota na atividade.

**AULA 2:****Tempo estimado:**

1 aula (50 minutos).

---

44 Modelo do questionário de conhecimentos prévios disponível como Apêndice B.

<b>Tema:</b>
A história da Ditadura Militar no Brasil
<b>Objetivos específicos:</b>
- Sistematização das respostas
- <b>Explicação do conteúdo sobre a ditadura militar.</b>
- Importância da democracia no Brasil de hoje.
<b>Metodologia:</b>
Após a verificação das respostas de questionamento prévio, o professor deve, com auxílio da lousa, começar a explicar o conteúdo retomando questões importantes desde a gestão de Juscelino Kubitschek em 1956, sobre seu plano de metas e como esse plano de aceleração da indústria aumentou a inflação e deixou um rombo financeiro para os presidentes seguintes. Este detalhe de contexto é importante, pois quando os militares assumem o poder e acabam reduzindo a inflação houve uma parte da sociedade satisfeita que acreditava que o regime era a solução para a crise. Algo que é importante frisar para os alunos que não, pois antes do Brasil se redemocratizar a economia começa a ruir novamente. Após a explicação do contexto pré ditatorial o professor deve explicar a gestão de cada presidente do período militar, estimulando os alunos a entenderem conceitos de democracia, o que foram os Atos Institucionais, o que significou o fechamento do Congresso, se esses alunos sabem do papel do Congresso hoje, sempre tentando estabelecer uma conexão crítica sobre o período militar com base no conhecimento que os alunos tem do presente. Outra informação que é importante trabalhar com os alunos é como esses Atos institucionais interferiram na vida cotidiana das mulheres e se essa interferência poderia ser sentida em mesmo grau pelos homens, já levantando um debate sobre a diferenciação de gênero do período.
<b>Recursos humanos:</b>
Professor regente de turma;
<b>Recursos físicos:</b>
Espaço escolar sala de aula.
<b>Recursos materiais:</b>
Quadro; caneta; papel.
<b>Crítérios de avaliação:</b>
Como esta fase é exploratória, não há avaliação, nem nota na atividade.

<b>AULA 3 e 4</b>
<b>Tempo estimado:</b>
2 aulas (50 minutos).
<b>Tema:</b>
As mulheres nos anos de chumbo.
<b>Objetivos específicos:</b>
- Análise de quatro documentos de mulheres sobre o período militar brasileiro.
- Debater sobre o posicionamento das mulheres durante a Ditadura Militar no Brasil.
- Discutir sobre como o conceito de feminino e feminilidade é uma construção social que prende as mulheres à esfera privada e como ser oposição à ditadura colocava isto em risco.
Trabalhar, a partir da análise individual do documento, os conceitos de História

da mulher, silenciamento feminino e Ditadura militar no Brasil através do conceito de consciência histórica (passado-presente-futuro).

### **Metodologia:**

Nesta fase o professor deve auxiliar os alunos a analisarem quatro casos, disponíveis pelo acervo da Comissão Nacional da Verdade (2013/2014), de mulheres que lutaram durante o regime militar. Duas destas mulheres estão vivas e testemunharam na Comissão Nacional da Verdade, sendo Lara Spadini Vicini<sup>45</sup> (2013) e Joana D'Arc Bizzotto Lopes<sup>46</sup> (2014) e outras duas mulheres que não sobreviveram, Sônia Maria de Moraes Angel Jones<sup>47</sup> e Solange Lourenço Gomes<sup>48</sup>, analisado, portanto, o relato do inquérito de pessoas próximas à elas na Comissão Nacional da Verdade (2014).

No momento da análise o professor deve direcionar os alunos com as seguintes perguntas:

- 6) Quem eram essas mulheres?
- 7) Por que essas mulheres foram presas?
- 8) Elas mereciam ser presas?
- 9) O tipo de tortura que sofreram é humana? Fere os Direitos Humanos? Separar mães de seus filhos, torturar mulheres grávidas ou em situação de vulnerabilidade psíquica é correto?
- 10) Se acontecesse hoje, este processo seria diferente ou as mulheres sofreriam com os mesmos problemas?

Estas perguntas não precisam, necessariamente, serem respondidas no papel, mas sim servir de condutor para a análise dos alunos, então o professor pode deixá-las escritas no quadro, por exemplo. Após todas estas etapas é interessante o professor pedir um retorno avaliativo para os alunos, como uma redação com título, para estimular a criatividade e reservar cerca de 30 minutos da aula para colocar esta análise no papel.

### **Critérios de avaliação:**

- Identificar o tema do documento e a origem de cada documento.
- Saber distinguir as personagens de cada documento.
- Entendimento sobre a história da mulher durante o período ditatorial.

### **Gasto financeiro:**

Baixo custo financeiro.

### **Recursos humanos:**

Professor regente de turma;

### **Recursos físicos:**

Espaço escolar sala de aula.

### **Recursos materiais:**

Quadro; Almoço; caneta; documentos impressos, Computador, data show e

45 Disponível em:

<[http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas\\_civis/lara\\_Spadini\\_Vicini\\_13.11.2013.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/lara_Spadini_Vicini_13.11.2013.pdf)> Acesso em: 23 de nov. 2019.


46 Disponível em:

<[http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas\\_civis/Joana\\_DArc\\_Bizzotto\\_Lopes.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Joana_DArc_Bizzotto_Lopes.pdf)>. Acesso em: 23 de nov. 2019.

47 Disponível em: <<http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/sonia-maria-de-moraes-angel-jones>>. Acesso em: 23 de nov. 2019.

48 Disponível em: <<http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/solange-lourenco-gomes>>. Acesso em: 23 de nov. 2019.

caixa de som.





## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade. Recurso eletrônico. - Brasília: CNV, 2014.

\_\_\_\_\_. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Sequência didática interativa no processo de formação de professores**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

**APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO****TERMO DE CONSENTIMENTO**

Prezado (a) participante:

Eu, **Letícia Veitas Novelli**, Rg. \_\_\_\_\_, sou estudante do Programa de Pós-Graduação PPGEM (Mestrado) da **Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR**, Campus Londrina. Estou realizando uma pesquisa sob a supervisão do professor Dr. Daniel Guerrini, cujo objetivo é coletar um questionário de conhecimentos prévios sobre a Ditadura Militar e uma dissertação sobre o tema ministrado em aula com finalidade avaliativa dos alunos.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa (revista, simpósio, seminários, entre outros meios), sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identifica-lo (a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico. Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora no telefone: (XX) XXXX-XXXX (Letícia).

Atenciosamente.

Aceito participar deste trabalho de pesquisa a título gratuito e autorizo a pesquisadora a usar o conteúdo deste estudo na elaboração de trabalhos científicos bem como sua divulgação em eventos, congressos, simpósio e publicação em revistas entre outro.

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
**Assinatura e RG do participante**

**Local e data**

\_\_\_\_\_  
**Letícia Veitas Novelli (pesquisadora)**

Rg.: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PRÉVIO

### Questionário de conhecimento prévio sobre o período ditatorial no Brasil

Gênero:    ( ) Feminino    ( ) Masculino

Religião:    ( ) Protestante    ( ) Católico    ( ) Espírita    ( ) Outra: \_\_\_\_\_

Idade:    \_\_\_\_\_

**1) Em sua opinião quais eram as pessoas que lutavam contra a Ditadura Militar no Brasil?**

\_\_\_\_\_

**2) Em sua opinião as mulheres tiveram participação expressiva durante o regime militar?**

\_\_\_\_\_

**3) O que foi o período ditatorial no Brasil?**

\_\_\_\_\_

**4) Você concorda que houve truculência policial durante a Ditadura?**

\_\_\_\_\_

**5) Você concorda com a truculência policial durante a Ditadura? Justifique**

\_\_\_\_\_

**6) Houve participação da igreja contra o regime militar?**

\_\_\_\_\_

**7) Se houve a participação da igreja, por que a igreja era contra o regime?**

\_\_\_\_\_

**8) Por que os homens lutavam contra o regime militar?**

\_\_\_\_\_

**9) Por que as mulheres lutaram contra o regime militar?**

\_\_\_\_\_

**10) Em sua opinião homens e mulheres tinham o mesmo tratamento durante os anos da Ditadura? Justifique.**

\_\_\_\_\_

**11) Em sua opinião como foi a participação dos militares durante a ditadura?**

\_\_\_\_\_

**12) Todos os militares concordavam com as torturas que ocorriam nos porões da ditadura?**

\_\_\_\_\_